Forte

Jovens Feministas Presentes

Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher
UNIFEM
FRIEDRICH EBERT STIFTUNG
ação educativa

Forito

Jovens Feministas Presentes

ORGANIZAÇÃO:

Fernanda de Carvalho Papa e
Raquel Souza

São Paulo | 2009

Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher
UNIFEM

FRIEDRICH EBERT STIFTUNG

ação educativa

Coordenação do projeto
Ação Educativa
Raquel Souza

Fundação Friedrich Ebert
Fernanda C. Papa

Revisão
Carlos Eduardo Silveira Matos

Tradução texto Lilian Celiberti
Adverbum

Projeto gráfico
SM&A Design

Fotos
Acervos Fundação Friedrich Ebert e CFEMEA

(Desenhos da capa a partir de grafites de Fernanda Sunega,
fotos: arquivo FES Brasil)

Agradecimento às equipes da Ação Educativa, da Fundação Friedrich Ebert e do Unifem.

Catalogação – Brasil. Centro de Documentação de Ação Educativa

PAPA, Fernanda de Carvalho
Jovens feministas presentes / Fernanda de Carvalho Papa e Raquel Souza - São Paulo: Ação Educativa: Fundação Friedrich Ebert; Brasília: UNIFEM, 2009.
144 p.
ISBN 978-85-99138-08-3

1. Feminismo 2. Juventude 3. Mulheres 4. Participação Política 5.Políticas Públicas I. PAPA, Fernanda de Carvalho. II. SOUZA, Raquel. III. Ação Educativa IV. Fundação Friedrich Ebert V. UNIFEM VI.Título

Ação Educativa
Rua General Jardim, 660
01223-010 – São Paulo – SP
tel 55 11 3151-2333
www.acaoeducativa.org.br

Fundação Friedrich Ebert
Avenida Paulista, 2001, 13º andar, conjunto 1313
01311-931 – São Paulo – SP
tel 55 11 3253-9090
www.fes.org.br

APRESENTAÇÃO

INTRODUÇÃO

“Prazer, Forito.” 10
Fernanda Papa

DEPOIMENTOS

Mulheres jovens: a luta pelos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres 14
Natália Mori Cruz

Mulheres jovens públicas: um debate sobre eleições proporcionais 24
Maria Divaneide Basílio e Ana Lucia Rezende

Memórias de um passado recente: I Encontro Nacional de Jovens Feministas 36
Ana Adeve

Forito Paraguai, em primeira pessoa: um espaço para a geração de jovens feministas 42
Carolina Thiede Arias

ARTIGOS

Mulheres jovens e o problema da inclusão: novidades no II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres 48
Áurea Carolina de Freitas e Silva

Aborto: uma questão das jovens 64
Camila Brandão

Jovens mulheres sem fronteiras 74
Mariana Bento Berthier

Hip Hop Mulher: experiências de organização 86
Atiely Santos
Fernanda Sunega

Conquistas e desafios à participação política de jovens mulheres negras 92
Jamile Carvalho
Rachel Quintiliano

Jovens no feminismo e no Hip Hop na busca por reconhecimento 104
Julia Zanetti
Patrícia Lânes A. de Souza

Jovens mulheres discutem o tráfico de pessoas 114
Raquel Souza

ENTREVISTAS: ENCONTROS COM O FEMINISMO

Clarananda Barreira 130
por Raquel Melo

Roseane Ribeiro 134
por Fernanda Papa

DIÁLOGO DE GERAÇÃO

Fórum Cone Sul de Mulheres Políticas (1990-2003) 140
Disputas e consensos em torno do gênero
Maria Rigat-Pflaum

Jovens feministas, feministas jovens 150
Lilian Celiberti

Anexos

Quem fez e quem faz o Forito no Brasil 158

Forito

APRESENTAÇÃO

Depois de quase oito anos de encontros, o Fórum Cone Sul de Mulheres Jovens Políticas – Espaço Brasil faz sua primeira publicação. Para nós da Fundação Fredrich Ebert e da Ação Educativa, é uma satisfação enorme ter podido colaborar para a divulgação das ideias e bandeiras das várias jovens que participam, desde 2002, deste espaço, também conhecido como Forito.

Trata-se de uma publicação inédita e ao mesmo tempo estratégica. Afinal, no Brasil, o debate público sobre juventude ainda é permeado por uma perspectiva androcêntrica, na qual as jovens são invisibilizadas. Como resultado, verifica-se que no campo das políticas públicas são escassas as ações que incorporam questões concernentes às especificidades dessas jovens mulheres. Além disso, ainda é bastante recente, no movimento feminista, o reconhecimento de que há novas atrizes políticas em cena, para as quais a condição juvenil produz singularidades e novas identidades coletivas.

Assim, ao apresentar as produções das jovens integrantes do Forito, buscamos dar visibilidade para um grupo de mulheres que têm contribuído para alterar a realidade brasileira, construindo um país mais justo para todas e para todos. Tal empreitada não seria possível sem o apoio do Unifem, parceiro na realização desta publicação.

O maior esforço, contudo, foi das próprias integrantes do Forito, que toparam o desafio de escrever suas experiências e reflexões. Se nem todas produziram textos, são, todavia, igualmente autoras deste livro porque, nos bastidores, elaboraram projetos, buscaram recursos e apoiaram todo o trabalho.

Na primeira seção do livro, denominada **Depoimentos**, encontramos textos que foram tecidos com base em experiências pessoais e coletivas. Suas autoras desvelam trajetórias, contextos e bandeiras de luta que foram forjadas a partir de situações e enfrentamentos concretos.

Natalia Mori Cruz faz um "depoimento-reportagem" no qual argumenta a favor dos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres. Engajada na luta pela legalização do aborto, inclusive no Legislativo, a autora apresenta o que dizem grupos antidireitos das mulheres e seus projetos de lei conservadores; por outro lado, também oferece argumentos e insumos que se contrapõem a esses grupos e suas propostas.

Já Ana Lucia Rezende e Maria Divaneide Basílio contam como construíram suas candidaturas jovens e feministas ao Legislativo. O relato sobre a disputa eleitoral busca desvelar o que na opinião das autoras pode ser entendido como: *"um momento complexo, em que se evidencia o modo como cada sociedade distribui poder e forja relações de poder"*. Assim, ao falarem de sua experiência, explicitam os grandes desafios que ainda permeiam a participação das mulheres na democracia.

Também compartilhando suas lembranças, Ana Adeve descreve os processos que permitiram a realização do I Encontro Nacional de Jovens Feministas (2008). A autora evidencia como é no fazer cotidiano – na solidariedade entre mulheres – que sentidos e práticas feministas são forjados, e ao mesmo tempo evoca a importância da memória de fatos históricos para gerações de feministas e a produção de sonhos coletivos.

Abrindo a seção **Artigos**, as jovens e a institucionalidade das políticas para mulheres são temas de Áurea Carolina de Freitas e Silva, que examina a inclusão do sujeito "mulher jovem" no I e II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. Caminho inverso faz Camila Brandão, ao olhar de que forma o aborto – bandeira importante para o movimento feminista – aparece nos principais documentos de orientação das políticas de juventude.

A partir da observação e da experiência política como feminista na América Latina, Mariana Bento Berthier defende a integração regional e argumenta em favor de teias e redes que articulem o feminismo para além das fronteiras nacionais. No mesmo sentido, Atiely Santos e Fernanda Sunega advogam em favor da articulação das mulheres integrantes de movimentos culturais, contando suas experiências em articulações como o Hip Hop Mulher e Graffiteiras.Br.

Jamile Carvalho e Rachel Quintiliano traçam um panorama histórico sobre a participação política das mulheres negras e situam a recente mobilização da juventude negra, que teve como marco o I Encontro Nacional de Juventude Negra (2007). As autoras chamam atenção para a invisibilidade das jovens negras como sujeito de direitos e das políticas públicas e apresentam estratégias para alterar esse quadro.

A reivindicação de direitos também está presente no texto de Julia Zanetti e Patrícia Lânes, que analisam os desafios encontrados pelas jovens mulheres inseridas nos movimentos feminista e hip hop. Questões como relações de poder baseadas nas desigualdades de geração e de gênero são particularmente problematizadas.

Tráfico de pessoas, exploração sexual de mulheres, migrações laborais, prostituição são temas ásperos problematizados por Raquel Souza, a partir das reflexões e debates realizados no Forito nos anos de 2006 e 2007. O artigo demonstra como sobre esses temas repousam contradições e ausência de consensos no interior do movimento feminista, mas também nas leis, convenções e tratados sobre essas temáticas.

Em **Entrevistas**, Clarananda Barreira e Roseane Ribeiro, as mais jovens integrantes do Forito, relatam a Raquel Melo e Fernanda Papa como encontraram e de que forma exercem seu feminismo. Com trajetórias diferentes de ação coletiva – grêmio escolar, Pastoral da Juventude, militância político-partidária, movimento LGBT – as jovens relatam dilemas e preconceitos superados para se assumir como feministas.

Fechamos a publicação com Lilian Celiberti, feminista uruguaia e uma das grandes referências para o grupo do Forito. Com ela pudemos trocar muito ao longo dos anos e, por isso, o nome da seção **Diálogos de Geração**. Veio dela a "pergunta-geradora" que serviu de *start* para muitos encontros do grupo: "Onde você encontrou seu feminismo?". Integrante do "original" Fórum Cone Sul de Mulheres Políticas, Lillian nos presenteia com algumas de suas reflexões, lembrando que *"a aventura de mudar radicalmente a vida exige rebeldia e criatividade"*.

Fernanda Papa e Raquel Souza

MURAL CULTURAL
LEGALIZAÇÃO DO ABORTO
ARTE
Participação
JOVENS
FEMINIS
EDUCAÇÃO
SEXISTA

Forró

INTRODUÇÃO

“Prazer, Forito!” | Fernanda Papa

Fernanda C. Papa: É comunicadora social graduada e pós graduada pela PUC-SP e mestranda em administração pública e governo na FGV. Idealizadora do Forito em seu capítulo Brasil, em virtude de seu trabalho como coordenadora da área de inclusão social da Fundação Friedrich Ebert no país. É também integrante do grupo de percussão feminino Ilú Obá De Min.

Se o Forito fosse uma pessoa, seria uma mulher jovem. Uma jovem brasileira, negra e branca, estudante e trabalhadora, urbana e rural, de origem nordestina, amazônica, do Sul, Sudeste ou do Centro-Oeste, e com um fazer político permanente, pelos direitos das mulheres. Do Brasil e do mundo todo, pelo Brasil e com *hermanas* nas vizinhanças. Se o Forito fosse uma pessoa, já não seria criança, mas poderia ser lésbica, jovem mãe, ou mulher que optou por não ser mãe ainda jovem. Seria uma militante político-partidária, ativista de ONGs, mulher jovem com trajetória em movimentos como o estudantil ou das pastorais, e que já disputou cargos no Legislativo, tendo sido até vereadora. Sindicalizada, educadora popular, acadêmica engajada, grafiteira ou MC, radialista, enfim, toda sorte de comunicadora! Desconfiada, mas também sonhadora, a pessoa Forito seria assim, cheia de jeitos para caber na diversidade, sem preconceitos para não ser dona da verdade. Mas com certeza e especialmente seria sempre assim: uma bela feminista. Ou várias delas!

Ainda que esta identidade não tenha sido óbvia de saída. Pelo contrário, na trajetória deste grupo, que desde 2002 reuniu jovens com todas essas características, atuantes em diferentes espaços, uma vez por ano, para discutir a condição da mulher jovem, suas demandas e outras coisas mais, a identidade feminista foi a cada encontro, em cada canto e a cada espanto, sendo construída. Pelos diálogos sobre trajetórias de vida de suas integrantes, engajadas, militantes. Pelas histórias trazidas e revividas por feministas mais experientes, nossas referências, e sempre marcantes. Pelo dar-se conta de que “a nossa luta é todo dia”, especialmente quando a condição da mulher jovem nem bem começava a conversar com a sociologia. Ou com a geografia, ou com as próprias jovens, e com as políticas públicas, enfim. Por isso cada gesto conta. Cada incômodo aponta. Cada resposta enfrenta. E cada gesto de solidariedade soma. Prazer, Forito, também um dia nos chamamos, entre companheiras, de Terceira Onda. Numa referência à segunda onda do feminismo, anos 90. Na expectativa – com desculpa poética – de poder errar nas datas por, não importando o número da onda, simplesmente querer se continuar em movimento, o movimento e nos movimentos.

Por isso é prazer, além de grande aprendizado, coordenar esta iniciativa da Fundação Friedrich Ebert (FES), a construção deste espaço chamado Forito. Há um tempo já em parceria com a Ação Educativa e hoje com apoio do Unifem, e ao lado também do Instituto da Juventude Contemporânea em 2007. Prazer, Forito. Na verdade esse é o nosso apelido. Pois seu

"nome no RG" é Fórum Cone Sul de Mulheres Jovens Políticas – Espaço Brasil. Sim, nome e sobrenome, afinal temos parentes nos demais países do Cone Sul, especialmente no Paraguai e na Argentina, onde o Forito também foi estabelecido como uma cria do reconhecido Fórum Cone Sul de Mulheres Políticas. Nesses países, e também no Chile, a FES continua a apoiar os Foritos de Mulheres Jovens. A história do "Fórum-mãe" conta que por mais de dez anos ele reuniu feministas de partidos políticos progressistas de toda a região para levar a esses espaços as ideias e ações transformadoras das mulheres pela igualdade. Cotas, listas, resoluções antimachistas. Final dos anos 80, anos 90, pouca gente falava "dessas coisas", mas elas sim. E de lá pra cá, muitas viraram vereadoras, deputadas, senadoras, prefeitas e até disputaram prévias para Presidente! Como não?!

De economia internacional, passando por direitos humanos das mulheres, meios de comunicação e campanhas eleitorais, planejamento estratégico e tantos outros temas que não tive a chance de acompanhar. O Fórum Cone Sul de Mulheres fez história e tem memória. Viva em suas integrantes, semeada na nova geração de "Foritas". A ideia original veio da FES Argentina, que com a colega Maria Rígat, a Marilin, juntou mulheres ousadas e persistentes como Line Barreiro, Lilian Celiberti, Diana Staubli, Clyde e Lilian Soto, Mariela Mazzoti, Margarita Percovich, Tatau Godinho, Vera Soares…elas e suas outras companheiras de Fórum Cone Sul certamente têm contribuição fundamental às democracias sul-americanas, às mulheres e à ampliação das liberdades pelos caminhos da política. E do feminismo!

Com elas aprendemos e dialogamos, sobretudo com Vera e Tatau, com quem trouxemos a ideia de fazer o Forito no Brasil. Mas também com Lilian, com Clyde e Caro Thiede, e com as colegas Marilin, Marta Diaz e Bet Gerber, que seguiram fomentando o espaço jovem em seus países e no intercâmbio conosco. Não demorou para que cada grupo ganhasse seu corpo. Sua forma de funcionar e de decidir suas pautas. No Brasil, optamos por não ter um grupo apenas dos partidos de esquerda, afinal, tinha muita mulher jovem fazendo muita coisa bacana pelos direitos das mulheres em outros espaços também. O objetivo era este: formar e fortalecer as jovens progressistas em diferentes espaços de atuação. E por que não nos encontrarmos para falar de política e ir além? Parece que fomos. Jovens feministas presentes!!

Fomos (eu não, mas presenciei!), com faixa e tudo, ao palco da I Conferência de Políticas para as Mulheres cantar um rap (de assalto!) por educação não sexista, legalização do aborto, trabalho decente e outras coisas mais. Inspiradas por Amelinha Teles, Schuma Schumaher, Lilian Celiberti e pelas próprias jovens! Isso era 2004. No mesmo ano fomos ao Projeto Juventude, ajudar a escrever o capítulo de mulheres jovens para o que se tornou o embrião da Política Nacional de Juventude. Fomos depois aos Encontros Feministas Latino-Americano e do Caribe, e também às Conferências de Juventude, de Mulheres, de Igualdade Racial, ao Encontro Nacional de Jovens Feministas e tantos espaços mais. Já passamos 2008 e continuamos presentes. Com ação já mais madura, com a fibra consistente, nem sempre sob o guarda-chuva do Forito, mas com certeza jovens feministas presentes.

Dialogando com mais mulheres jovens sobre aborto, sobre tráfico de seres humanos e exploração sexual, falando também com jovens e não jovens sobre a mulher no mundo do trabalho, sobre participação e a necessidade da reforma política, alem de formas de organização. Fora do Forito, e assim não podia deixar de ser, lá estão elas também presentes em conselhos, como o Nacional de Juventude, em governos progressistas, do local ao nacional, atuando em políticas com perspectiva de gênero ou de geração, além de, obviamente, ativas no movimento feminista, negro e não negro, na academia, na cultura hip hop, nos meios de comunicação alternativos e massivos também.

Prazer, Forito. Contar essa historia no detalhe daria dias e dias de causos, muitos nomes, rostos a lembrar e algumas perguntas a recuperar. Foi assim, como ver o mar. Pela primeira vez. Maris Bento e Nasser, Iéri Luna, Samantha, Lu Neto, Dani Duarte. Emilia, Natalia, Rê Affonso e Camila. Atiely, Marlise, quatro Raquéis. Fê Sunega e outras Fefas, Ticiana, Ana Lucia, Gracilene e Roseane. Ana Adeve, Severine, Iara e Julia. Elen, Debby, Clarananda, Larissa e Cleide. Jamile, Dione, Hanoy, Divaneide. Lidiane Socorrinha, Valerinha, mais algumas certamente.

Depois de quase oito anos, Jovens feministas presentes. A maior parte já como jovens adultas, todas elas como mulheres de luta. Este tempo de atuação em movimento e reflexão conjunta tece teias e traz questões. Algumas delas buscam respostas no Estado, que ainda deve políticas de juventude para as jovens, e por isso estamos aqui. Outras questões passam pela relação das mulheres com a política e sua vontade de transformá-la. Com novas práticas, com novas e históricas pautas. Esta publicação, como dissemos há pouco, traz textos em parte inspirados nestas conversas animadas e muito sérias que travamos ao longo dos encontros do Forito desde 2002. A outra parte cabe ao talento e às múltiplas experiências e vivências das Foritas-autoras aqui reunidas. Cada uma com seu sotaque, em diferentes abordagens e formas de expressar o seu viver feminista, que é para a vida toda.

O Forito não tem opinião única. Mas tem, em seu coletivo, personalidades únicas e especiais. Exatamente como toda e qualquer mulher jovem que se depara com a necessidade de estudar, a dúvida ou a iminência da maternidade, a violência domestica e urbana, o desemprego ou a jornada tripla ou quádrupla de trabalho, a descoberta e o exercício de sua sexualidade. O desejo de ir e vir, de expressar seu pensamento, de ter liberdade para andar e para se vestir, para se formar e para transformar. O mundo de hoje, de toda uma geração. Essa geração de jovens feministas presentes!

Forito

DEPOIMENTOS

Mulheres jovens: a luta pelos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres[1] | Natália Mori Cruz

Natália Mori Cruz: Socióloga com mestrado em Sociologia pela Universidade de Brasília, integra desde 2003 a equipe do Centro Feminista de Estudos e Assessoria – CFEMEA, uma ONG feminista e antirracista, com sede em Brasília (DF). O CFEMEA monitora o Legislativo federal em prol dos direitos das mulheres, a partir de ações de *advocacy* (promoção e defesa de direitos), articulação política (especialmente com o movimento feminista brasileiro e regional), produção de conhecimento, formação política e comunicação. Faz parte da direção colegiada da organização.

Sou filha de psicólog@s, de modo que a conversa e o diálogo foram estimulados desde criança. Nesse sentido, comecei a me identificar com valores feministas muito cedo, pois aprendi com minha mãe princípios como autonomia e independência, e a não aceitar discriminações pelo fato de ser mulher. Desde que fui tomando consciência de que sou um ser do sexo feminino, as questões presentes na agenda de luta das mulheres se tornaram importantes para mim, entre elas, a autonomia das mulheres e sua saúde sexual e reprodutiva. Contudo, minha militância começou com um grupo de jovens feministas, o "Nada Frágil", quando estava na graduação, em 2000. Ou seja, pensar o feminismo enquanto ideologia política foi uma construção da minha juventude (entre os 18 e os 22 anos), a partir de estudos sobre teorias feministas, na antropologia do gênero, na história das mulheres e na sociologia, literatura e psicanálise.

Nesse sentido, o tema "aborto" apareceu para mim como uma questão associada às discussões em casa sobre sexualidade. Mais tarde, fui me deparando com situações vivenciadas por amigas próximas, por trabalhadoras domésticas, empregadas em nossa casa, em suma, por várias mulheres que estavam ao meu redor. Para além do âmbito pessoal, a discussão sobre aborto é central nas teorias feministas, que problematizam questões como liberdade e prazer sexual, autodeterminação reprodutiva e autonomia para que as mulheres possam tomar decisões sobre seus projetos de vida, livres de coerção e perseguição, reconhecendo o aborto como uma prática social decorrente de uma gravidez indesejada.

Ao mesmo tempo, me indignava – e ainda indigna – perceber o quanto a prática do aborto está presente na vida das mulheres e como os debates públicos não consideram essa vivência. Perceber que por ser considerada uma prática criminosa na maior parte das vezes, é por elas vivenciada como questão do âmbito privado, enquanto muitos homens, mesmo desconhecendo a vivência dessa situação, se colocam no âmbito público do debate, com posicionamentos tão conservadores que interferem na decisão das mulheres com relação a seus projetos de vida.

[1] Gostaria de agradecer a colaboração de Guacira Cesar de Oliveira, Eunice Borges e Kauara Rodrigues, que enriqueceram o conteúdo deste depoimento com comentários e sugestões.

Como o tema da reprodução ainda é socialmente uma "questão das mulheres", os homens tendem a tomar parte do processo apenas depois do fato consumado. A indignação cresce depois de ouvir reiteradamente os discursos conservadores e antidireitos de muitos homens e também de algumas mulheres, em debates e audiências no Congresso Nacional, nos quais o que menos interessa é a voz da maioria das mulheres, a sua fala sobre o porquê de tomar uma decisão tão difícil. Nós, mulheres, somos vistas como meras reprodutoras, receptáculos que, nessa situação, ousariam ir "contra" nosso "destino natural" de sermos mães. No discurso antidireitos, a potencialidade de um vir-a-ser tem mais valor do que a vida já constituída da mulher.

Tal situação é ilustrada pelo recente caso de aborto legal realizado em uma menina de nove anos de idade, em Pernambuco, com repercussão vergonhosa. A menina tinha sido violentada pelo padrasto durante mais de três anos consecutivos, assim como sua irmã. Estava grávida de gêmeos e de nenhuma forma – nem psicologicamente, afetivamente, fisiologicamente e socialmente – teria condições de exercer a maternidade. Mesmo sabendo dos riscos de morte dessa criança, os mesmos defensores "da vida" que atuam no Congresso e nos movimentos contra a legalização fizeram falas no plenário da Câmara dos Deputados defendendo a posição do arcebispo de Recife e Olinda que condenava o aborto realizado, excomungando todos os envolvidos, à exceção do padrasto agressor. Os integrantes do movimento antidireitos ainda tentaram colocar em votação, na semana do Dia Internacional da Mulher, 8 de março, projetos contrários à prática do aborto, que visam aumentar a criminalização das mulheres.

Em nenhum momento o movimento autointitulado "pró-vida" demonstrou preocupação com a vida dessa menina (as doenças sexuais que ela contraiu em decorrência dos estupros ou o que aconteceria com ela). A preocupação com a vida da criança de 9 anos só foi problematizada com a importância e centralidade que deveriam ter tido desde o início pela equipe médica que cuidou dela e pelas feministas que acompanharam e ainda acompanham o caso. E isso porque se tratava de uma menina, correndo risco de vida. Se fosse uma mulher jovem ou adulta que passasse por essa situação, a ingerência sobre o direito dela de interromper a gravidez seria ainda mais violenta. Podemos, a partir desse caso e da intromissão dos grupos religiosos, especialmente da hierarquia da Igreja Católica, observar o quanto o direito ao aborto legal é desrespeitado, e como a intromissão social, religiosa e estatal é feita para que as mulheres não exerçam sua autonomia reprodutiva.

O debate sobre a descriminalização e legalização do aborto é fundamental para a vida das brasileiras. A criminalização individual das mulheres pela prática do aborto relega-nos à condição de subcidadãs, porque produz a supressão dos nossos direitos reprodutivos e sexuais, gerando e agravando o tremendo déficit democrático brasileiro. Não há cidadania que resista à guilhotina da criminalização individual, senão pela clandestinidade, que marginaliza e põe em risco as nossas vidas. Como antes a vadiagem, que durante muitos anos foi crime imputado individualmente a negr@s excluíd@s do mercado de trabalho, como hoje o racismo institucional que condena à morte sem julgamento "indivíduos" pretensamente perigosos, também a criminalização do aborto marginaliza, faz sofrer e mata muitas mulheres.

Não há direito à defesa contra o poder patriarcal, tal como não há defesa democrática de direitos contra o poder racista, quando as pessoas são criminalizadas individualmente pela irresponsabilidade do Estado na garantia dos serviços necessários à regulação da fecundidade, na proteção contra a discriminação e na insuficiente alocação de recursos para a saúde. Mulheres são criminalizadas também pela irresponsabilidade dos homens com a contracepção, e da sociedade pela ausência de informação e orientação em relação ao exercício da sexualidade. Ao manter o aborto criminalizado, a negligência do dever público do Estado e da sociedade, bem como do dever particular dos esposos, companheiros e amantes, são invisibilizados. E é a mulher quem individualmente paga, com a sua cidadania, os custos da criminalização e da ilegalidade do aborto.

A evocação da razão pública, ou seja, o pleito de que o aborto seja reconhecido pela sociedade, com consequente atendimento pela rede de saúde, como diria a antropóloga Lia Zanota, não é fácil de ser enfrentada. Mas precisamos quebrar esse tabu, pois independentemente de sermos a favor ou contra a prática do aborto, as mulheres no mundo todo abortam. Afinal, uma gravidez pode acontecer até mesmo quando se usam métodos contraceptivos. E ainda, como argumenta a também antropóloga Soraya Fleischer, uma parte das brasileiras acessa o aborto legal. Já as outras mulheres que recorrem ao aborto sabem que estão infringindo a lei, mas decidem que os motivos para terminar a gravidez são mais significativos do que o medo de ficar na ilegalidade (CFEMEA, 2009[2]).

No Brasil, o tema tem grande relevância pelas proporções em que acontece. Em pesquisa publicada em 2008, realizada pela Universidade de Brasília e pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro, vimos que as brasileiras que abortam são casadas, com filhos, católicas, e têm entre 20 e 29 anos. A média de abortos realizados anualmente é de 1,5 milhão – estimativa a partir de registros no Sistema Único de Saúde (SUS). Boa parte desses abortos acontece por meio de recursos caseiros, como o uso de chás e ervas misturados ao medicamento misoprostol[3].

A sociedade brasileira precisa enfrentar esse debate e compreender as diversas situações de vida das brasileiras que as levam a tomar essa difícil decisão. Quem defende a legalização da prática quer ver, assim como quem é contrário, a diminuição dos números de abortos. A diferença para se chegar a uma diminuição dos abortos é que para nós, feministas, a legalização é o caminho, para outr@s, a solução é a criminalização. Ora, mesmo sendo crime, as mulheres não deixam de abortar. É um fato. E, com a legalização – isto é, tornando o aborto um direito coletivo, um serviço ofertado pelo Estado –, o tabu começa a ser quebrado. As pessoas acessam mais informações e discutem de forma livre quando não são passíveis de coerção e perseguição, e os serviços públicos podem ampliar suas ofertas de planejamento familiar (hoje, Lei nº. 9263/96 – demanda e conquista do movimento feminista). O aborto tende a diminuir, como já acontece nos países em que esse direito é assegurado às mulheres.

---

[2] Em **Vozes Latino-Americanas pela Legalização do Aborto.** Brasília: CFEMEA, 2009. Apresentação do livro.

[3] Pesquisa publicada pelo Ministério da Saúde: Aborto e Saúde Pública no Brasil – 20 anos. Brasília, 2009.

Para as brasileiras, o aborto é permitido em duas situações: risco de vida para a gestante e decorrente de violência sexual. Atualmente, está em debate, no Supremo Tribunal Federal, a possibilidade de antecipação terapêutica do parto para os casos de anencefalia – que são casos de má-formação incompatíveis com a sobrevida do feto após o parto. Muitas mulheres que recebem o diagnóstico de que o feto tem anencefalia, e que não querem passar por uma gravidez em um país onde a taxa de morte materna (o que inclui morte durante o parto) é relativamente alta (54,3 óbitos para 100 mil nascidos)[4], acionam a justiça solicitando a antecipação terapêutica do parto. Assim, um posicionamento favorável do órgão máximo da justiça no País, que garanta a essas mulheres e famílias o direito de interromper a gestação sem que precisem acionar a Justiça, caso a caso, será uma importante conquista e um gesto de respeito à dignidade dessas mulheres.

Recente pesquisa feita com 1.814 médicos ginecologistas-obstetras filiados à FEBRASGO (Federação Brasileira das Associações de Ginecologia e Obstetrícia) mostrou que não é tão raro assim as gravidezes de fetos com anencefalia. A pesquisa mostrou uma média de atendimento, por parte desses médicos, de 6,5 casos em até 20 anos de prática, para um total de 9.730 grávidas[5]. Medidas de saúde pública, como a adição de ácido fólico em alimentos de consumo das brasileiras em idade reprodutiva, são fundamentais para que tais casos sejam evitados. Infelizmente, isso ainda não é uma realidade de fácil acesso para muitas mulheres, e as gestações de fetos anencefálicos ainda acontecem.

Mas quais são os dilemas e dificuldades para um debate franco sobre a descriminalização e/ou legalização do aborto no Brasil? Por que esses dilemas e dificuldades existem? A primeira dificuldade consiste em diferenciar a descriminalização da legalização. Deixar de ser crime não garante que o Sistema Único de Saúde vá oferecer este tipo de atendimento às mulheres, ou seja, a regulamentação necessária para a realização da prática com segurança para as mulheres. Por isso, pleiteamos a legalização como o processo mais amplo, por solicitação das mulheres, independentemente da razão.

Um dilema presente é a crença das pessoas sobre o que é certo ou errado, ou sobre quando começa a vida, dentre outros aspectos. Todas essas questões são importantes e devem ser respeitadas. Quando defendemos a legalização queremos garantir às mulheres, que por diferentes motivos não desejam seguir com a gravidez – estupro na família ou na rua, medo de perder o emprego, falta de condições financeiras e apoio familiar para criar um(a) filh@, coerção por parte do companheiro, idade jovem para assumir a maternidade, risco de vida, gravidez de anencefalia ou outra anomalia fetal incompatível com a vida etc. – o direito de interrompê-la.

As mulheres que, por questões de fé ou outra convicção, não concordam com a prática, têm o direito de manter a sua gravidez. Elas não são nem jamais serão obrigadas a realizar aborto. Aliás, o Estado não assegura sequer os direitos devidos para as mulheres que decidem ter filhos. Por isso, mantêm-se os pleitos feministas do direito à creche e à educação infantil de qualidade. Tudo isso ainda tem de ser reivindicado, questões estas que os grupos conservadores

[4] Informação retirada do site do PNUD/Brasil – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - http://www.pnud.org.br/odm/objetivo_5/

[5] DINIZ, Debora; PENALVA, Janaína; FAÚNDES, Anibal; ROSAS, Cristião. **A magnitude do aborto por anencefalia: um estudo com médicos. In: Revista Ciência e Saúde Coletiva para a Sociedade.** Disponível em: <http://www.abrasco.org.br/cienciaesaudecoletiva/artigos/artigo_int.php?id_artigo=3717>. Acesso em: 25 out. 2009.

antidireitos nem sequer problematizam. Queremos garantir o direito a quem não deseja seguir com uma gravidez indesejada, bem como desvelar as várias situações em que as mulheres são obrigadas por seus maridos, companheiros e familiares a abortar quando não o querem. Não pretendemos forçar ninguém a ter ou a não ter filh@s. Queremos, como aprendi com o feminismo, garantir as diferentes opções para as mulheres. E que estas, diante das opções, sejam capazes de traçar seus próprios projetos de vida.

A questão do início da vida desde a concepção varia segundo diferentes olhares. As religiões têm opiniões diversas, a ciência também. Para ciências como a sociologia e a psicologia, a vida só tem significado social quando se estabelece a relação com outros seres, após o nascimento. Antropólogas feministas questionam a defesa da vida como um valor absoluto para os grupos conservadores, que levam ao extremo de não reconhecer o potencial humano de uma vida já existente (no caso, a vida da mãe) para a defesa incondicional da potencialidade do vir a ser – um embrião que pode nem mesmo chegar a se desenvolver ou a nascer.

Lembrando os dados de altas taxas de morte materna que temos no Brasil, podemos chegar a situações em que uma mulher morre no momento de dar à luz, por exemplo, um feto anencéfalo – que, sem cérebro, não sobreviverá após o parto. Esse tipo de gravidez pode até ser considerada uma tortura para a mãe e para o pai que passam por essa situação.

Ainda sobre a ação dos grupos antidireitos, a sociedade brasileira e, especialmente as mulheres precisam acessar as informações. Enquanto as organizações e redes feministas trabalham para ampliar a discussão na sociedade, monitorando o estado para a oferta de planejamento familiar, discutindo a necessidade de educação sexual nas escolas, reivindicando creches públicas etc., os grupos conservadores apresentam proposições legislativas impedindo a discussão sobre educação sexual nas escolas, a distribuição de métodos contraceptivos e a contracepção de emergência. E ainda recebem recursos públicos na área da saúde, como no caso das Santas Casas de Misericórdia, que não oferecem serviços de ligadura de trompa, não distribuem camisinhas e tampouco devolvem aos cofres públicos o recurso, já que descumprem a lei de planejamento familiar. Ou seja, o grupo antidireitos das mulheres não quer nem discutir, nem ofertar os serviços de contracepção de emergência e, ainda, não quer que as mulheres abortem.

Outro dilema refere-se à moralidade brasileira, que, como vimos anteriormente, prefere resolver as questões no âmbito da individualidade e não pelo reconhecimento de um direito cidadão. Esse debate chega, por exemplo, aos plenários do Congresso Nacional. Muit@s parlamentares até concordam com o fato de não criminalizar a mulher que decide pela interrupção de uma gravidez, mas são expressamente contra o Estado ofertar os serviços públicos. Ora, de que adianta, a exemplo do que ocorre hoje na Espanha, as mulheres, especialmente as mais pobres, poderem abortar, mas sem que o Estado ofereça, com segurança, o serviço? Vão continuar dependendo de clínicas particulares? Que mulheres poderão pagar por esse serviço?

Não podemos deixar de mencionar a proibição da prática do aborto como um dos pilares do patriarcado – associada à não participação política das mulheres, para que elas não possam pleitear seus direitos, bem como à exploração econômica e à dependência financeira, e, por último, à violência contra as mulheres, como o cerceamento da autonomia e liberdade femininas. O controle do corpo e da sexualidade das mulheres é uma das formas de se manter a submissão feminina à vontade masculina. Esse controle se realiza pela exploração da imagem dos corpos femininos, veiculada pelas mídias e propagandas, pela exploração sexual de meninas e mulheres, e pelo cerceamento da liberdade e do prazer sexual – como no tolhimento à expressão das relações homoafetivas e à vivência plena da sexualidade.

Uma dificuldade que temos observado diz respeito ao trânsito entre o debate sobre aborto e a formatação de nosso sistema político. Temos observado a formação de uma aliança entre o fundamentalismo religioso e o conservadorismo político. A força de tal aliança pode ser constatada na ausência do tema no II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, na quantidade de proposições legislativas apresentadas pelas bancadas religiosas que articulam integrantes de partidos como o Partido dos Trabalhadores e o Partido Verde (os campeões em número de autoria de proposições que retroagem direitos das mulheres no campo da sexualidade e da reprodução), na aprovação da CPI do aborto, que tem o intuito de perseguir tanto as mulheres quanto as organizações feministas que defendem o direito ao aborto, dentre outros.

A ação sistemática desses grupos tem acarretado uma verdadeira onda de criminalização, com estouros de clínicas, apreensões de fichas médicas e denúncias do Ministério Público para que se condenem as brasileiras que recorreram a um aborto (seja ele legal ou não). Uma verdadeira guerra contra a autonomia reprodutiva das brasileiras. Para nós, das Jornadas pelo Aborto Legal e Seguro, está claro que a briga é contra o direito e a autonomia das mulheres, porque ousamos romper com o modelo patriarcal familiar tradicional que esperava que fiquemos em casa, respondendo às vontades e aos desejos dos homens. Lembro-me de várias discussões que tive com deputad@s sobre o tema do aborto – por exemplo, em que demandava o voto del@s a favor do PL 1135 – , nas quais ouvi coisas do tipo: "esse assunto é polêmico e não posso me comprometer politicamente; minha base está ligada à Igreja Católica e, se votar a favor, posso não ser reeleito". Afinal, podemos perguntar: Qual é a responsabilidade de um parlamentar para com as mulheres brasileiras, uma vez em exercício de um mandato público? Como, em nome de uma moralidade religiosa, se ausentar de seu papel para a garantia da saúde e da vida das milhares de brasileiras que realizam abortos em condições inseguras? Não devemos também limitar a quantidade de possibilidades de reeleição e exigir foco para cumprir um bom mandato para o qual foi eleit@? O que vemos é que a grande questão de quem chega aos lugares de poder em nossa democracia representativa é manter-se no poder! E, para isso, toda forma de aliança e acordo é justificada em nome de uma pretensa "governabilidade".

Em 2005, o governo federal constituiu a Comissão Tripartite, formada por integrantes da sociedade civil, parlamentares e representantes do governo. Essa Comissão elaborou uma proposta de alteração dos marcos legais sobre o aborto e o

encaminhou ao Congresso brasileiro. Mas, neste momento, o processo está parado. É importante lembrar que a criação dessa Comissão Tripartite foi fruto de uma demanda das mulheres brasileiras que se organizaram e participaram, em 2004, da I Conferência de Políticas para as Mulheres (I CNPM), pedindo a revisão da legislação punitiva sobre aborto. Na época, nos surpreendemos com o resultado da Comissão, que não só construiu uma proposta pedindo a descriminalização, como elaborou um anteprojeto que legalizava o aborto a pedido da mulher e criava toda uma regulamentação para as diferentes situações: até 12 semanas de gestação; até 20 semanas de gestação, no caso de gravidez resultante de crime contra a liberdade sexual; e ainda a permissão no caso de diagnóstico de grave risco à saúde da gestante e diagnóstico de malformação congênita incompatível com a vida, ou ainda, doença fetal grave e incurável.

Prevê também a oferta da prática pelo serviço público e pelos planos privados de assistência à saúde, estabelece punições caso o aborto seja realizado sem o consentimento da gestante ou se a prática resultar em agravamento de seu estado de saúde ou mesmo em morte materna. Tal proposta foi recebida pela então deputada federal Jandira Feghali (PC do B-RJ), que era a relatora de um projeto de lei sobre descriminalização do aborto, o famoso PL 1135, de 1991. Ela acatou, em seu parecer, na Comissão de Seguridade Social e Família, o texto desse anteprojeto, em 2005. No entanto, não chegou a ser votado, e como ela não foi reeleita no pleito de 2006, o conteúdo da proposta automaticamente foi arquivado pelos trâmites do próprio Congresso brasileiro. Diante disso, os movimentos feministas se rearticularam para novamente demandarem, junto ao Executivo, o envio da proposta como Projeto de Lei ao Legislativo, e assim foi aprovado na II CNPM, em 2007. No entanto, o Executivo desrespeitou essa deliberação e retirou-a do II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, dando clara demonstração de que não quer enfrentar essa briga no Congresso.

Continuamos demandando essa conquista da II CNPM, e já temos estratégias elaboradas para apresentação da proposta ao Congresso. Porém, mais importante ainda é a discussão de seu conteúdo com toda a sociedade, para que esta conheça melhor essa iniciativa e a apoie. Temos discutido, elaborado e implementado diversas estratégias políticas no âmbito das articulações e redes feministas que defendem o direito à legalização do aborto, como as Jornadas pelo Aborto Legal e Seguro, a Articulação de Mulheres Brasileiras, a Marcha Mundial das Mulheres, a Rede Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos, dentre outras.

Tendo como foco a legalização, essas iniciativas articulam estratégias de *advocacy* (ou, em outras palavras, ações de *incidência política*) sobre os poderes públicos; a ampliação da discussão pública na sociedade sobre os impactos da ilegalidade do aborto na vida das mulheres, associando essa discussão com a necessidade de novas linguagens sobre os direitos das mulheres à autodeterminação reprodutiva; a promoção de debates com o público em geral, e em especial com as mulheres, parlamentares, gestor@s públic@s, operador@s de direito, estudantes e acadêmic@s, jornalistas e diversas categorias profissionais, sobre o conteúdo da proposta que defendemos, elaborada pela Comissão Tripartite; a troca de experiências e iniciativas com redes feministas latino-americanas e da América Central, que também lutam pela legalização do aborto

– países como Uruguai, Argentina, Chile e Nicarágua têm passado por avanços e retrocessos nesse tema; a realização de campanhas que enfrentam os valores culturais da nossa sociedade, os quais impedem a ampliação desse direito; e, mais recentemente, a denunciar as estratégias de grupos conservadores quem perseguem e criminalizam as mulheres que optam ou optaram pela prática do aborto.

Essa onda persecutória tem nos preocupado bastante, e diante desses intentos precisamos ganhar fôlego e aumentar nossa capacidade de mobilização social em defesa das mulheres. Para exemplificar a gravidade da situação, podemos nos remeter ao caso das "10 mil mulheres de Campo Grande" (MS, 2007), que tiveram seus direitos à privacidade e à saúde violados e suas fichas médicas expostas ao público. Dessas, quase duas mil mulheres estão passando por processo de indiciamento por prática de aborto, após fechamento de uma clínica de planejamento familiar na cidade. Tal ação contou com a articulação da mídia (que fez a matéria denunciando a clínica que existia há mais de 20 anos) com o Ministério Público, a delegacia, parlamentares federais e todo o sistema judiciário local. Até o presente momento, mais de 50 mulheres foram indiciadas e mais de mil estão sob investigação. Tal iniciativa vem se repetindo a partir de estouros em outras clínicas, e a novidade está na apreensão dos prontuários para que sejam utilizados – ainda que de forma irregular, por não existir prova material – como evidências criminais para a condenação de mulheres.

As mulheres da cidade de Campo Grande estão apavoradas, com medo de saírem de suas casas e de serem abordadas pela polícia ou mesmo por seus ex-maridos, namorados e companheiros. Durante o período em que os prontuários ficaram expostos à consulta pública, esses homens foram atrás para saber se suas ex-companheiras tinham feito algum aborto. Uma verdadeira caça às bruxas volta a rondar a vida dessas mulheres, em pleno século XXI.

No cenário do legislativo federal, a situação não é melhor. Atualmente (julho de 2009), o CFEMEA monitora mais de 40 proposições legislativas que dizem respeito ao tema dos direitos reprodutivos. Desse conjunto, cerca de 30 propõem aumento de pena, revogação dos dois permissivos para o aborto legal e outros conteúdos que retroagem direitos. Alguns exemplos que valem ser mencionados:

> *Projeto de Lei 2213/07 (Francisco Dornelles – PP/Rio de Janeiro): Autoriza a dedução das despesas com "nascituros" da base de cálculo do Imposto de Renda de Pessoas Físicas. Considerar fetos como dependentes foi um precedente bastante forte e inovador nas discussões desta Casa.*
>
> *PL 1763/2007 (Jusmari Oliveira – PR/Bahia e Henrique Afonso – PT/Acre): Visa oferecer assistência à mulher grávida (em decorrência de um estupro) um salário mínimo até que seu filho complete 18 anos. Tal projeto foi apelidado pelo CFEMEA de "bolsa estupro" e gerou grande repercussão na mídia e dos movimentos feministas. A ideia é dissuadir as mulheres do direito à interrupção da gravidez,*

e, ainda, submetê-las ao julgamento de seu estuprador e condenação para que acessem tal benefício. O tempo de tal processo supera o tempo para que se recorra ao aborto de forma segura.

PL 831/2007 (Odair Cunha – PT/Acre): Os hospitais em exercício de suas atividades no território nacional, quando autorizados legalmente à prática abortiva de feto humano, deverão antes aplicar à gestante e a representantes legais um "programa de orientação" sobre os efeitos e métodos utilizados no aborto. Tal programa inclui exibição de filmes sensacionalistas e mentirosos e conversas com ministros religiosos – tudo com o intuito, mais uma vez, de dissuadir as mulheres do exercício de seu direito em vez de promover uma orientação séria e respeitosa sobre tal decisão.

PL 2154/2007 (Dr. Talmir Rodrigues – PV/São Paulo): Cria um número telefônico para recebimento de denúncias de abortos clandestinos.

PL 2504/2007 (Walter Brito Neto – PRB/Paraíba): Pretende cadastrar todas as gestantes no momento da confirmação da gestação. A justificativa do projeto é a necessidade de controlar as gravidezes das brasileiras já que se sabe que muitos abortos são realizados. Como não denunciar o controle sobre nossos corpos?

PL 1035/1991 (Vivaldo Barbosa – PDT/Rio de Janeiro): Dispõe sobre a criminalização e punição da prática da tortura, e inclui o aborto nesse tipo de crime.

PL 478/2007 (Luiz Bassuma – PT/Bahia e Miguel Martini – PHS/Minas Gerais) – Institui o Estatuto do Nascituro. Proíbe o aborto mesmo em caso de estupro e transforma o aborto ilegal em crime hediondo. A pena fixada para quem "causar culposamente a morte do nascituro" será de um a três anos de detenção, e é aumentada em um terço para o médico que fizer a cirurgia. A proposta aumenta, ainda, de 10 para 15 anos de reclusão a pena do médico que provocar aborto sem o consentimento da mãe, e de 4 para 10 anos caso haja consentimento desta.

Para além de nosso discurso de ampliação desses direitos (como a permissão para a realização da antecipação terapêutica do parto e o conteúdo do anteprojeto da Comissão Tripartite), nosso maior trabalho tem sido no sentido de denunciar as estratégias que fazem retroagir direitos, de modo a impedir tais retrocessos. Historicamente, os grupos conservadores antidireitos foram associados à direita política. No entanto, observa-se que, nos últimos anos, também os governos e partidos de esquerda tentam negociar direitos conquistados pelas mulheres – em especial o direito ao aborto legal – em nome de seus próprios interesses e alianças políticas. Além disso, direitistas e esquerdistas tentam proibir a anticoncepção de emergência, a camisinha, a educação sexual, a prevenção da epidemia HIV/AIDS.

A população brasileira tem de estar ciente de que nossos direitos não são violados apenas quando nos esquemas de corrupção – ainda que as denúncias acerca destes sejam extremamente necessárias – mas, também, quando cláusulas pétreas de nossa Constituição Federal, como o direito humano à saúde das brasileiras, estão ameaçadas. Acredito que se a população brasileira tivesse ciência dos discursos proferidos por parlamentares que chegam a dizer coisas como "a mulher que aborta o fruto de um estupro é mais cruel que o estuprador, porque está fazendo algo que nem ele teve coragem de fazer, que é matar", ou mesmo o conteúdo das proposições citadas, nossa capacidade de indignação coletiva, especialmente a das mulheres, ganharia mais fôlego.

Uma iniciativa recente articulada pelos movimentos feministas, com vistas a ampliar nossa fala para outros setores dos movimentos sociais e para a sociedade em geral, e aumentar nossa capacidade de mobilização social, diz respeito ao lançamento da *Frente Nacional contra a Criminalização das Mulheres e pela Legalização do Aborto,* em setembro de 2008[6]. Tal iniciativa tem se mostrado um importante instrumento de mobilização social, e os agrupamentos de mulheres nos estados brasileiros estão constituindo a Frente nos seus estados.

[6] Para maiores informações e adesões ao manifesto da Frente, entrar em: http://www.frentepelodireitoaoaborto.blogspot.com.

Mulheres jovens públicas: um debate sobre eleições proporcionais | Maria Divaneide Basílio e Ana Lucia Rezende

Maria Divaneide Basílio: Feminista, integrante do Forito, educadora popular, mestre em Ciências Sociais UFRN/PROCAD UNICAMP. Associada da Escola de Formação Quilombo dos Palmares – EQUIP e da ONG Canto Jovem. Consultora Nacional do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura – IICA, para o Ministério do Desenvolvimento Agrário-MDA no acompanhamento da juventude rural. Integrante do Conselho de Redação da Revista *Teoria e Debate*, da Fundação Perseu Abramo.

Ana Lucia Rezende: Feminista, socióloga com atuação em políticas públicas, especialmente nas áreas de segurança, cultura, mídia, educação, gênero, sexualidade, direitos humanos e juventude. Atualmente, é também vocalista e baixista da banda Machina. Integra a Articulação Brasileira de Jovens Feministas e coordena a Gerência de Projetos, Administração de Convênios e Captação de Recursos da Secretaria de Defesa Social da Prefeitura Municipal de Vila Velha (ES).

No século XX, a mulher brasileira conquistou o direito de ocupar uma vaga na universidade, de votar e ser votada, de exercer com liberdade sua vida sexual e reprodutiva, de separar-se e estabelecer novos relacionamentos conjugais. Contudo, a efetivação desses direitos ainda é um desafio político e cotidiano. Afinal, nem todas as mulheres têm acesso a esses direitos e os dados sobre as condições de vida das mulheres não deixam dúvidas de que equidade e igualdade ainda estão distantes de ser parâmetros de realidade: os salários das mulheres são inferiores aos dos homens; elas vivem a dupla jornada de trabalho, como decorrência de uma suposta responsabilidade/aptidão que as condena ao mundo doméstico; são as principais vítimas de violência doméstica e sexual; enfrentam muitas limitações cotidianas para o exercício pleno e livre da sexualidade.

Por todos esses motivos, é possível dizer que o país ainda vive um contexto absolutamente marcado pela desigualdade das relações entre homens e mulheres em todas as dimensões da vida social. Essa situação não é diferente no que diz respeito à participação política das mulheres. Os homens são hegemônicos nos espaços de poder, nos partidos, nos movimentos sociais mistos. E mesmo quando as mulheres são majoritárias, o poder é hegemonizado pelos homens. Além disso, a participação e a presença feminina nos espaços da democracia representativa são direitos e cenários ainda muito desafiadores.

Em 2007, pesquisa realizada pela União Interparlamentar (IPU) com números de toda a América Latina revelou que, no Brasil, a presença de mulheres na Câmara dos Deputados só é maior do que a do Haiti, da Guatemala e da Colômbia[1]. Atualmente, elas são 45 parlamentares, ou seja, ocupam menos de 10% das 513 cadeiras da Câmara e possuem uma modesta

[1] Participação das mulheres na política cresce, mas domínio ainda é dos homens. O Globo On-line (http://oglobo.globo.com/pais/mat/2007/03/08/294842831.asp).

presença à frente das lideranças partidárias e da Mesa Diretora da Câmara. As eleições de 2006 elegeram 1.059 representantes para as assembleias estaduais e a Câmara Legislativa do Distrito Federal, dos quais apenas 11,61% (123) eram mulheres. Apenas nos Estados do Acre e Sergipe as mulheres representaram um percentual superior aos 20%; em regiões como Ceará, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Rondônia, não representavam sequer 5% dos eleitos (CFEMEA/TSE, 2006).

Os resultados das eleições municipais de 2008 também evidenciam a baixa participação de mulheres no cenário político brasileiro: apenas 12,52% dos vereadores eleitos eram mulheres. Além disso, segundo levantamento da ONG CFEMEA, produzido em 2008, em relação às mulheres eleitas vereadoras naquele ano por partido político, nenhuma das 17 legendas cumpriu a Lei 9.504/97, que reserva um percentual mínimo de 30% das vagas nas listas eleitorais ao sexo minoritário em eleições proporcionais. Dessa forma, a quantidade pouco significativa de mulheres eleitas tem como um dos elementos de origem o número de candidaturas bastante modesto por parte dos próprios partidos. Tais dados, tomando de empréstimo a afirmação feita pela feminista Betânia D'Ávila, demonstram que é preciso uma revolução mais longa e permanente para democratizar a democracia. De qualquer maneira, a atividade parlamentar é talvez a única arena política onde as mulheres têm alguma representação. Segundo Fanny Tabak:

> *Dentro da perspectiva feminina, a atividade parlamentar é particularmente importante, porque ela é talvez a única arena política onde as mulheres têm alguma representação. E, nesse sentido, ainda é insuficiente a informação que se tem, em geral, sobre a atividade parlamentar das mulheres em qualquer dos níveis do poder no Brasil. Isso não obstante que já na década de 30 as mulheres estiveram representadas no parlamento brasileiro, tão logo lhes foi concedido o direito de voto. (TABAK: 2002, p. 85)*

Nossa opinião é de que a disputa eleitoral é um momento complexo, em que se evidencia o modo como cada sociedade distribui poder e forja as relações de poder. Então, para anunciar como se concretiza essa sociedade na disputa eleitoral, apresentamos algumas "pérolas" já escutadas por nós: *"Já temos o número de mulheres suficientes, já contemplamos a cota. Colocar mais mulheres na chapa agora é problema deles!"*; *"Se já tínhamos o número de mulheres necessárias, por que colocar mais?"*; *"Não vamos facilitar a vida dos nossos opositores, vamos indicar apenas o número de mulheres que nos compete"*. Talvez, outras mulheres atentas aos espaços de negociação política também já tenham escutado essas e outras afirmações do tipo, que, ditas de forma "natural", não expressam o significado da participação da mulher nas eleições brasileiras.

Essas falas, por sua vez, são intrigantes, porque desvelam não apenas o papel do(a) eleitor(a), mas de como os partidos políticos tratam as candidaturas de mulheres. A caminhada para que as mulheres possam participar efetivamente da democracia é maior do que imaginamos e é preciso iniciá-la pela nossa casa, pela nossa rua, pelo nosso partido... Além disso, a candidatura de uma jovem! Bom... isso é de menor importância, dizem. Ou, quando muito, elas (as jovens) devem visar o fortalecimento do total de votos para a eleição de uma candidatura prioritária, muitas vezes masculina.

Um dia, nós duas nos propusemos a ser candidatas. Mulheres, jovens e feministas. Jovens feministas presentes! Partíamos da convicção de que havia uma pauta feminista não tocada nem defendida pela maioria dos(as) parlamentares no país, quanto menos uma perspectiva de direitos da juventude. E avaliávamos que esse fato dificultava o avanço das políticas públicas específicas para a mulher e as mulheres jovens. Foi isso que nos estimulou a participar da disputa eleitoral.

Este texto foi elaborado com o intuito de partilhar nossas experiências, como mulheres, jovens e feministas que experimentaram uma situação eleitoral, em diferentes contextos regionais, políticos e partidários. Apesar das diferenças, partilhamos da percepção de que a democracia representativa no Brasil ainda reflete uma sociedade que precisa aprofundar e avançar nas suas compreensões sobre a equidade e igualdade de homens e mulheres e sobre o significado das eleições proporcionais. Mais do que isso, revela um país que ainda precisa reconhecer a importância de processos educativos que visem disseminar os sentidos do processo eleitoral e do voto, para os quais as mulheres, ainda que lentamente, buscam modificações, a partir de novos jeitos de fazer política, apostando em processos criativos de aprofundamento da democracia e fortalecimento da luta feminista.

A experiência da candidatura Divaneide 13113

Essas que se embrenharam mata adentro
E se negaram aos colonizadores
Essas que levaram chibatadas
E fundaram quilombos
Essas que pariram e criaram filhos e filhas
E as que não pariram
Essas que clamaram por escolas
E derrubaram muros com pontas de dedos
Essas que escreveram
E as que nem assinavam o nome
Essas que quiseram ser cidadãs
E sonharam com todas votando
Essas que ocuparam ruas e praças
E as que ficaram em casa
Essas que trabalharam nas fábricas
E com enxadas no campo
Essas que foram datilógrafas, secretárias
E doutoras e lavadeiras

Essas que não se comportam bem
E que tudo fizeram sem pedir licença
Essas que desafinaram o corpo do destino
E abriram alas
Essas somos nós

(Schuma)

A poesia citada foi inspiradora da nossa campanha. Nós a utilizamos em diversos momentos como forma de anunciar as nossas múltiplas faces e a necessidade de abrir alas, desconstruir estereótipos e pautar a oxigenação do Partido, a renovação de lideranças a partir da ousadia juvenil, da identidade étnico-racial e feminista. No comício de encerramento da campanha, lembro de uma frase que utilizei: "Esta é a maior experiência que já vivi em minha vida". Quando desci do palanque, várias pessoas disseram que ficaram animadas com meu entusiasmo, mas que talvez a expressão utilizada por mim fosse forte demais para o momento.

Hoje, tenho convicção de que aquela foi de fato a maior e mais grandiosa experiência que vivi em minha vida. Nela me coloquei à disposição da sociedade, expus minha vida, mas, sobretudo, tive a oportunidade de falar com seriedade da política, e que a mesma Divaneide que era respeitada nos espaços profissionais em que atuava também poderia qualificar o espaço da "política". Pude, portanto, tratar do espaço da política como um lugar tão importante quanto a atuação na Pastoral de Juventude do Meio Popular, na Rede de Jovens do Nordeste, na Rede de Educadores Populares do Nordeste, no Fórum de Mulheres Jovens Políticas (Forito), dentre outros. Aliás, foi com esses "bottons" que me apresentei na disputa, com essa trajetória no interior dos movimentos sociais, nas lutas juvenis, na educação popular, no debate da diversidade e, sobretudo, no debate feminista.

Falar desse momento é um verdadeiro presente, pois aqui posso recordar e contribuir com muitas outras mulheres que desejam ocupar espaços como este. Em primeiro lugar, é importante dizer que desde a adolescência alguns amigos brincavam e me chamavam de vereadora, mas essa experiência não foi "natural", não estava pensado e nem pautando minha trajetória nesse sentido. Mas isso aconteceu. E aconteceu de uma forma muito importante e valorosa.

Participei de um grupo que no início era denominado "PT Jovem", composto por uma maioria de mulheres. Nesse sentido, o debate de gênero sempre esteve presente, embora o tema feminismo ainda não fosse a questão central para o referido grupo. Quando entrei no Forito, fui surpreendida com uma pergunta: *"Onde você encontrou o seu feminismo?"*. Tal questão deixou-me atordoada, nem sabia que era feminista.

Mas aquilo me tocou profundamente e fui lembrando como os "meninos do PT", na época, se referiam ao grupo do qual eu fazia parte, sempre descredenciando e desqualificando, como se fosse um grupo de amigas, de sonhadoras e de bobas. Lembrar disso fez-me encontrar o meu feminismo. Não poderia concordar com esse pensamento e posicionamento. Depois de um longo processo, de amadurecimento, diálogos, conversas, disputas, nosso grupo concorreu à Secretaria Estadual de Juventude do PT no Estado, do qual tenho orgulho de ter sido secretária. Sei que esse setorial está consolidado em nosso partido, graças ao fazer político de jovens mulheres, fortes e também sonhadoras, mas, acima de tudo, coerentes e com compromisso partidário.

Hoje, a atual secretária é Berna Ignus, uma jovem que também integrou o "PT Jovem". Berna tem dado continuidade a esse trabalho, fortalecendo a participação das mulheres jovens nos espaços de direção do PT. Essa companheira também foi uma das estimuladoras da nossa candidatura.

A decisão de ser candidata a vereadora não foi fácil, mas o processo se construiu coletivamente. Já havia na Rede de Jovens do Nordeste um debate em torno do que significavam as candidaturas jovens do campo democrático e popular. Por outro lado, em Natal (RN), para vereador, sempre votamos no companheiro Mineiro, que tinha um diálogo com os movimentos sociais e muito conhecimento acerca das questões da cidade. Mas naquela época ele já era deputado estadual, deixando aberto um espaço na Câmara. Familiares, amigos(as) e companheiros(as) de militância de outros espaços apostaram nessa possibilidade, e assim me senti estimulada a viver esse desafio e a fazer da campanha a continuidade do espaço de educação popular, que é nosso foco na vida pessoal, profissional e de militância. Assim, seguimos para a campanha, para o planejamento e definição de eixos prioritários: mulheres, negros(as) e jovens era a nossa principal identificação, e com esse foco resolvemos incorporar a discussão do lazer, qualidade de vida, cultura e participação popular com o slogan **"Ousar pra fazer"**.

Essa campanha, acredito, pode ser lembrada por muita gente como aquela de retorno às raízes do jeito de ser e fazer do PT, ou seja: vendemos bonequinhas, camisetas, viseiras, fizemos um mutirão para pintar o comitê, construímos coletivamente um mosaico com o símbolo da nossa campanha. Acho que esse momento foi capaz de unir a subjetividade, a leveza, mas, sobretudo, a determinação de uma campanha de uma jovem moradora da zona norte de Natal, recém-formada no curso de Ciência Sociais, que sempre pontuou a necessidade de diferenciar fragilidade de sensibilidade na afirmação da identidade feminista.

A rede de colaboradores(as) só crescia, e nos primeiros momentos as demais candidaturas, principalmente as masculinas, nos tratavam com carinho, como se estivessem lidando com um bibelô, algo bonitinho. Bastaram alguns momentos de tensão para esse carinho mudar de nome, bastou reivindicarmos tempo de TV – já que éramos uma candidatura com recorte étnico-racional, de gênero e de geração – para os companheiros me procurarem depois da

reunião, na sala de espera para gravar o programa de televisão, ou mesmo no comitê, para "negociar" os termos da minha candidatura.

Atitudes covardes, nunca manifestadas em público, sempre querendo intimidar. Acredito que, na maioria das vezes, é o que dificulta a continuidade da participação das mulheres nas disputas políticas. A despeito de qualquer problema estrutural, acredito que esse foi o maior desafio, ou seja, manter-se firme, mesmo tendo que conviver com esses "companheiros" que eram incapazes de pautar a discussão em espaços coletivos, para não parecerem "antifeministas", ou porque sua tendência interna tem um debate forte sobre a questão da mulher. Mas, na verdade, o respeito à participação das mulheres num processo eleitoral não acontece de forma tão tranquila como desejamos, principalmente quando se trata de uma mulher jovem.

Hoje, no PT, tem sido pautado o debate em torno do pacto intergeracional. No entanto, acredito que estimular a participação de jovens mulheres nos processos eleitorais, na busca por ocupar um espaço no parlamento, deve ser uma prioridade para além do pacto intergeracional. É preciso um reconhecimento da importância desse segmento social no interior dos partidos políticos, o que implica um duplo desafio: romper com certo adultocentrismo que permeia as relações partidárias e com o sexismo historicamente combatido pelas mulheres que atuam neles.

A nossa campanha enfrentou esses desafios e conquistou diversos setores, como universidades, petroleiros(as), bancários(as), comerciários(as), estudantes, bem como muitos grupos juvenis. O jeito de fazer a campanha nos possibilitou transformar o processo eleitoral em um momento de educação popular. Exibimos filmes nas comunidades, fizemos rodas de diálogo sobre o papel do vereador(a), realizamos seminários sobre orçamento, cultura, juventude, lazer e qualidade de vida. Colocamos conteúdo e seriedade em nossa campanha e ousamos nas pinturas em grafite, na ocupação dos quatro cantos da cidade, na empolgação e no entusiasmo, para não surgir desânimo durante a campanha.

Conquistamos muitos companheiros, mas foram as Vanessas, Reginas, Dalvanis, Bernas, Késsias, Emílias, Maras, Ailmas, Marcelanges, Gardênias, Elianas, Mirians, Ceiças, Janeayres, Conceiçãos, Márcias, Ilenas, Algérias, Sandras, Vilmas, Lívias e muitas outras companheiras que estiveram na linha de frente. E outras, ainda que na segunda linha, ousaram acompanhar nosso cortejo que passou por muitas ruas, seguindo o batuque do pau e lata, a música de Donizente, o gingado de Rejane Luna no Bar das Bandeiras, a contribuição de Leninha na construção do mosaico, a alegria da bicicleta de som, a arte de João Natal, o balanço da bandeira Lilás, o companheirismo da minha família e amigos(as), as valiosas colaborações políticas de Mineiro, Geraldão, Aldemir, Pedrinho, as artes de Vlademir Alexandre e Henrique José, mas, sobretudo, o carinho e o cuidado com a nossa candidata a Prefeita, também mulher feminista: **Fátima Bezerra.**

De modo geral, o PT não se saiu bem nessas eleições. A votação majoritária foi inexpressiva, perdemos uma cadeira na Câmara Municipal de Natal, a composição geral da Câmara foi completamente masculina, num quadro que elegeu apresentador de programa policial, lutador de boxe, bispo da igreja... Só para dar alguns exemplos de pessoas que não possuíam nenhuma trajetória política de compromisso com as lutas sociais e que passaram a ocupar um espaço importante para a tomada de decisões da Cidade do Natal.

Nós saímos da campanha com gosto de continuidade, sabor de alegria: foram 1.424 (um mil quatrocentos e vinte e quatro) votos conquistados, que agradecemos. Em 2008, discutimos a possibilidade de lançar mais uma vez a nossa candidatura, mas algumas mudanças de ordem profissional deram outros rumos a essa discussão. Os fios que tecemos e as redes que construímos apontam para caminhos que não podemos deixar de trilhar, pois o espaço da política precisa pautar cada vez mais a ampliação das mulheres com igualdade de oportunidades nos processos de participação, que vão além das decisões burocráticas, mas que respeitam e priorizam efetivamente a participação das jovens, mulheres e negras. Assim, encerramos a campanha com a alegria que começamos, regada a muitos depoimentos e revisitando Chico Buarque: "Foi lançada uma Estrela, para quem souber enxergar, para quem quiser alcançar e andar abraçado nela".

A experiência da candidatura Ana Lucia 4030

"Ana Lucia Rezende, mineira, capixaba de coração, é socióloga formada pela UFES e atua na área da cultura e educação. Militante das causas das mulheres, Ana Lucia é a representante do Estado no Fórum de Mulheres Jovens Políticas do Cone Sul. Além disso, já atuou como presidente da Associação de Moradores da Praia de Itapoã. Como Deputada Federal, Ana Lucia Rezende quer lutar pela: 1) Implementação de políticas públicas para as mulheres, jovens, negros e negras; 2) Inclusão e valorização dos direitos sociais para as minorias discriminadas; 3) Promoção de políticas públicas para o GLBTT (Gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais). Ana Lucia Rezende é 4030 para Deputada Federal."

Com esta plataforma de defesa de direitos de determinados grupos da sociedade, fui candidata a deputada federal no ano de 2006. O interesse em me lançar candidata surgiu pela minha convicção de que, por meio da nossa participação diferenciada e responsável na política, alcançaremos a efetivação dos direitos humanos.

Acho importante dividir essa experiência, porque o meu feminismo tem a ver com política. Além disso, novas estratégias de participação política podem ser elaboradas com a partilha de experiências daquelas que, ainda que com resultados variados, lançaram-se à tentativa de ocupar cargos políticos e de poder. Defendo que, ainda que tenhamos que fazer concessões, é necessário buscar nosso lugar na política, nos partidos, com grupos de ação com os quais nos identificamos. E foi isso que tentei fazer na minha ainda curta trajetória.

As jovens mulheres precisam pensar seriamente em entrar na política. Não podemos ficar à margem ou nas beiradas, reivindicando espaços ou fazendo apenas oposição a determinadas situações que nos oprimem. Alijadas de espaços de discussão e decisão, sem propor novas alternativas de governo, de gestão, de como administrar o poder, as mulheres jovens são silenciadas. E os partidos políticos são um espaço de poder. Ainda que a trajetória de um político não se esgote no partido, é a partir da filiação a uma legenda que os sujeitos se credenciam para participar das institucionalidades de nossa democracia representativa. Lá são "gestados" novos candidatos, novas tendências políticas, novas forças políticas. Por isso, se não estivermos nesses espaços e não os influenciarmos, não teremos sequer a possibilidade de que as nossas propostas para a sociedade sejam avaliadas e, em alguma medida, difundidas para um grupo expressivo da população.

Sou mineira e morei até os meus 21 anos em Juiz de Fora, mas estou no Espírito Santo há 11 anos. A mudança não foi apenas um deslocamento no território. Também ingressei na universidade, fiz Ciências Sociais, e isso muda a vida de uma pessoa. A universidade apresenta outras possibilidades de pensar, enxergar e agir no mundo. Nesse meio, tive a oportunidade de aprofundar-me em temas que me interessavam, como feminismo, gênero, "questões sociais". Na universidade, construí uma postura mais atuante. Participava de um grupo de estudo e de palestras sobre gênero e sexualidade, fazíamos muitas atividades na faculdade, em escolas e comunidades, e as discussões que estavam no plano acadêmico explodiram para outras esferas da minha vida. Sempre fui envolvida com música e, claro, essa esfera também foi contaminada pelo ímpeto feminista do qual me aproximei. Em 2001, tinha uma banda feminista de punk rock, Camumila, e esporadicamente organizávamos eventos feministas. Também participava da Associação de Moradores da Praia de Itapoã, em Vila Velha, da qual, mais tarde, fui presidente.

Portanto, foi nessa trajetória iniciada na universidade que comecei a enxergar o mundo, e também a minha atuação nele, de outra forma. E foi por esse caminho que a ideia de fazer parte de um partido político começou a me mobilizar. Ainda que gostasse e encontrasse muitos sentidos em todas essas experiências, pensava que elas se constituíam em estratégias que não esgotavam a minha energia e que eram limitadas ao seu alcance: a comunidade, o grupo que vai ao show ou à palestra na universidade.

Por isso, minha entrada em um partido político se deu logo depois da graduação na Universidade Federal do Espírito Santo. Fui convidada pela própria secretária estadual de mulheres do PSB a ingressar no partido. Logo em seguida, fui para a coordenadoria de formação política da própria Secretaria Estadual de Mulheres. Na época tinha 25 anos e, às vezes, era muito incômodo ter que pensar numa formação política para mulheres mais velhas e bem mais experientes na política. No partido, apesar de existir uma secretaria de mulheres, não havia uma discussão mais aprofundada sobre questões de gênero, políticas públicas para mulheres e sua participação em espaços de poder. Apenas discussões trazidas pela executiva nacional eram priorizadas, e não as demandas do movimento de mulheres e do movimento feminista. Era muito difícil acompanhar uma agenda, já que o partido sempre priorizava outras questões.

Em 2005, durante a constituição e trabalho da Comissão Tripartite – que reúne governo federal, sociedade civil e parlamentares para rever a legislação punitiva que trata da interrupção voluntária da gravidez –, propus uma sensibilização dos legisladores do nosso e de outros partidos no Espírito Santo, a partir de uma discussão sobre o tema. Porém, essas ações foram proibidas, pois o partido estava mobilizado para o plebiscito do desarmamento. A questão do desarmamento não é uma questão irrelevante, mas esse exemplo ilustra como a nossa agenda não era prioridade dentro do partido, inclusive na secretaria de mulheres.

Além disso, uma questão que sempre me incomodou foi o não cumprimento da cota de 30% de candidatura para mulheres. Este não chega a ser um problema exclusivo do partido em que eu estava, mas, de maneira geral, os partidos não são penalizados pelo não cumprimento da Lei 9.504/97 e, por isso, nenhum deles cumpre suas orientações. O meu questionamento era: se eles não priorizavam e não investiam nessas candidaturas, ou se as mulheres não queriam mesmo se candidatar. Mas, na época, participei do congresso nacional do partido, e Luiza Erundina foi bastante aplaudida, mas questionada por propor uma porcentagem de 30% do fundo partidário para a formação e candidatura de mulheres. Sua proposta foi vetada, vários políticos importantes influenciaram os votos dos delegados e o mais revoltante foi ver delegadas votando contra a proposta, inclusive mulheres que compunham a secretaria nacional de mulheres. Era uma questão tão óbvia de ser aceita dentro de um partido socialista, que toda a polêmica gerada e o posicionamento de alguns companheiros e companheiras simbolizaram o começo do rompimento de alguns laços que eu acreditava ter feito.

Em 2006, fui convidada a ser candidata a deputada federal. Eu e outras companheiras aceitamos o desafio, lançando finalmente uma chapa completa de mulheres. Para mim foi uma vitória, porque na época achava importante lançar tantas candidatas mulheres, e pelo menos uma delas ser jovem. Na verdade, aceitei a proposta dois dias antes de encerrar o prazo para a candidatura. Saí às pressas de Colatina, cidade localizada na região norte do estado, a 129 km da capital, onde estava morando na época, e fui para Vila Velha. Tive apenas um dia para providenciar toda a documentação, a foto e o discurso para a TV e o rádio.

O combinado era que me dariam material para a campanha, santinho, cartaz, adesivo, um carro plotado com motorista e gasolina para rodar o Estado, e uma pequena ajuda de custo. Na época estava desempregada, mas me ofereceram um cargo após as eleições que "resolveria meus problemas". Passado um mês de campanha, eu continuava sem carro, sem gasolina e sem dinheiro, apenas com uma caixa de santinhos e outra de cartazes, que distribuía em alguns shows e bares da cidade. Nunca conseguia acompanhar a agenda do candidato a senador. Passei um mês de campanha mendigando verba e informação.

Hoje entendo que minha candidatura tinha como objetivo apenas somar alguns improváveis votos à legenda e, por isso, não era conveniente dar muito crédito para minha campanha. Entrei em um processo de questionamento muito forte, e somente depois de um mês consegui verba para pagar um amigo que alugou um carro e foi motorista, cabo eleitoral,

segurança e confidente. A gasolina era sempre pouca, e a cada semana minha cota era cortada pela metade. Resolvi então não sujar as ruas com meus santinhos, e distribuí-los somente para quem realmente iria ler minhas propostas.

Fazer uma campanha sozinha, encarar as pessoas que estão tão desacreditadas da política, ser comparada a toda a escória política só por ser candidata, tudo isso compõe um processo muito delicado. Tive que me perguntar diversas vezes porque escolhi passar por aquilo tudo. Tinha consciência de que só com santinhos não conseguiria me eleger. Minha preocupação maior era saber como aproveitar melhor a campanha de rádio e TV, já que tinha 21 segundos no horário eleitoral. Pode parecer pouco, mas foi o suficiente para incomodar bastante gente, ao ponto de me tirarem do ar.

Na minha segunda aparição no horário eleitoral, resolvi questionar por que estavam parados os projetos de lei sobre aborto e casamento entre pessoas do mesmo sexo, no Congresso Nacional. Comentei também sobre como os interesses de parte conservadora da sociedade influenciavam a maioria daqueles que elaboram e aprovam as leis. A propaganda apareceu apenas um dia. Tive que gravar uma nova, desta vez usando termos como "direitos sexuais e reprodutivos", "direitos humanos", "políticas públicas para mulheres, negros e juventude". Nada de aborto, casamento gay, homossexualidade. Minha fala sempre terminava com: *"por um país sem machismo, sem racismo e sem homofobia. Ana Lucia 4030"*. Enfim, só quem era do campo entendia o que eu estava falando. Para maioria da população, era apenas mais uma no horário eleitoral, falando genericamente.

A Secretaria Estadual de Mulheres do meu partido não apoiou a minha candidatura. As mulheres que faziam parte dela trabalharam na campanha de outros candidatos, a maioria homens. Os motivos dessa priorização são diversos, inclusive há interesses políticos e econômicos, já que várias delas dependem de cargos para sobreviver. Nem eu, nem a secretária estadual de mulheres, que se candidatou a deputada estadual, conseguimos um número expressivo de votos. Não conseguimos nem fazer nossas campanhas juntas. Ela precisava de apoio e teve que se aliar a outro companheiro de partido, que era candidato a deputado federal.

Reconheço que fiz muito pouco na campanha. Na verdade, eu cumpri uma agenda em alguns lugares que considerava importantes para a minha apresentação como candidata. Mas, se tivesse tomado mais cuidado com alguns erros óbvios, talvez tivesse obtido melhor desempenho. Decidi pela candidatura muito abruptamente. Deveria ter montado um pequeno comitê em casa, feito reuniões com amigos que poderiam ter me dado apoio durante a campanha, buscado apoio financeiro, usado mais a internet para divulgar minhas propostas, e não depender exclusivamente do partido.

Obtive apenas 244 votos, de cidadãos moradores de cidades nas quais nunca estive. Perceber esse alcance das minhas ideias foi muito legal. De qualquer maneira, depois dessa experiência, eu me desliguei do partido. Após uma reunião para planejamento das ações da Secretaria de Mulheres, caiu a ficha de que eu iria apresentar pelo terceiro ano consecutivo uma série de propostas que, tinha certeza, não seriam desenvolvidas. Não dava mais para escutar as mesmas desculpas

das mesmas pessoas. Não interessava ao partido a formação das mulheres, nem tampouco torná-las elegíveis. Um partido se faz de pessoas, e elas têm de ter mais consideração e respeito com as que estão também contribuindo para a construção de um projeto político. Não preciso aqui me reafirmar como boa profissional e militante. Mas, se o partido não necessita de mim para compor nenhum governo, se não me é dada a oportunidade de atuar efetivamente em alguma administração ou mesmo dentro do partido, então não faz sentido militar e dividir minha energia com pessoas que não acreditam em propostas e trabalhos com perspectivas feministas.

Depois dessa experiência, fui para outro partido. Não me candidatei a vereadora na última eleição porque hoje penso que uma candidatura tem que ter como origem um projeto coletivo. Caso contrário, de nada adianta colocar a cara a tapa para aproveitar alguns segundos de televisão. É necessário um projeto consistente, não basta apenas ter boas ideias e boa vontade. É preciso formalizar acordos, criar alianças, fortalecer as bases para que realmente se consiga chegar a algum lugar e ser levada a sério. Esses foram os aprendizados riquíssimos, sem os quais nenhuma pessoa interessada em mudar o contexto social em que vive, em fazer luta política de defesa dos direitos, é capaz de sobreviver.

As mulheres ainda não se candidatam porque, para isso, são necessárias uma estrutura mínima e uma base política bem definida, que caminhem com elas. As pessoas que estão no poder ou que se candidatam para estar nesses espaços não estão sozinhas. Elas representam grupos, segmentos da população dos mais variados, e com interesses diversos. E, nesse sentido, não dá para fazer uma campanha eleitoral só com o pé no chão, boas intenções e os recursos oferecidos pelos partidos políticos a uma campanha não prioritária. O processo tem que ser coletivo e é preciso fazer alianças. Nesse processo, as mulheres ainda estão fragilizadas: não constituem maioria nos partidos, não são a maioria dentro dos movimentos mistos e têm bases frágeis.

Ainda estou buscando os caminhos para uma militância partidária. Não consegui experimentar um partido em que algumas de minhas lutas, as lutas das mulheres, sejam efetivamente prioritárias. Mas é justamente por isso que acho importante continuar neste espaço, provocando e trazendo essas questões. A participação de outras mulheres é importante e necessária, mas não quero ser responsável pela vinda delas para meu partido. Nem sei qual partido é o melhor lugar para elas, mas é evidente que os partidos precisam de mais feministas. O importante é não perder o foco e não desistir, dar valor às conquistas e não perder a essência jamais.

Bibliografia

Mandato Vivo Vereador Olegário Passos – PT . ***Caderno Vivo: Fêmeas***. Natal-RN (Sem data).

SUPLICY, Marta. O papel político das mulheres nas eleições. In: **Cartilha da candidata *2004*: conquistadoras de votos.** Mandato Deputada Iara Bernardi / PT. Brasília, 2004.

TABAK, Fanny. **Mulheres Públicas: Participação política e poder.** Rio de Janeiro: Letra Capital, 2002.

Memórias de um passado recente: I Encontro Nacional de Jovens Feministas | Ana Adeve

Aninha Adeve: 29 anos, feminista desde os quinze, escreve, faz teatro, estudou Letras, fundou a Associação Frida Kahlo. É ativista da Articulação Brasileira de Jovens Feministas e das Jovens Feministas de SP. Já foi do México à Turquia só para discutir as questões das mulheres jovens. Hoje participa dos projetos As mulheres negras têm história e As jovens negras estão aqui para contar, estuda dramaturgia e teoria Queer.

"Clavo mi remo en el agua
Llevo tu remo en el mío
Creo que he visto una luz al otro lado del río"
(Jorge Drexler)

Contar uma história é falar de memória, esquecimento, espaços e personagens. A memória e o esquecimento são faces de uma mesma moeda; espaços e personagens, elementos ativos que configuram a ação de contar. Não possuo técnica apurada de "contação de histórias", nem realizei estudos sobre a importância da memória na vida humana, porém faço-me narradora de uma ação coletiva numa tentativa de romper o esquecimento.

Hoje, no momento em que escrevo, o ***I Encontro Nacional de Jovens Feministas*** é passado refletido no tempo presente. Cada frase, cada sentimento, cada toque, cada palavra de ordem exacerbada, durante março de 2008, é lembrança reavivada de uma memória coletiva. Para mim, participar do desenho e feitura dessa atividade foi uma das melhores experiências no ativismo feminista. Imagino que esse sentimento perpasse outras personagens: Fernandas, Camilas, Anas, Latoyas, Martas, Jaquelines, Chindalenas, Lias, Roses e todas as outras que formam parte da ***Articulação Brasileira de Jovens Feministas.***

Para falar desse mosaico de lilases personagens, é necessário resgatar o prólogo do ***I Encontro*** (usarei ***I Encontro*** para designar o ***I Encontro Nacional de Jovens Feministas)*** que se remete a toda a movimentação das jovens brasileiras no marco do ***X Encontro Feminista Latino-Americano e Caribenho,*** realizado em outubro de 2005. Um dos eixos centrais do ***Encontro Latino-Americano*** foi a intersecção entre as identidades juvenis e feministas. Durante a atividade ocorreram diversas oficinas realizadas pelas jovens presentes e o ***I Fórum de Jovens Feministas da ALC*** (atividade proposta por Jovens Feministas de São Paulo, Elige México e Coordenadoria de Jovens Feministas do Chile e que contou com mais de 100 jovens participantes).

O espaço do ***I Fórum de Jovens Feministas da ALC*** foi essencial para as jovens se re-conhecerem, dialogarem e formularem suas demandas. As jovens feministas reafirmaram o sentimento de pertencimento ao Movimento Feminista e pontuaram que as questões geracionais devem pautar as ações politicas. As dicussões foram permeadas pela ideia da importância do marco geracional para a construção de uma ação politica, ou seja, a identidade politica pode estar atrelada a uma identidade geracional.

A busca da memória não é uma tarefa fácil, ainda mais quando é uma história que se construiu em muitas mãos e rostos. O ***Encontro Latino-Americano de 2005*** foi especial não só pela auto-organização das jovens feministas; foi marcante, também, pela possibilidade de diálogo entre as **negras jovens feministas** e as **jovens feministas**. Tal aproximação resultou em ações posteriores e no próprio ***I Encontro.*** A aliança entres esses grupos possibilitou a reflexão sobre as concepções entre o feminismo baseado na igualdade e o feminismo baseado nas diferenças desde uma perspectiva juvenil.

No momento em que dialogamos, **negras jovens feministas** e **jovens feministas**, identificamos nossas diferenças, similitudes e construímos relações flexíveis. Re-pensamos os lugares que ocupamos, os privilégios, e compartilhamos a tomada de decisões. Das primeiras menções da organização de um encontro de jovens feministas até a execução do projeto, nosso imaginário juvenil feminista foi moldado por meio de tensões e calmarias, correntezas de incertezas e rigorosa contundência.

Foram três anos de intensa formulação para o ***I Encontro*** sair do plano das ideias. As jovens feministas brasileiras se articularam e muitas começaram a sonhar com a possibilidade de um espaço fechado para a discussão de juventudes e feminismos. Outras atividades foram realizadas em diferentes espaços para pensar e delinear o que seria esse momento de encontro.

O ponto culminante, ainda do prólogo do ***I Encontro,*** foi a ***II Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres***, ocorrida em agosto de 2007. As jovens feministas organizaram-se para incluir suas demandas e propostas de politicas públicas no documento da Conferência. Foi a primeira vez que a questão das mulheres jovens ganhou um capítulo especial dentro das referências de politicas públicas para mulheres.

A construção do ***I Encontro*** foi coletiva e envolveu jovens feministas das cinco regiões do país. A diversidade posta a toda prova: falar é fácil, agora trabalhar com a diversidade no campo prático é uma tarefa árdua que abraçamos mesmo com todas as dificuldades de entendimento. Fazer algo de/para/com jovens feministas via internet, sem estrutura formal e com uma gama de opiniões que ora se completavam, ora se diluíam, consagrou a legitimidade e autenticidade da ação que propúnhamos.

É notório que o olhar já distante do passado nos permite avaliar melhor a conjuntura que vivenciamos, assim vislumbro que o ***I Encontro*** saiu do papel por uma conjunção de fatores internos e externos que permitiu a consagração desse sonho.

Entre os fatores internos destaco: a articulação entre as jovens feministas de diferentes correntes politicas; o amadurecimento da questão geracional como parte fundamental da identidade politica feminista; o diálogo entre as **negras jovens feministas** e as **jovens feministas;** a possibilidade de diálogo entre os diferentes projetos feministas de transformação social; e a utopia de mudar o mundo. Já os externos: o reconhecimento dos grupos de jovens feministas tanto no interior do movimento feminista, quanto nos espaços de construção social; a abertura dos espaços institucionais para as demandas juvenis; e o diálogo intergeracional.

Todo prólogo é o inicio e toda história tem o seu desenrolar. Para nós, jovens feministas, o desenrolar da história foi o ***I Encontro:*** local Ceará, cidade de Maracanaú, de 13 a 15 de março de 2008. Para potencializar lideranças e grupos juvenis feministas decidimos realizar a atividade fora do Sudeste, o que foi um desafio. Estávamos desejosas de colocar em prática a premissa de levar o centro para outro lugar, de olhar o mundo a partir de outro referencial, de re-discutir os referentes de periferia e centro. Além do desejo de potencializar o Nordeste no ***I Encontro,*** a escolha do local ocorreu também porque identificávamos no Ceará um movimento de mulheres forte em organizações como o Fórum de Mulheres, a Marcha Mundial de Mulheres, a União Brasileira de Mulheres, a Articulação Brasileira de Mulheres, a Articulação Brasileira de Mulheres Negras e o coletivo de Jovens Feministas do Ceará, entre outras, que ocupam importantes espaços de atuação no estado.

O ***I Encontro*** foi protagonizado por jovens feministas organizadas em coletivos, organizações de mulheres, feministas de juventude e jovens feministas autônomas. Podemos destacar os seguintes grupos impulsionadores:

Bahia
CEN - Coletivo de Entidades Negras
Coletivo Feminista Marias
Coletivo Loreta Valadares – UBM

Ceará
Centro de Estudos Aplicados de Juventude
Coletivo de Jovens Feministas do Ceará:
Instituto da Juventude Contemporânea / IJC
Liberdade de Amor entre Mulheres no Ceará/ LAMCE

Espírito Santo
Ana Lúcia Rezende, jovem feminista autônoma

Pernambuco
Jovens Negras Feministas de Pernambuco

São Paulo
Jovens Feministas de São Paulo
Fala Preta
Negras Jovens Feministas
Ceert – Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades
Articulação Política de Juventudes Negras

O ***I Encontro*** foi esse esforço coletivo que em muitos momentos pareceu se esvair no ar. Nos últimos minutos para concretizarmos o sonho, vimo-nos muitas vezes sem uma estrutura básica para formular e consolidar as ações de logistica e metodologia. Tivemos parceiros fundamentais como a Secretaria Especial de Politica para as Mulheres, a Secretaria Nacional de Juventude, o Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (Unifem) e em especial a Fundação Friedrich Ebert (FES). Nos últimos minutos, faltando poucos dias para a atividade, conseguimos estabelecer a parte estrutural e fazer um esforço conjunto para fechar a metodologia.

E então surgiu a utopia transformada em realidade... JOVENS FEMINISTAS PRESENTES!

Estávamos em poucas, depois em muitas, éramos diversas, em muitos momentos éramos as mesmas de outros carnavais, éramos novas na paisagem lilás. A vontade resplandecia, auto-organização juvenil e feminista, lema que nos apetecia naquele momento. Tecíamos cotidianamente nossas pluralidades e o objetivo era o encontro de ideias, de papear por horas a fio sobre nossas possibilidades, nossas demandas, nossas diferenças e nossas identidades.

O ***I Encontro*** estruturou-se nas seguintes atividades: mesa inicial com um breve histórico do processo e da articulação das jovens feministas brasileiras, diálogo intergeracional, roda de conversas sobre Juventudes e Identidades; Feminismo Negro; Juventudes e Feminismo; Feminismo e Lesbianidade, grupos de discussão sobre as demandas regionais e nacionais, plenária de formulação e composição da Articulação Brasileira de Jovens Feministas.

A auto-organização permitiu a flexibilização dos horários, talvez até um certo pandemônio. No entanto, não queríamos reproduzir de maneira explicíta todos os elementos formais que constituem um Congresso ou um Encontro Feminista no marco histórico do movimento. A possibilidade de estar em um espaço entre pares possibilitou a troca de sensações e a subjetividade também floresceu nos momentos mais interessantes e discursivos.

A participação das **negras jovens feministas** propiciou a reflexão e um certo incômodo entre as demais participantes. Incômodo por conta das colocações provocaticas em relação ao racismo velado que ainda persiste nas próprias estruturas dos movimentos sociais. Isso gerou discussões e reflexões muito interessantes sobre a importância de construirmos alianças entre os diferente segmentos das jovens feministas a partir da reflexão sobre o racismos e as formas veladas de discriminação.

A maioria dos debates configurou-se em torno da questão da identidade juvenil feminista. O que nos unia em primeiro lugar era a experiência geracional enquanto feministas, a ideia do pertencimento a um grupo geracional político. Não éramos apenas feministas, não éramos apenas jovens engajadas politicamente, éramos jovens feministas na intersecção do termo. E ai se escondia o segredo: a intersecção entre os dois termos, ser jovem e ser feminista; uma identidade transitória aliada a uma identidade "estável". Para nós importava muito estar num espaço com jovens que se autodenominavam feministas, nos entreolharmos com angústias, sonhos e sensações semelhantes. Viramos do avesso nossas concepções sobre identidade e concluímos que importa sim o que nos diferencia, já que é o elemento estruturante da nossa ação política. O colocar-se no lugar da outra no espaço político contribuiu para a construção de laços, que podem ser designados como militantes. Tais laços produziram uma solidariedade mútua entre as diversas jovens presentes no ***I Encontro.***

Por que lutamos? Porque o destino não está dado

Não há como avaliar o encontro apenas em termos racionais. Para lá da carta de princípios, para além das referências para a construção de uma agenda de ações ou de toda discussão teórica, vejo que vivemos um turbilhão de sensações e dificuldades. Sim, digo dificil porque todas sabemos o quanto nos doamos, deixamos de dormir, discutimos em intermináveis madrugadas, colocamos o melhor de nós mesmas na ânsia de encontrar-nos, de compartilhar a utopia, a vontade de mudar o mundo.

Sim, difícil concretizar uma ideia, dar forma, gestos, modos, fala, consciência e significado. Sim, dificil auto-organizar-se, não ter uma estrutura, não seguir apenas uma linha ideológica, difícil trabalhar com a diversidade e com as adversidades. Difícil, aquilo que custa a fazer, que dá trabalho. Aquilo que talvez seja improvável, arriscado, perigoso. Difícil mesmo é o custoso de contentar, de compreender, de transitar!

Difícil é lembrar... dar asas aos sonhos, refundar princípios e também reiventar a roda.

Sim. Sim, era isso o que eu buscava quando comecei a tentar ordenar algumas memórias do ***I Encontro.*** Sim, sim, era isto o que faltava: a hipótese que podemos reiventar a roda do Feminismo quantas vezes quisermos. È necessário o reiventar, a redescoberta, a possibilidade de fazer novamente, de trilhar outras histórias, de dizer que precisamos sim reiventar a roda do Feminismo com nossos olhares, nossas incertezas, nossas incongruências.

Um projeto de mudança, um projeto político também pode surgir da diversidade. Não quero entrar no campo das diferentes concepções sobre as linhas teóricas do Feminismo, se o ***I Encontro*** conceitou-se no Feminismo da igualdade ou da diferença, desde meu ponto de vista não é essa a questão crucial, talvez nem exista uma única questão crucial, coexistem inúmeras questões. E não creio que vamos esgotá-las num texto que pretende-se relato e não fundamento.

Relato, busca insaciável pelas sensações vividas, por tentar reviver aquilo que nos provocou felicidade, delírio e angústia. Relatar é dar forma a uma história, nomear personagens, figuras, tempo e espaço. Fiz-me contadora de uma história que não é só minha, faz parte da vida de outras jovens. Criar um discurso, entendo discurso como o lugar em que a ideologia se manifesta, em torno do ***I Encontro*** não é tarefa fácil, envolve memória e esquecimento. E a memória pode ser apenas um vestígio da totalidade da ação porque muitas vezes está saturada de esquecimento.

A priori, a memória parece ser um fenômeno individual, algo relativamente íntimo. Porém como ressaltou Maurice Halbwachs, a memória pode ser entendida como um fenômeno coletivo e social, ou seja, um fenômeno construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações e mudanças constantes (POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989). Também eu compartilho dessa premissa, a memória pode partir de lembranças individuais, de recortes de cada uma, porém com as intersecções entre as diferentes visões e relatos constitui-se uma memória coletiva, densa e fluida!

O esforço de não esquecer é o que me moveu a escrever. Dizem que o silêncio colabora para a fuga das lembranças, então fiz-me oradora de uma polifonia de vozes, tentei criar o lugar da memória do ***I Encontro,*** colaborar para a formação de uma pequena história tão recente.

Acredito que memória e identidade coletiva dialogam. Para a formação de uma identidade também precisamos de fatos que nos tocam e nos ligam enquanto grupo, nos conectam a determinados fatores de uma coletividade, mesmo que não tenhamos protagonizado aquelas ações. Quando ouço falar do III Encontro Feminista Latino-americano, ocorrido em Bertioga em 1985, tenho a sensação de que essa lembrança me pertence, de que faço parte, identifico-me, sinto até uma nostalgia, mesmo que na época ainda estava, eu, com minhas brincadeiras infantis.

Pudera, eu, também provocar essa sensação de pertencimento em quem não esteve presente ao ***I Encontro,*** semear essa história para que não se apague e não caia no esquecimento. Que todas nós possamos desenhar nossas memórias e fazê-las perdurar enquanto houver vontade de mudar o mundo!

Forito Paraguai, em primeira pessoa: um espaço para a geração de jovens feministas | Carolina Thiede Arias

Carolina Thiede Arias: Comunicadora feminista, trabalha como consultora em questões de igualdade de gênero e direitos humanos. É integrante da Equipe Feminista de Comunicação e ativista da seção paraguaia da Anistia Internacional. Também faz parte da Campanha 28 de Setembro "pela descriminalização do aborto na América Latina e Caribe" e da Rede Contra Toda Forma de Discriminação.

Penso que descrever a trajetória do Forito no Paraguai é relatar, além das histórias entre colegas, parte das recentes mudanças no movimento feminista no país. Eu não tenho pretensão de abranger todo o panorama, porém, vou relatar a trajetória em um tom completamente pessoal, usando uma linha do tempo própria de dez anos de feminismo, relacionados a esta experiência1 a partir de diferentes papéis.

Por volta do ano 2000

A primeira sessão do Fórum Cone Sul de Mulheres Políticas - Espaço Paraguai (nome completo da iniciativa) teve lugar em dezembro de 2000, há quase dez anos. Para mim, tudo aconteceu de uma vez: o primeiro Forito: reconhecer-me como uma mulher-jovem-ativista que era vítima do machismo de seus colegas de militância e conhecer de perto algumas feministas que marcaram época após a minha entrada no movimento de mulheres. Tinha vinte anos e vivia as primeiras experiências políticas de corpo e alma.

O tema que as colegas do Centro de Documentação e Estudos (CDE) - organização que impulsionou a versão jovem do Fórum Cone-Sul de Mulheres Políticas - escolheram para o primeiro Forito foi "Poder, participação e liderança das mulheres". Era o *karaku*[2] da questão, uma forma direta de expor a discussão sobre "o que é pessoal é político" a trinta jovens - umas muito jovens, recém organizadas e outras já em plena disputa por espaços políticos de liderança - a maioria sem muita aproximação ao feminismo e com suficientes preconceitos, inclusive.

No meu entender, convocatória original foi responsabilidade das paraguaias que a Fundação Friedrich Ebert tinha convidado para participar entre 1999 e 2003 do Fórum Cone-Sul de Mulheres Políticas[3]. Line Bareiro, Clyde Soto, Lilian Soto e Diana

[1] Entre os anos de 2003 e 2006, trabalhei como parte da Área Mulher do Centro de Documentação e Estudos, participando diretamente na organização das edições do Forito. Antes e depois também participei do espaço anual, até 2007.
[2] Em guarani, âmago; núcleo (da questão).
[3] O Fórum Cone Sul de Mulheres Políticas foi um espaço de interação, aprendizagem e reflexão conjunta entre mulheres que trabalham em política partidária, movimentos sociais e grupos feministas em cinco países do Cone sul (Argentina, Brasil, Chile, Paraguai, Uruguai). Desde 1999 até 2003, o Foro Cone Sul manteve reuniões anuais graças à convocatória e auspício da Fundação Friedrich Ebert da Alemanha, mantendo basicamente o mesmo núcleo de participantes, o que permitiu gerar um grupo de referência regional capaz de impulsionar diferentes iniciativas e propostas vinculadas com a eqüidade de gênero no Estado, em partidos políticos, organizações não governamentais e movimentos sociais, em especial o movimento de mulheres e feminista da região.

Bañuelos, com outras colegas da equipe da Área Mulher do CDE, convidaram jovens mulheres que participavam de iniciativas e organizações sociais, políticas e cidadãs, de caráter progressista e democrático. Assim surgiram as primeiras *foritas*.

Nesses anos aconteciam coisas transcendentes no ambiente político-social, que inclusive chegaram a ter impacto no âmbito da opinião pública e a gerar mudanças institucionais e políticas. Para começar, 1999 foi o ano do Março Paraguaio. Essa multitudinária manifestação cidadã pacífica foi um desenlace para um momento de crise e violência política que fez cambalear nossa frágil democracia. Todas as jovens que participavam do movimento social ficaram marcadas pelo saldo de sete jovens mortos e mais de setecentas pessoas feridas, durante os seis dias de mobilização nas praças do Congresso.

As juventudes organizadas pertencentes aos partidos políticos de oposição acumularam uma liderança fortalecida logo depois da gesta cidadã de março de 99. Ressurgia o movimento estudantil secundário com o qual logo seria a Federação Nacional de Estudantes Secundaristas (FENAES). Em dois anos conseguiram a implementação efetiva da Lei do boleto estudantil, protagonizando mobilizações de milhares de estudantes. O Movimento de Objeção de Consciência (MOC), organizado desde 1992, era cada vez mais visível em suas ações a favor da desmilitarização. O número de pessoas conscientemente contrárias ao Serviço Militar Obrigatório se multiplicava e as críticas ao então volumoso orçamento militar de gastos tinham cada vez mais adesões devido às denúncias de mortes e maus tratos nos quartéis, feitos de corrupção e meninos recrutados ilegalmente.

Nesse cenário estavam as *foritas* daquele tempo. Éramos jovens vinculadas a partidos políticos de caráter progressista, a movimentos sociais e algumas já próximas ao movimento feminista. Com os anos, o grupo cresceu e foi se modificando. Algumas se aposentaram e a cada ano se somavam novas colegas, desde o movimento camponês, as organizações de meninos e meninas trabalhadoras, as rádios comunitárias, os grupos GLTB, as artistas plásticas, narradoras, anarquistas da cena punk-rock, entre várias outras.

Tornar-se feministas

Muitas de nós - jovens políticas, ativistas do movimento social e das ONG - mudamos nossa visão do feminismo ao longo dos anos de participação neste "espaço de interação, aprendizagem e reflexão conjunta entre mulheres", como definiram as organizadoras do Forito desde seu início. Todas nós vínhamos com diferentes "mochilas" de interesses, perguntas, questionamentos e preconceitos aos Foritos.

Todos os anos analisávamos e debatíamos um tema diferente, escolhido no Fórum anterior durante memoráveis votações, repletas de negociações prévias e discursos a favor. Assim passamos por "Mulheres, Poder e Negociação em Democracia" (2001), "Feminismo e Movimento de Mulheres" (2002), "Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos" (2003), "Comunicação e gênero" (2004), "Trabalho sexual e prostituição; posturas, tensões e ações do feminismo" (2005) e "Fundamentalis-

mos" (2006) e nos últimos anos, "A migração: um olhar desde/sobre as mulheres" (2007), "Trabalho doméstico" (2008) e "Mulher rural" (2009). Toda uma agenda de incidência política feminista.

Sempre tivemos facilitadoras/es de luxo. Em quase todas as edições havia alguém da região mais feministas do país. Tenho imagens muito próximas da Lilian Celiberti nos falando de fundamentalismos e de Jorgelina Insípida, do Sindicato de Trabalhadoras Sexuais da Argentina (AMMAR), nos falando das várias idéias que tínhamos estabelecidas sobre a sexualidade e o corpo.

Recordo-me também participando de várias discussões durante a noite e a madrugada em São Bernardino (cidade que sediou a maioria dos Foritos paraguaios) onde costumava defender o feminismo e as feministas diante de algumas colegas - que não se identificavam ainda com o título de feministas ou com os espaços do movimento desses anos - mas que em seus círculos de atuação política eram as primeiras a assumir posturas em favor dos direitos das mulheres.

O tempo passou e, principalmente entre 2004 e 2008, surgiram no Paraguai diferentes grupos formados por feministas jovens que contribuíram para o processo de diversificação do movimento, já iniciado pelas feministas lésbicas organizadas por seus direitos anos atrás. As Ramonas, a Catarse Coletiva Feminista, as Riot Grrrls e inclusive a Equipe Feminista de Comunicação, são grupos que nasceram -alguns com identidade definida de mulheres feministas jovens e outros não- impulsionados por *jovens* vinculadas em algum momento à história do Forito. Hoje são parte do panorama de feminismos no país -muito mais diversificado e colorido- onde convivem com organizações históricas como a Coordenação de Mulheres do Paraguai (CMP).

Ações materiais e virtuais

O Forito não é somente encontrar-se uma vez ao ano. É algo modificador e gerador de processos. Por um tempo foi debate em uma lista virtual de correios que criamos a princípios de 2004, logo foi um blog chamado Forito feminista Paraguai, com artigos das garotas e convocatórias a ações, e em 2007 foi estar pressente com tudo no Terceiro Encontro Feminista do Paraguai[4] com a Máquina do tempo, o concerto Kuña fest 2 e ½ e o espaço de debate "Olhemos com lupa: crítica ao poder patriarcal".

A Máquina do tempo foi uma criação coletiva preparada em um processo prévio ao Terceiro Encontro Feminista que o CDE facilitou às participantes do Forito. O resultado foi uma montagem de múltiplos formatos (gráfico, áudio e vídeo) que percorria a linha histórica do Paraguai, descobrindo as mulheres e suas lutas como protagonistas. Armou-se com a soma de talentos de várias integrantes do Forito: Natu, Giovanna, Amelí, Adri, Vero, Macky, Pati e várias outras. Logo depois de seu sucesso inicial, apresentou-se também em alguns colégios e foi montada em uma praça central de Asunción, no dia 08 de março de 2008, pelo Dia Internacional da Mulher.

[4] O Terceiro Encontro Feminista do Paraguai "Historia de lutas, transformação do poder" foi realizado nos dias 16, 17 e 18 de novembro de 2007, na cidade de Encarnación, organizado pela Coordenação de Mulheres do Paraguai (CMP).

O Forito também foi espaço de coordenação de ações diretas, por exemplo, pela aprovação do projeto de lei de saúde sexual e reprodutiva, finalmente recusado no Senado. E mais, certamente continuará sendo mais para as garotas que ainda se encontram.

Forito para fora

Em fevereiro de 2007 estava trabalhando para o UNIFEM há alguns meses - meu primeiro trabalho fora das organizações sociais em vários anos - e me ofereceram coordenar um programa regional de fortalecimento da liderança das mulheres jovens no Cone Sul. Pude reencontrar-me com amigas feministas jovens que tinha conhecido no X Encontro Feminista Latino-americano e do Caribe de São Paulo (outubro 2005) e nas edições do Foro Social Mundial. Tivemos a ocasião de vincular as jovens dos países com a experiência do Forito no Paraguai e no Brasil.

Um dos intercâmbios de experiências que fizemos foi viajar ao Fórum Cone-Sul de Mulheres Jovens Políticas - Brasil, em junho de 2007. Macky Martínez de Las Ramonas e também integrante do Forito, participou comigo do Seminário "Mulheres jovens discutem: prostituição, exploração sexual e tráfico de seres humanos" em Fortaleza, Ceará. Compartilhamos com as *foritas* de lá e vimos quantas semelhanças havia entre os dois processos. Já nesse momento escutei Fernanda Papa - energia catalítica do Forito Brasil - falar da necessidade de registrar estas histórias de mulheres jovens-feministas-políticas-ativistas sociais, no Paraguai, no Brasil e também na Argentina e Chile.

Feminismos e continuidades

Não é um relato estático. Assim como os feminismos há mais de um século, o percurso desta geração de feministas no Paraguai continua, certamente também com o Forito ano a ano. O desafio é cada vez maior, com as mudanças políticas recentes e a necessidade de fortalecer as expressões feministas em todas as frentes: político-partidários, institucionais, no movimento social, nas universidades e também nos espaços que transgridem as classificações habituais.

E agora cito Natu Ferreira, uma colega "forita" que escreve sempre inspirada: "O bonito do espaço do forito é dar-nos a permissão de nos confundir, de perguntar, é genial deixar um momento de lado o dever dessa pesada etiqueta que nos define (essa tão polêmica, essa de feministas) e poder "ser" feministas, nesse transitar que a mim ainda assusta, mas que cada dia é mais inevitável. Então no forito podemos duvidar e eu adoro isso". O texto é de um post no blog do Forito, logo depois de um dos encontros anuais.

Acredito que seja necessário manter os lugares de encontro onde a confiança e o reconhecimento sejam o marco e a ordem seja soltar um pouco as certezas. São espaços onde todas nós ganhamos como mulheres, jovens, feministas e colegas de luta.

ulação Brasileira
ovens Feministas
1º ENCONTRO NACIONAL
DE JOVENS FEMINISTAS
1º ENCONTRO NACIONAL
DE JOVENS FEMINISTAS

Forte

ARTIGOS

Mulheres jovens e o problema da inclusão: novidades no II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres | Áurea Carolina de Freitas e Silva

Áurea Carolina de Freitas e Silva: cientista social. Integrou o grupo de rap Liricaos, o Coletivo Hip Hop Chama e o Fórum Nacional de Movimentos e Organizações Juvenis. Ex-secretária executiva do Conselho Municipal de Juventude de Belo Horizonte (2007).

A emergência das mulheres jovens como segmento que apresenta especificidades e demandas próprias na esfera pública é um fenômeno recente que tem influenciado de forma inédita as agendas feministas e de juventudes no Brasil. Nos movimentos juvenis, as jovens reivindicam o reconhecimento das questões de gênero e a sua devida assimilação nas políticas públicas de juventude, enquanto no feminismo está reposto o debate de gênero em perspectiva geracional. Partimos da constatação de que as mulheres jovens têm alcançado visibilidade em diversos espaços de participação social no Brasil atual, tanto na mobilização da sociedade civil quanto em determinadas instâncias de interlocução com o Estado.

A projeção do novo fenômeno pode ser exemplificada pela incorporação das jovens nas ações propostas pela segunda edição do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM), documento que estabelece objetivos, prioridades e metas que devem orientar a implantação de políticas públicas voltadas à população brasileira, especialmente a feminina. O PNPM é resultado de amplos processos participativos deflagrados por duas conferências nacionais de políticas para as mulheres, realizadas nos anos de 2004 e 2007/2008 por iniciativa do Governo Federal brasileiro, tendo à frente a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, vinculada à Presidência da República. A primeira edição do Plano foi publicada em 2004 e a segunda em 2008.

Com vistas a lançar uma contribuição analítica sobre essa realidade, este artigo examina o problema da inclusão das mulheres jovens a partir do texto do PNPM, nas duas edições do documento. Espera-se identificar em que medida as propostas e diretrizes nele reunidas incluem ou não esse segmento. Trata-se de um recorte muito preciso que não explora as dimensões de processos participativos, estratégias e percursos da sociedade civil que porventura tenham possibilitado (ou dificultado) a abordagem do tema na construção do Plano. Não é objetivo, portanto, demonstrar quem são as/os agentes que vocalizam as questões das jovens e de que forma elas/es se organizam publicamente. Também não será analisado aqui o contexto das conferências, que foram as arenas de participação social, interface com o Estado e lócus onde o conteúdo do Plano foi efetivamente definido.

Apesar de admitirmos a importância das variáveis mencionadas acima para uma compreensão mais abrangente e mesmo adequada acerca do PNPM, optamos por esboçar um estudo provisório sem contemplá-las. O objeto empírico escolhido, que se encerra em um documento formal, obviamente não evidencia as discussões e os prováveis conflitos, dilemas, consensos e divergências que por certo o fundamentaram e precederam. Contudo, a tentativa aqui será tão somente de conjugar elementos teóricos que possam auxiliar no entendimento do problema da inclusão política e democrática na sociedade brasileira, com base em um exemplo delimitado.

O trabalho divide-se em duas seções: na primeira (e mais extensa), apresentamos de forma sintética o debate sobre gênero e juventude, ressaltando as conexões entre os dois campos, e situamos o problema da inclusão e as lutas por reconhecimento como chaves necessárias para investigar a tematização das jovens na esfera pública. Na segunda seção, destacamos as principais passagens do PNPM que fazem referência às jovens e analisamos rapidamente os tipos de propostas que estão colocadas, comparando as duas edições do documento.

Juventude e gênero: desencontros teóricos, encontros identitários e o problema da inclusão.

Para estudar as mulheres jovens é necessário somar contribuições derivadas dos campos de gênero e juventude, saberes distintos que comumente não são trabalhados em conjunto. Embora o interesse sobre a temática das mulheres jovens tenha aumentado em ambos os campos, ainda prevalece um quadro geral de desarticulação teórica, escassez de bibliografia e produção científica muito incipiente.

Do lado dos estudos de juventude, há vastos trabalhos sobre estilos e culturas juvenis, mas que raramente incluem um recorte de gênero e menos ainda uma discussão específica sobre as mulheres. Nessa vertente, as jovens são comumente descritas como coadjuvantes (NEVES, 2006) ou percebidas em segundo plano em relação aos rapazes, que, estes sim, de modo ainda profundamente conservador, seriam os protagonistas das ações culturais. Nos estudos sobre participação juvenil, ainda pouco difundidos, também não são observadas referências consistentes sobre a presença das mulheres.

Quanto às análises pautadas pela discussão de gênero, aquelas que chegam a contemplar as jovens vão especialmente destacar aspectos relativos à sexualidade e à afetividade, com recorrentes menções à gravidez na adolescência, percebida como um "problema social" (WELLER, 2005a; NEVES, 2006). Assim mesmo, trata-se de um campo quase inexplorado e sobre o qual, de um modo geral, não há amarrações teóricas satisfatórias.

A seguir, procuramos aproximar os dois campos, partindo das discussões sobre juventude para chegar às de gênero.

A noção clássica de juventude surgiu na sociedade moderna ocidental e foi assimilada nas primeiras teorias sociológicas que se ativeram ao assunto como etapa do ciclo de vida em que se processa a transição entre a infância (desenvolvimento físico, emocional e intelectual e socialização) e a idade adulta (produção, reprodução e participação). Em linhas gerais, os estudos pioneiros forjaram representações reducionistas sobre juventude, como reiteram diversos trabalhos de revisão dessa literatura (PAIS, 1993; ABRAMO, 1997; SPÓSITO, 1997; 2002). Enquanto algumas teorias trataram de definir a juventude como referida a um tempo de liberdade, prazer, expressão de aspirações progressistas, mudança cultural e experimentações, outras a conceberam como um período marcado pelo hedonismo e pela irresponsabilidade, em que predominariam outras características negativas como a apatia, o individualismo e o consumismo. Oscilando entre visões opostas, os jovens ora teriam um notável potencial transformador, impulsionado pelo inconformismo, a rebeldia e a utopia que lhes seriam característicos, ora significariam uma fonte constante de desajuste e anomia social, dada uma suposta tendência de desenvolverem condutas violentas e nocivas para a sociedade, como a associação a gangues e galeras ou o uso de drogas.

Contrariando o essencialismo de tais estudos, que estereotiparam os jovens como "bons" ou "ruins", as produções mais recentes sobre o assunto adotaram perspectivas mais coerentes com as realidades concretas dos jovens. Sai de cena a chave valorativa, que taxava a juventude ora como sinônimo de "esperança", ora como "problema", e aparece com grande força o entendimento de que a vivência da experiência juvenil tem sentido em si mesma e não é somente preparação para a vida adulta (ABRAMO, 2005).

A juventude é definida como uma construção social e seu significado varia nas diferentes sociedades, ao longo do tempo, entre as gerações e dentro de uma mesma geração histórica. O conceito mais usualmente aceito passa a ser o de condição juvenil, não podendo esta ser compreendida na lógica dos padrões biológicos, comportamentais ou sociais. A ideia de juventude necessariamente engendra diversos modos de ser jovem (DAYRELL, 2003).

A articulação de múltiplas variáveis socioeconômicas, culturais, geográficas, demográficas, entre outras, configura o mosaico das juventudes que se reportam à categoria conceitual de "juventude". É assim que, no mundo contemporâneo, a juventude termina por escapar dos marcos exclusivamente etários e as diferenças entre as gerações se tornam cada vez mais difíceis de precisar. Vale comentar, porém, que essa relativização é limitada do ponto de vista formal, pois a categoria passa a figurar com a definição de critérios objetivos. Quando o assunto é política pública de juventude, por exemplo, comumente convenciona-se uma faixa etária para distinguir a população a ser beneficiada. No Brasil, a faixa etária mais usada é aquela compreendida entre 15 e 24 anos, podendo também se estender até os 29 anos, de acordo com a formulação da política. Sem embargo, a diversidade não deixa de ser parâmetro para as políticas públicas de juventude desenvolvidas no país, como menciona o texto do II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres:

> *A concepção que orienta o desenvolvimento de políticas para a juventude é a de reconhecer que esta não é única, mas sim heterogênea, com características distintas que variam de acordo com aspectos sociais, culturais, econômicos e territoriais. Este outro olhar inaugurou uma nova concepção de política pública, que considera a juventude como um segmento social portador de direitos e protagonista do desenvolvimento nacional. (II PNPM, 2008, p. 174)*

De fato, só recentemente a juventude foi incorporada à agenda pública brasileira como um segmento que apresenta demandas específicas e, portanto, requer ações específicas do Estado. O governo Lula, em especial, promoveu ações institucionais inéditas, como a criação da Secretaria Nacional de Juventude, em fevereiro de 2005, e a implantação de novas políticas focalizadas na população jovem.

Entre as reivindicações expressas pelos movimentos e organizações juvenis, do lado da sociedade civil, o direito à participação é defendido de modo peculiar, muitas vezes vinculado à ideia de protagonismo juvenil. A participação, então, ganha sentido em si mesma; é encarada como exercício de fortalecimento da cidadania e uma via possível de inserção social (ABRAMO, 2004), além de condição para que as políticas públicas de juventude sejam mais efetivas e democráticas. É essa a visão adotada pela primeira gestão do Conselho Nacional de Juventude, em documento publicado em 2006 que apresenta as diretrizes e perspectivas da política nacional de juventude no Brasil:

> *A dimensão participativa deve constituir-se em uma das principais características de todo o processo de formulação das políticas de juventude, desde a organização das demandas até a avaliação dos programas desenvolvidos. É preciso que a sociedade e o Estado sejam receptivos às possibilidades e oportunidades de participação juvenil, não só por motivos de ampliação da democracia, mas também pela importância da vivência política nos processos de desenvolvimento pessoal dos jovens. (NOVAES et al, 2006, p. 37)*

Nesse sentido, a participação juvenil enseja uma prática educativa não-formal, fortalecedora de uma cultura democrática mais inclusiva. Sua base é normativa, pois assinala o dever ético de se reconhecerem as manifestações juvenis e a importância de se fomentar a formação cidadã e a organização dos jovens com algum grau de autonomia perante o mundo adulto.

Os reais efeitos da participação, contudo, apontam para uma reflexão mais ampla que não cabe neste trabalho. Por agora, interessa saber que a chegada da identidade juvenil na esfera pública intenta desestabilizar a hegemonia existente e quase exclusiva do poder adulto, na medida em que reclama o direito de jovens participarem como interlocutores válidos nos processos de tomada de decisões que afetam a coletividade, principalmente as realidades dos próprios jovens.

No que se refere às mulheres jovens, importa constatar que é também por afirmação identitária que elas se colocam como um grupo que requer políticas públicas específicas. Elas podem manifestar demandas genéricas como jovens ou mulheres, ou por alusão a qualquer outro marcador social distintivo, mas acrescentam a seu repertório outras demandas que não são necessariamente coincidentes com aquelas levantadas pelos demais segmentos juvenis ou pelas mulheres em geral. Mais uma vez, o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres reconhece essa singularidade:

> *No que tange à mulher jovem, vale destacar que as noções de juventude são também construídas pelas culturas, pautadas em características como mudanças corporais, condições políticas, econômicas e inclusive geográficas. As juventudes têm sido associadas a inúmeros aspectos, pressupostos, expectativas, temores e idealizações que, historicamente, implicam para os jovens condições de desvantagem, como falta de controle sobre as próprias vidas e marginalização.*
> *Para as mulheres jovens, esse período é muito denso, pois devem responder a várias demandas apresentadas em poucos anos. Nesta etapa se dá o que convencionou-se chamar de vida dupla feminina, ocorrendo um acúmulo de responsabilidades com os aspectos tradicionais e modernos das responsabilidades consigo mesmo, com a casa, filhos, trabalho e estudos. A estética da beleza é outro dos valores correntes que interfere na forma como mulheres jovens lidam com seus corpos, com suas vidas e como se inserem no espaço social. A estética comercializada pelos meios de comunicação idealiza um modelo único de mulher, sugerindo que esta seja a única possibilidade de inserção social "positiva", fixando-se um padrão de beleza a ser atingido que pouco representa a diversidade das mulheres brasileiras, além de evidenciar a necessidade constante da aprovação do outro, que muitas vezes é do sexo masculino. (II PNPM, 2008, p. 174)*

O trecho acima sinaliza como a conjunção de estereótipos sobre juventude e papéis de gênero projeta determinadas expectativas e convenções sociais que, por vezes, fazem recair sobre as mulheres jovens um conjunto peculiar de demandas, responsabilidades e padrões arbitrários.

É preciso introduzir neste momento o nosso olhar sobre gênero e feminismo, a fim de demonstrar que o grupo populacional das mulheres jovens ganha visibilidade a partir das jovens feministas engajadas no atual movimento feminista brasileiro. A nosso ver, são exatamente as jovens organizadas no movimento feminista que ocasionaram a inclusão das mulheres jovens no Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, o que é corroborado pelo próprio documento (II PNPM, 2008, p. 25).

Gênero é uma construção analítica referida à correlação entre as dinâmicas sociais e a questão das diferenciações corpóreas / sexuais dos indivíduos. Primeiramente utilizado por intelectuais e ativistas feministas para acentuar o caráter

social das distinções baseadas no sexo, o termo passou a representar um vasto campo de conhecimento centrado no problema das desigualdades entre homens e mulheres e, de modo geral, na organização das culturas e políticas sexuais nas sociedades.

A historiadora feminista Joan Scott (1995) concebe gênero como elemento constitutivo das relações sociais pautadas nas diferenças entre os sexos. A aplicação do termo como categoria de análise possibilita compreender como são formulados e reformulados, nos diferentes contextos históricos, os conteúdos aparentemente fixos e coerentes do masculino e do feminino. Para Scott, as relações de gênero são marcadas por hierarquias e assimetrias, visto que são relações de poder, e, embora possuam uma dinâmica própria, articulam-se com outras formas de dominação e desigualdades sociais, como raça / etnia e classe. A autora sublinha que gênero é tanto o saber a respeito das diferenças sexuais quanto a organização social da diferença sexual.

Evidentemente, as abordagens com enfoque de gênero são muito vastas e variadas. Os estudos nessa área alçaram alta refinação teórica, com produção intelectual em institutos de pesquisa e núcleos universitários de todo o mundo. Essa realidade se encontra em débito com os esforços feministas de compreender e combater a subordinação das mulheres e criar um discurso próprio, capaz de contestar o discurso hegemônico – hostil às bandeiras por emancipação e igualdade.

Ao desprivatizar a sexualidade, o feminismo expõe problemas antes tidos como de "foro íntimo" no espaço público. As mulheres passam a ocupar essa arena como agentes políticas, sobretudo para denunciar e combater a violência e a opressão que as atingem de diferentes formas. Ao mesmo tempo, o feminismo desencadeia "uma luta 'polivalente', contestando a realidade em áreas diversas, corrigindo e redefinindo a democracia", e "atua de maneira plural, com abordagens transversais", como afirma a filósofa Françoise Collin (2005), citada por Karla Adrião (ADRIÃO, 2008, p. 42). O feminismo, portanto, existe pela ação política de sujeitos complexos e concretos em suas respectivas realidades sociais, e não por uma noção abstrata de "mulher", que em tese seria aplicável a todas as mulheres indistintamente.

As variações identitárias e de posicionamentos sociais, por conseguinte, desafiam a reflexão e a agenda feministas, provocando tensões internas ao movimento:

> *Os próprios rumos do movimento feminista estão em questão nas tensões entre a visão de um sujeito do feminismo como sendo "mulher" ou "as mulheres". Estas visões políticas utilizam-se, por um lado, de teorias e estratégias essencialistas de reivindicações, as quais colocam a identidade como cerne da busca por cidadania e, por outro, da visão do feminismo como tomado por múltiplos sujeitos, nos quais corpos e subjetividades percorrem lugares e jogos de poder, num conjunto onde o(s) masculino(s) e o feminino(s) são possibilidades de existência. (ADRIÃO, 2008, p. 74)*

Karla Adrião nota que o tema da diversidade forjou a ampliação do espaço interno do movimento feminista a partir das identidades do sujeito político. A autora parte "da observação de que o campo feminista, no Brasil contemporâneo pós-década de 1990, é composto por diversos segmentos, a saber: mulheres negras, mulheres lésbicas, mulheres rurais, mulheres indígenas, mulheres deficientes, mulheres jovens" (idem, p. 23-24), e indica que tais segmentos se vinculam em torno de três esferas feministas: a do movimento, a do governo e a da academia. Adotamos esta classificação para enfocar a esfera do movimento, que é onde se processa o surgimento do segmento das mulheres jovens. Seguimos o percurso feito por Karla Adrião para compreender os fluxos internos do movimento feminista no Brasil:

> *Se nos anos 1980 o que se impunha era uma discussão sobre a questão da "mulher", onde as "especificidades" – raça/etnia e sexualidade – marcavam os discursos situados em relação à identidade maior (mulher e/ou mulheres), hoje mostraram que não é mais possível pensar, de acordo com os discursos da diferença, na "identidade maior", sem passar pelas diferenças. (...) para além dos sujeitos políticos do feminismo – negras, lésbicas, indígenas – que lançavam plataformas específicas, novos sujeitos passaram, nos anos 2000, a reivindicar visibilidade como segmento neste mesmo espaço de militância. Por exemplo, as transgêneros, as jovens feministas e os homens. (idem, p. 75)*

A chegada das mulheres situadas em segmentos específicos resulta em rupturas do sujeito mulher (idem, p. 82), mas Adrião argumenta que tanto a perspectiva da "mulher", por referência à coesão do movimento, quanto a perspectiva das "mulheres", que enfatiza as suas multiplicidades, são usadas na militância feminista, "sendo que uma é voltada para fora, na relação do movimento de busca de igualdade de direitos, enquanto que a outra é utilizada internamente, na tensão entre diferença de segmentos e unidade do movimento". (ibidem, p. 82)

Na esteira das relações internas e externas que configuram o movimento feminista no Brasil contemporâneo, Adrião identifica as "jovens feministas" como um segmento que busca legitimar um determinado discurso e demandas próprias dentro do movimento. Sua análise é fundamentada em trabalho de campo empreendido durante o 10º Encontro Feminista Latino-Americano e do Caribe, realizado em 2005 no Brasil. Segundo a autora, as jovens feministas organizaram, como desdobramento desse encontro, uma articulação nacional e, "no ano de 2007, durante a II Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, fortaleceram a rede e construíram o I Encontro Nacional de Jovens Feministas" (ADRIÃO, 2008, p. 83), que ocorreu em março de 2008 na cidade de Fortaleza, Ceará. O encontro teve como objetivo principal consolidar a criação da Articulação Brasileira de Jovens Feministas (ibidem, p. 83).

Mas quais seriam, então, as questões específicas vocalizadas pelas jovens feministas? Karla Adrião fornece uma chave explicativa que traz o tema da participação juvenil para a agenda feminista:

> *Para além da discussão sobre hierarquia dentro do movimento, onde feministas mais experientes teriam mais poder e visibilidade, essas jovens se preocupam em se colocar em espaços de discussão não apenas como observadoras ou coadjuvantes dos processos. Antes, elas querem discutir e ter acesso aos debates, assim como outras parcelas e segmentos dentro dos movimentos. Mas será que há uma especificidade ou várias especificidades que coloquem as jovens feministas como mais um segmento dentro do movimento feminista? (idem, p. 86)*

As jovens questionam hierarquias e o adultocentrismo, reclamam o direito de ter acesso ao poder decisório e de serem reconhecidas em pé de igualdade face às "feministas históricas". Colocam a importância das trocas entre gerações e a legitimidade dos saberes e experiências juvenis. Deslocam o debate do protagonismo para evidenciar as assimetrias de níveis de participação dentro do movimento. Também decompõem os temas da agenda feminista na perspectiva geracional, ao indicarem que certas bandeiras, como a dos direitos sexuais e reprodutivos, por exemplo, devem levar em conta as condições peculiares de desenvolvimento das jovens.

> *As jovens feministas utilizam estratégias de busca de igualdade dentro do movimento ressaltando suas "diferenças específicas". Ou seja, movimentam internamente o feminismo com a inserção de demandas situadas e contextualizadas como "de um movimento jovem". Ao mesmo tempo, percorrem caminhos que outras mulheres de outros segmentos já percorreram, como foi o caso das negras, indígenas e lésbicas. Trazem a reflexão de volta para a questão interna do movimento feminista acerca da sua unidade, traduzida em termos de questões da mulher. (ADRIÃO, 2008, p. 89)*

A propósito das trocas geracionais, Wivian Weller (2005b) chama a atenção para a importância de o feminismo compreender as identidades culturais e travar diálogos com as várias gerações de mulheres, especialmente as jovens:

> *Uma aproximação entre feministas de distintas gerações e maior simpatia dos estudos feministas para com as culturas juvenis contemporâneas torna-se importante não somente para uma discussão dos rumos que o feminismo irá tomar nesse início de século, mas também para uma mudança da perspectiva de análise e compreensão sobre o que vem a ser a condição juvenil. (WELLER, 2005b, p. 112)*

Os diálogos geracionais dentro do feminismo estão na ordem do dia das autoras feministas que se empenham em aproximar os campos de gênero e juventude. As jovens mulheres também são agentes políticas e a continuidade do feminismo como movimento social depende das novas gerações. A distância entre as chamadas "feministas históricas" e as jovens se traduz no questionamento da jovem autora Julia Ruiz Di Giovanni: "Como nos

afirmar feministas quando (...) nos sentimos distantes do que andaram discutindo os feminismos nos últimos anos?". (DI GIOVANNI, 2003, p. 657) Está exposta aí a "necessidade de inventar as formas de expressão do feminismo na experiência social e política particular das jovens do nosso tempo". (DI GIOVANNI, 2003, p. 659)

A influência das jovens sobre o ativismo feminista pode gerar novos arranjos participativos entre o movimento e o Estado, inaugurando um campo de lutas por inclusão política com feição geracional. Ao mesmo tempo, o tema da participação e do protagonismo juvenil pode ganhar mais consistência e abrangência se assimilar discussões importantes do feminismo, como corporeidade / sexualidade, empoderamento e produção de conhecimento, dando outros sentidos às culturas juvenis para além daquelas formas já estudadas e contempladas nas políticas públicas.

Consideramos que as conferências nacionais de políticas para as mulheres foram momentos emblemáticos de expressão das mulheres jovens e suas demandas por inclusão. As conferências correspondem a formas de participação política que vão além da representação entendida sob a forma da democracia representativa (com eleição direta a partir do voto) e retratam a ampliação da presença da sociedade civil nas políticas públicas (AVRITZER, 2007, p. 443). Certamente constituem um mecanismo importante de inclusão política e democrática. Além disso, reverberam as críticas feministas à democracia representativa e estabelecem uma ligação peculiar entre o movimento e o Estado, possibilitando a canalização de demandas por participação, controle social e representatividade no Executivo (ADRIÃO, 2008).

O Plano Nacional de Políticas para as Mulheres deve refletir esse potencial inclusivo. Ao sistematizar os debates que ocorreram em todas as etapas das conferências (municipais, estaduais e federal), o Plano encontra um determinado consenso sobre o conjunto de ações que devem orientar as políticas para as mulheres no Brasil. O texto formaliza um discurso que é validado pelo Estado e pela sociedade civil, os atores envolvidos na sua elaboração.

Esse processo só se tornou possível graças à crescente vinculação entre Estado e sociedade civil, que impulsionou significativas mudanças na ordem social e política do país, incluindo a visibilização das lutas por reconhecimento. Tudo isso se passa no contexto de ampliação das instituições participativas no Brasil democrático, dado que "os últimos governos (...) legalizaram diversas formas de inserção de associações da sociedade civil nas políticas públicas" (AVRITZER, 2007, p. 443), e a representação da sociedade civil aparece legitimada sob a chave da especialização temática e da experiência (AVRITZER, 2007, p. 457). A representação das mulheres jovens, assim, se daria por um discurso identificado com a sua condição, ou seja, as/os agentes que se expressam publicamente em favor dos direitos das mulheres jovens se vinculam a esse grupo populacional específico por traços identitários e de solidariedade, tendo uma atuação política focada. Não se trata de uma representação eleitoral, portanto, mas de uma forma coletiva e não-institucionalizada de ação que, por sua vez, geraria a representação (AVRITZER, 2007).

A representação por afinidade temática, no caso das mulheres jovens, evoca a questão do reconhecimento no espaço público como razão última da luta política. Não está em jogo somente a reivindicação por justiça distributiva / material ou a mera agregação de interesses que supostamente seriam comuns a esse grupo, mas primordialmente o que se coloca em cena é a luta por reconhecimento e a afirmação de identidades (ASSIS, 2007).

Essa discussão confirma o caráter normativo da inclusão em sociedades complexas, e sinaliza para a tentativa de conquista de um ideal de justiça e equidade que não se explicaria somente pela via da redistribuição econômica, por mais que esta seja indissociável da noção de justiça social, ainda mais em uma sociedade tão profundamente desigual como a brasileira. Todavia, está posta também a necessidade de reconhecer o pluralismo social e político e efetivar direitos humanos com base em tal perspectiva.

O problema do reconhecimento vem provocando no Brasil o alargamento da esfera pública. A chegada de novos temas e agentes nesse espaço, como se dá no caso das mulheres jovens, tensiona o lugar convencionalmente ocupado por segmentos tradicionais / hegemônicos e expande a reflexão sobre os desafios e possibilidades efetivas de inclusão política da diversidade.

As jovens no Plano Nacional de Políticas para as Mulheres

O Plano Nacional de Políticas para as Mulheres estabelece a transversalidade de gênero nas políticas públicas por meio de ações integradas que envolvem os ministérios, empresas públicas, governos estaduais, prefeituras e a sociedade civil brasileira. A primeira edição do Plano, lançada em 2004, é apresentada oficialmente como expressão do

> *reconhecimento do papel do Estado como promotor e articulador de ações políticas que garantam um Estado de Direito, e o entendimento de que cabe a ele, e aos governos que o representam, garantir políticas públicas que alterem as desigualdades sociais existentes em nosso país. Expressa ainda o reconhecimento de que a construção destas políticas deve ser feita em permanente diálogo com a sociedade e as organizações que a representam.*
> *Este Plano Nacional reafirma o comprometimento do Governo Federal, e dos demais entes governamentais, com a incorporação da perspectiva de gênero e raça nas políticas públicas reconhecendo e enfrentando as desigualdades entre homens e mulheres, negros e negras, no contexto do projeto político de gestão governamental, que vai se configurar enquanto políticas de Estado. (PNPM, 2004, p. 11)*

Note-se que não há menção sobre a questão geracional no texto acima. Antes de prosseguir nessa análise, devemos situar o processo que deu origem ao PNPM, sempre observando o conteúdo do documento:

> *O processo de elaboração do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM) tem início com a I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (CNPM) convocada pelo Presidente da República e realizada em julho de 2004. A Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres e o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) coordenaram a Conferência e dela participaram representantes dos poderes executivos estaduais e municipais, diversos ministérios e secretarias especiais, além de organizações de mulheres e feministas.*
> *A I CNPM foi precedida de plenárias municipais e/ou regionais, e das Conferências Estaduais. A estratégia permitiu a participação de mulheres de todo o país, dando consistência às propostas, garantindo representatividade e a expressão da diversidade da população. O Plano é, portanto, resultado de uma construção coletiva de 120 mil mulheres brasileiras, que debateram em seus municípios e aprofundaram a discussão sobre direitos e demandas em 26 Conferências Estaduais e no Distrito Federal. Em Brasília, 1.787 delegadas e cerca de 700 convidadas e observadoras aprovaram as diretrizes da Política Nacional para as Mulheres. (PNPM, 2004, p. 15)*

A opção por uma "construção coletiva", com "participação de mulheres de todo o país", é o método e a justificativa que dão legitimidade ao Plano. O processo discursivo que fundamenta o seu conteúdo é também fonte de legitimidade, por mais que a formatação final do texto não compatibilize todos os interesses e demandas debatidos nas conferências. A nosso ver, essa justificação se sustenta no princípio da democracia deliberativa, sobretudo quando o próprio Plano valoriza a importância das instituições participativas para a democratização da sociedade:

> *Apresentam-se como importantes instrumentos para a construção de relações democráticas com os movimentos feministas e de mulheres a criação e o fortalecimento de mecanismos institucionais que ampliem a participação popular e o controle social. Alguns exemplos desses mecanismos são: as conferências, os conselhos de direitos das mulheres, os processos de orçamento participativo que garantam a participação das mulheres, contemplando a representação de mulheres índias, negras, lésbicas, idosas, jovens, com deficiência, ciganas, profissionais do sexo, rurais, urbanas, entre outras. (PNPM, 2004, p. 32)*

Observe-se na passagem acima o cuidado do PNPM em especificar as várias mulheres que devem ser reconhecidas publicamente e incluídas. As mulheres jovens são também citadas, mas nossa pesquisa sugere que isso é somente um traço formal do texto e não implica uma proposição substantiva de políticas para esse segmento, visto que elas não aparecem de forma significativa na primeira versão do Plano. Ao analisar o documento, encontramos raras passagens que aludem à questão juvenil. O Plano se limita a incluir as jovens quando define ações isoladas referentes às prioridades de ampliação do acesso das mulheres ao mercado de trabalho (p. 45) e de promoção da autonomia econômica e financeira das mulheres (p. 46).

Também especifica o objetivo de promover o acesso à educação básica de mulheres jovens e adultas (p. 56) e, por fim, menciona o abuso sexual de jovens como um fato grave (p. 74).

Não obstante, o Plano de 2008 inclui as jovens de maneira surpreendente. Todos os eixos temáticos especificam ações direcionadas a elas, com o argumento de que a lógica das desigualdades geracionais afeta as mulheres em todas as dimensões de suas vidas. É curiosa a solução encontrada, ao longo do texto, para a definição dos objetivos gerais das políticas: ao qualificar as mulheres que deverão ser beneficiadas pela intervenção proposta, é recorrente o uso de expressões como "em todas as fases do seu ciclo vital". Aí nos parece que não se trata mais de um mero traço formal na escrita, mas uma preocupação efetiva de dar maior visibilidade e propor políticas públicas adequadas para as jovens e aos demais grupos geracionais de mulheres.

A apresentação da segunda versão do PNPM reforça a importância da participação social como via de construção e aperfeiçoamento das políticas. O II Plano pôde ser aprimorado a partir da avaliação do PNPM de 2004 (o relatório foi publicado em 2007) e o processo participativo da segunda conferência, realizada em 2007/2008, como se vê abaixo:

> *O II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM) [...] é fruto de um intenso processo de diálogo travado entre governo e sociedade civil. Responde não apenas à mobilização da sociedade brasileira para a ampliação da perspectiva de gênero e raça/etnia nas ações desenvolvidas pelo Estado, mas também ao reconhecimento por parte deste governo de que as políticas de promoção da igualdade e de valorização das diversidades encontram-se em permanente processo de construção e aperfeiçoamento, e constituem-se em responsabilidade de todos os órgãos que o integram. (II PNPM, 2008, p. 23)*

Quanto à metodologia de elaboração do II Plano, sobressai a presença da sociedade civil no grupo de trabalho responsável pela revisão do texto. As mulheres jovens, oriundas do movimento feminista, foram representadas de forma inédita nesse grupo:

A II Conferência (...) ampliou o escopo do Plano Nacional, introduzindo novos eixos estratégicos e propondo o detalhamento de eixos já existentes, de forma a destacar segmentos de mulheres em situação de vulnerabilidade, ou de qualificar os procedimentos e os meios para a obtenção de resultados esperados.

> *A (...) metodologia de revisão do PNPM refletiu (...) avanços (...), ao transferir para o seu Comitê de Articulação e Monitoramento a responsabilidade pela condução do processo. Foram convocados não apenas os órgãos que já integravam o Comitê, mas também os representantes dos novos setores*

> *governamentais que passaram a constituí-lo, frente às demandas surgidas na II CNPM. (...) Nesta nova configuração, o Comitê também ampliou a representação da sociedade civil, passando de 1 para 3 o número de representantes do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher; e incorporando 2 representantes de mecanismos governamentais de políticas para as mulheres estaduais e 2 de mecanismos municipais. Como convidadas, estiveram presentes às reuniões de revisão do PNPM, representantes dos movimentos de mulheres negras e de mulheres jovens.*
> *Como acordo base para a elaboração do II Plano definiu-se que os resultados da II Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres seriam os norteadores centrais; que os temas de enfrentamento ao racismo, sexismo e lesbofobia e das desigualdades geracionais, se constituiriam em capítulos do Plano, mas as ações para a superação dessas discriminações e desigualdades estariam distribuídas nos diferentes planos de ação. (II PNPM, 2008, p. 25)*

Assim, as jovens passam a figurar em todos os eixos do II Plano: autonomia econômica e igualdade no mundo do trabalho, com inclusão social; saúde das mulheres, direitos sexuais e direitos reprodutivos; enfrentamento de todas as formas de violência contra as mulheres; participação das mulheres nos espaços de poder e decisão; desenvolvimento sustentável no meio rural, na cidade e na floresta, com garantia de justiça ambiental, soberania e segurança alimentar; e enfrentamento das desigualdades geracionais que atingem as mulheres, com especial atenção às jovens e idosas. A criação deste último eixo é a mudança mais saliente em relação ao primeiro PNPM, e se articula com a decisão de fazer o enfoque geracional perpassar todos os outros eixos:

> *o II PNPM avança ao acolher a transversalidade da perspectiva geracional na implementação de políticas públicas e de programas direcionados às mulheres. Importante mencionar que esta transversalidade está expressa no fato de que as ações voltadas para mulheres jovens e/ou idosas estão dispersas nos mais diferentes eixos deste Plano. Reconhece-se, assim, que a temática não pode ser tratada de maneira isolada, devendo ser incorporada por cada setor responsável pela execução das políticas em seu trabalho cotidiano. (II PNPM, 2008, p. 172*

São objetivos gerais do eixo de enfrentamento das desigualdades geracionais: I. Assegurar a incorporação da perspectiva geracional nas políticas públicas direcionadas às mulheres; II. Garantir o protagonismo das jovens e idosas na elaboração, monitoramento e avaliação das políticas públicas e nos programas desenvolvidos no âmbito do PNPM; III. Promover a autonomia das mulheres jovens e idosas considerando as suas especificidades e diversidades (p. 176). Assim, o II PNPM lança um olhar novo sobre as políticas para as mulheres no Brasil, ao reconhecer que, "de modo geral, mulheres jovens e idosas experimentam situações muito particulares que devem ser consideradas no processo de construção de políticas públicas" (p. 171) e ao incluir de forma efetiva um grupo de representação das jovens na revisão do texto.

Com base nessas informações, pode-se inferir que o I PNPM condensa uma agenda mais universalista, com ênfase nos grandes temas relativos aos direitos fundamentais das mulheres, como saúde, enfrentamento à violência, trabalho, educação, entre outros, ao passo que o II Plano assume uma agenda mais diferencialista, priorizando temas como racismo, lesbofobia, desigualdades geracionais, entre outros, como violações a serem contidas por meio de políticas específicas.

Se essa inclusão formal reverberar com a mesma efetividade nas ações que têm sido e serão de fato implementadas a partir do II PNPM, será possível dizer que as promessas participativas e de reconhecimento da pluralidade realmente possibilitam formatos cada vez mais inclusivos, capazes de mudar os padrões societários no sentido de maior democratização social.

Diante de persistentes desigualdades que produzem injustiça e violações de direitos humanos, tornam-se cada vez mais valiosos os estudos sobre discursos e manifestações por inclusão e reconhecimento de grupos, mirando suas consequências para a ordem política. No caso das jovens, as reivindicações mais contundentes dizem respeito ao direito de ter voz, de participarem ativamente, de serem agentes autônomas e reconhecidas em pé de igualdade nos movimentos feministas e de juventude, bem como nos diversos espaços de participação social. O II PNPM traz novidades na medida em que inclui as mulheres jovens e define textualmente ações apropriadas para assegurar a sua cidadania, reconhecendo especificidades da experiência geracional e histórica desse grupo na atual sociedade brasileira.

Bibliografia

ABRAMO, Helena Wendel. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. *Juventude e Contemporaneidade. Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, ANPED, n. 5/6, p. 25-36, 1997.

_____. Jovens e juventude: contribuições – participação e organizações juvenis. 2004. Disponível em: <www.iets.org.br>. Acesso em: 15 julho. 2009.

.

_____. Condição juvenil no Brasil contemporâneo. In: ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro Paulo Martoni. (Orgs.). *Retratos da Juventude Brasileira*: Análises de uma pesquisa nacional. São Paulo: Fundação Perseu Abramo e Instituto Cidadania, 2005.

ADRIÃO, Karla Galvão. *Encontros do Feminismo. Uma análise do campo feminista brasileiro a partir das esferas do movimento, do governo e da academia*. 2008. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

ASSIS, Mariana Prandini. *Diversidade e esfera pública: conexões possíveis*. 2007. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

AVRITZER, Leonardo. Sociedade civil, instituições participativas e representação: da autorização à legitimidade da ação. *Dados*, Rio de Janeiro, IUPERJ, vol. 50, n. 3, p. 443-464, 2007.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. *Plano Nacional de Políticas para as Mulheres*. Brasília, 2004.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. *II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres*. Brasília, 2008.

DAYRELL, Juarez Tarcisio. O jovem como sujeito social. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, ANPED, n. 24, p. 40-52, 2003.

_____; SILVA, Áurea Carolina de Freitas e. Juventude, produção cultural e participação política. In: LIMA, Rafaela. (Org.). *Mídias Comunitárias, juventude e cidadania*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006, p. 285-297.

DI GIOVANNI, Julia Ruiz. Jovens, feministas, em movimento: a Marcha Mundial das Mulheres no III Acampamento Intercontinental da Juventude. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 11, n. 2, 2003.

NEVES, Samantha F. S. Um minuto de grito, um lugar de paz: mulheres jovens e o direito à palavra. *Imaginário*, São Paulo, v. 12, n. 12, p. 117-147, 2006.

NOVAES, Regina C. R.; CARA, Daniel T.; SILVA, Danilo M.; PAPA, Fernanda C. (Orgs.). *Política nacional de juventude: diretrizes e perspectivas*. Brasília: Conselho Nacional de Juventude; São Paulo: Fundação Friedrich Ebert, 2006.

PAIS, José Machado. *Culturas juvenis*. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1993.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995.

SPÓSITO, Marília Pontes. Estudos sobre juventude em educação. *Juventude e contemporaneidade. Revista Brasileira de Educação*. Rio de Janeiro, ANPED, n. 5/6, p. 37-52, 1997.

_____. Considerações em torno do conhecimento sobre juventude na área de educação. In: SPOSITO, Marilia. (Coord.). *Juventude e escolarização* (1980-1998). Brasília: MEC/INEP/COMPED, 2002, p. 7-40.

WELLER, Wivian. Gênero e Juventude. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, UFSC, v. 13, n. 1, p. 103-106, 2005.

_____. A presença feminina nas (sub) culturas juvenis: a arte de se tornar visível. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, UFSC, vol.13, no.1, p. 107-126, 2005.

Mulher,
não se compr
não se vende
não se trafica

Aborto: uma questão das jovens | Camila Brandão

Camila Brandão: estudante de Ciências Sociais na Universidade Estadual do Ceará (UECE). Iniciou sua militância na Pastoral da Juventude. Coordenadora do Instituto de Juventude Contemporânea, participa atualmente do Conselho Nacional de Juventude e do Conselho Municipal de Juventude (Fortaleza).

Este artigo se propõe a compreender a tensão entre a legalização e a proibição do aborto no debate sobre as políticas e direitos da juventude. A escolha deste tema deve-se ao enorme interesse que tenho pela discussão sobre a juventude e relações de gênero. Foi na minha trajetória de quase nove anos de militância dedicada a pensar e propor políticas públicas de juventude, que as questões de gênero colocaram-se como relevantes, afinal, cada vez que olho a realidade das juventudes, percebo que ela é marcada por diferenças e desigualdades socioculturais associadas ao sexo. O aborto, por sua vez, sempre esteve nas discussões do meu trabalho e, por se tratar de uma questão polêmica, é ponto de muita discussão inclusive com companheiras e companheiros de movimento. Acredito que o não respeito à decisão das mulheres pela interrupção da gravidez significa um exemplo prático de como as mulheres ainda são dominadas pela sociedade e tuteladas por Estado e religiões.

O aborto tem colocado em pauta uma discussão referente à defesa de liberdades e a proibições, envolvendo amplos setores da sociedade, especialmente movimentos feministas e grupos religiosos. A descriminalização do aborto é uma bandeira historicamente defendida pelas feministas, mas que encontra enorme resistência para sua concretização no contexto brasileiro. Essa resistência também se faz presente no interior dos movimentos juvenis, onde especialmente as jovens têm levado para a arena pública argumentos que dizem respeito às consequências da proibição e criminalização do aborto para a vida das jovens mulheres.

Para se ter ideia de como as jovens também passaram a discutir essa questão, em 2005, no Fórum Cone-Sul de Mulheres Jovens Políticas – Espaço Brasil, realizou-se uma oficina para tratar do assunto, justamente no período em que se discutiam no Brasil as resoluções da Comissão Tripartite[1], instituída pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. A comissão recomendava alterações na legislação brasileira sobre a temática, sendo a principal delas o direito de toda mulher à interrupção voluntária de sua gravidez até a 12ª semana de gestação e em qualquer idade gestacional, quando a gravidez implica risco de vida à mulher ou em caso de má formação fetal incompatível com a vida. O anteprojeto também propunha revogar os artigos do Código Penal que tratam o aborto como crime, assegurando que o Sistema Único de Saúde (SUS) realizasse a interrupção da gravidez e que os planos de saúde cobrissem os custos do aborto. Outro aspecto destacado era a necessidade de autorização do Ministério Público, além dos responsáveis legais, para que a interrupção fosse realizada em menores de 18 anos.

[1] A Comissão Tripartite foi integrada por membros do Governo Federal, sociedade civil e Congresso Nacional, e coordenada pela Secretaria Especial de Políticas Públicas para Mulheres da Presidência da República, com o objetivo de elaborar e encaminhar proposta de revisão da legislação punitiva que trata da interrupção voluntária da gravidez.

Na ocasião do encontro das jovens, comemorou-se o fato de a constituição da Comissão ser uma iniciativa concreta de um governo progressista que se propunha a discutir e alterar os marcos legais existentes no Brasil sobre a temática. Contudo, naquela ocasião já se acenavam dificuldades e obstáculos para que as propostas apresentadas pela Comissão fossem aprovadas pelo Estado brasileiro. Concomitante à divulgação das propostas, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) lançou uma declaração oficial na qual se manifestava contra a distribuição de preservativos e de produtos abortivos, além de se opor à descriminalização do aborto; e, em meio a denúncias de corrupção e crise política, o presidente Lula, saudando a abertura da assembleia geral da CNBB, redigiu as seguintes frases: *"Quero reafirmar minha posição em defesa da vida em todos os seus aspectos e em todo o seu alcance. Os debates que a sociedade brasileira realiza, em sua pluralidade cultural e religiosa, são acompanhados e estimulados pelo nosso governo, que, no entanto, não tomará nenhuma iniciativa que contradiga os princípios cristãos"*.

Certamente, o encontro do Forito não foi o primeiro e nem o único no qual jovens mulheres envolvidas com grupos e articulações políticas discutiram o aborto, mas foi um momento em que as participantes e convidadas deste espaço puderam acertar ponteiros e trocar seus conhecimentos, compreender os motivos pelos quais faz sentido lutar pela descriminalização do aborto, quando se fala em direitos sexuais e reprodutivos, e compreender o legado de opressão que impede que mulheres tenham de fato o direito de decidir sobre seus corpos. Desde então, jovens integrantes desse espaço de (in)formação, bem como da Articulação de Jovens Feministas, da Marcha Mundial de Mulheres, entre outras, têm incidido nos espaços de discussão de políticas públicas de juventude, apresentando a legalização do aborto e sua descriminalização como pauta fundamental para avanço da política.

Essa movimentação das jovens faz-se perceber em diferentes documentos formulados nos últimos cinco anos. No Congresso Nacional, por exemplo, atualmente está em tramitação o Plano Nacional de Juventude, a PL Nº. 4.530/04, que, depois de vários processos de consulta pública – discussões, debates, reedições – incluiu como objetivos e metas da sua última versão, feita em 2007, pelo Deputado Federal Reginaldo Lopes (PT-MG), *"descriminalizar o aborto, através da legalização e regulamentação do atendimento pelo SUS"* (Plano Nacional de Juventude, Brasília, 2007, p.50). No mesmo sentido, no plano executivo, o então recém-criado Conselho Nacional de Juventude (Conjuve) dedicou seu primeiro ano de funcionamento à formulação de diretrizes para as políticas nacionais de juventude e, nelas, também se evidenciou a descriminalização do aborto como um passo importante para as políticas dirigidas às jovens mulheres.

> *Uma questão muito discutida foi o aborto. A defesa da regulamentação foi consensual no grupo que compôs a Câmara Temática 3 (...). O debate ficou centrado na defesa de que o aborto deve ser encarado como uma decisão possível para as jovens e de que estas não devem ser discriminadas por tomá-la. (Conjuve, 2006, p.92)*

Importante considerar que o Conjuve não é um espaço exclusivamente juvenil. Na sua primeira composição, ou seja, aquela que formulou suas diretrizes, estavam presentes organizações juvenis, organizações não-governamentais, institutos empresariais, pesquisadores e representantes do governo. Justamente por essa diversidade, as organizações partilhavam de diferentes matizes ideológicos e visões de mundo, e também de preocupações diversas quando o assunto era juventude – alguns se preocupavam significativamente com questões ligadas à educação, ao trabalho, à cultura ou com os direitos de segmentos específicos da juventude como os negros, as mulheres, os deficientes, os indígenas etc. Por isso, a formulação da redação final foi objeto de disputa, mas sobretudo de consensos produzidos a partir de diagnósticos, de debates francos e públicos que permitiram a produção de um consenso sobre a temática, expressa na redação final.

Por fim, na Conferência Nacional de Juventude, em 2008, foram deliberadas em uma plenária com dois mil delegados e delegadas 69 resoluções e 22 propostas prioritárias para políticas de juventude. O encontro consagrou um processo participativo que envolveu a realização de conferências livres, municipais, estaduais e regionais que agregaram cerca de 400 mil jovens em todo o Brasil para discutir suas demandas e bandeiras de luta. A 11ª resolução evidencia que, mais uma vez, o tema da legalização do aborto esteve presente nos documentos finais de um espaço de participação e mobilização de homens e mulheres jovens:

> *Implementar políticas públicas de promoção dos direitos sexuais e direitos reprodutivos das jovens mulheres, garantindo mecanismos que evitem mortes maternas, aplicando a lei de planejamento familiar, garantindo o acesso a métodos contraceptivos e a legalização do aborto*[2].

A partir do destaque dado a essa proposta e considerando o modo como foi concebida a Conferência, é importante assinalar que a implementação de políticas públicas que garantam os direitos sexuais e reprodutivos das jovens, incluindo-se o direito ao aborto, passa a ser reconhecida, então, como uma das prioridades da juventude brasileira. A formulação dessa proposta se deve, sem dúvida, à ação das jovens feministas nesse encontro de juventudes, mas essa participação exclusivamente não explicaria a aclamação pública da proposta numa plenária. Jovens de movimentos culturais, de partidos políticos, do movimento estudantil, de movimentos pelo direito a terra, sindicalistas, entre outros, solidarizaram-se às jovens e reconheceram a pertinência da proposta. Óbvio que as tensões e polêmicas sobre a temática permearam também esse espaço, mas os argumentos em favor dos direitos sexuais e reprodutivos foram mais agregadores e promotores de sinergia.

Diante dessas movimentações, uma possível leitura é de que governo formou uma comissão tripartite para revisar a Lei do Aborto – integrada por representantes do governo, do Congresso e da sociedade – e está deixando o pessoal falar à vontade, distrair-se com os debates na ilusão de que vai decidir alguma coisa, mas, na "Hora H", o governo vai dar as cartas – e, em defesa dos "princípios cristãos", não permitirá a descriminalização do aborto.

---

[2] Fonte: http://www.juventude.gov.br/conferencia/CNJ_resolucoesprioridades.doc.

Não há dúvida de que as organizações juvenis têm conseguido construir consensos sobre o direito de todas as mulheres, inclusive das jovens, de decidirem sobre seus corpos e sobre o momento e o desejo de conceberem. Valorizar espaço de diálogo é importante, mas como efetivamente as mulheres são criminalizadas por isso, ainda há um longo caminho a ser percorrido. Agora, por que esse assunto diz respeito aos jovens?

Qual a relevância da questão para a juventude?

Os brasileiros de 15 a 24 anos somam hoje 34 milhões, cerca de 20% da população brasileira (Censo 2000, IBGE). Segundo a pesquisa Perfil da Juventude Brasileira, 68% dos(as) jovens já teve relação sexual e 78% dos(as) jovens são solteiros(as). Isso significa que as relações sexuais das juventudes se dão antes do matrimônio e isso exige políticas de saúde sexual e garantia de direitos reprodutivos, para além do planejamento familiar pensado para casos de mulheres ou homens casados(as). Do total dos(as) jovens, 22% afirmaram ter filhos e cerca de 40% das moças tiveram filhos antes dos 18 anos. Outro dado importante é que 60% dos(as) jovens que têm filhos afirmam que a gravidez foi sem querer.

Os(as) jovens brasileiros(as) têm uma vida sexual ativa, no âmbito de novas regras para essa esfera da vida, menos vinculadas ao matrimônio ou à reprodução. Essas novas práticas afetivo-sexuais devem ser percebidas como fruto de transformações sociais contemporâneas de diversas ordens, que imprimiram fortes mudanças na esfera dos costumes e da sexualidade no Brasil. Apesar do que afirmam alguns setores da opinião pública, não se trata de um mundo devasso, mas de um contexto em que a sexualidade assume novas possibilidades e campos de experimentação, podendo se constituir em um elemento importante para a construção da autonomia dos jovens, sejam eles homens ou mulheres.

A discussão sobre o aborto emerge, então, em meio a uma disputa política pela normatização dessas vivências da juventude e de como o Estado deve ou não disponibilizar recursos para que elas se deem de maneira segura e saudável. Para os grupos adeptos à defesa da legalização do aborto, os direitos reprodutivos integram os direitos humanos e, nessa perspectiva, "*o direito de decidir sobre o próprio corpo*" precisa ser aceito e respeitado. A negação desses direitos, inclusive do abortamento seguro, converte-se numa violação do direito à vida de mulheres. Entretanto, para o grupo contra a legalização do aborto, o direito à vida é absoluto e não pode ser violado. O feto teria direito à vida tanto quanto a mulher grávida.

O fato é que, à revelia do debate público, no Brasil os dados estatísticos não deixam dúvidas sobre a magnitude do aborto induzido. Segundo dados de um relatório produzido pela Universidade de Brasília (UnB) e pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)[3], pelo menos 3,7 milhões de mulheres entre 15 e 49 anos realizaram aborto, ou seja, 7,2% das mulheres em idade reprodutiva. A pesquisa foi empreendida a partir de base populacional, utilizando-se

[3] Trata-se do relatório "Aborto e saúde pública: 20 anos de pesquisas no Brasil", 2008. A pesquisa foi coordenada pelas pesquisadoras Débora Diniz e Marilena Cordeiro Dias Villela Corrêa, com financiamento do Ministério da Saúde e da Organização Pan-Americana da Saúde (Opas).

de urnas que protegiam a identidade das entrevistadas. Desse total, menos da metade chega ao Sistema Único de Saúde (SUS). Estudos referentes a 2005 estimam em 1,5 milhão a ocorrência, na rede pública, de curetagens, o procedimento cirúrgico adotado para diagnosticar ou tratar sangramentos uterinos anormais. Pode-se afirmar que existe uma subnotificação nos dados públicos disponíveis, uma vez que estes podem não incluir as mulheres usuárias de sistemas privados de saúde e a população rural.

A pesquisa realizada pelas duas universidades também traça um perfil sobre as mulheres que abortam no País. De acordo com o documento, esse grupo é formado, em sua maioria, por jovens entre 20 e 29 anos, católicas, com filho, e que tomaram a decisão de abortar como forma de planejamento reprodutivo. Os resultados questionam parte dos mitos referentes ao assunto. Isso porque no senso comum relaciona-se o aborto a comportamentos sexuais ocasionais, socialmente taxados como promíscuos, mas em 70% dos casos predominou a incidência de abortamento entre mulheres que vivenciavam relações estáveis com maridos, companheiros ou namorados.

Os levantamentos das pesquisadoras sobre a alta incidência entre as jovens também parecem desmistificar a ideia de que são elas, as mulheres jovens, as que apresentam um comportamento promíscuo: ainda que ilegal, trata-se de uma prática disseminada na sociedade brasileira, e que se torna mais comum justamente entre a população que possui taxas mais elevadas de reprodução. Ou seja, é porque estão num período em que a maternidade (ou não) se constitui numa experiência possível para esse período da vida que o aborto se evidencia entre essa população como prática. Importante considerar que, entre as adolescentes, o número de abortos registrados é menor.

Outra pesquisa, a GRAVAD – Gravidez na Adolescência: um estudo multicêntrico sobre juventude, sexualidade e reprodução no Brasil, realizado em três capitais (Salvador, Porto Alegre e Rio de Janeiro) com quase cinco mil jovens aponta que 16,7% da população com idade entre 15 e 24 anos abortaram e 45,9% dos jovens homens entrevistados tiveram namoradas que interromperam a primeira gravidez. A pesquisa mostrou ainda que 15,5% das moças desejaram provocar aborto ao engravidar do primeiro filho, e 11,12% tentaram realizá-lo sem sucesso. Já entre os rapazes, 20% informaram que desejavam que suas parceiras interrompessem a gravidez. A diferença entre as declarações dos rapazes e das moças sobre a realização do aborto deve-se a dois fatores básicos. Primeiro, as meninas têm problemas em assumir terem recorrido ao aborto. Segundo, os homens podem ter um maior número de parceiras.

Ainda de acordo com a pesquisa, ao contrário do que o imaginário popular entende, quem mais faz abortos são as jovens de maior renda e escolaridade. A pesquisa apontou que as mulheres que tinham nível de escolaridade médio ou superior completo relataram três vezes mais o desfecho do aborto na primeira gravidez do que as jovens de baixa escolaridade. Jovens que vinham de famílias cuja renda *per capita* era superior a um salário mínimo relataram ter recorrido ao aborto quatro vezes mais do que as jovens que vieram de famílias com renda inferior a um salário mínimo. Isso se dá pelo fato

de que meninas de maior renda podem se submeter ao procedimento em clínicas particulares e ter atendimento médico. Já as mais pobres fazem uso de medicamentos abortivos e chás, e não contam com especialistas que lhes ofereçam esse tipo de saída para a gravidez.

Diante desses dados, não restam dúvidas de que a proibição e a criminalização do aborto no Brasil têm como principal vítima as mulheres jovens, moradoras das regiões mais pobres do país e, entre elas, as negras. Não é sem razão que há muito tempo o movimento de mulheres negras no Brasil denuncia que o risco de morte de uma grávida negra, cuja gestação terminou em aborto, é 2,5 vezes maior do que o de brancas. Não é sem razão também que mulheres na Bahia têm divulgado sistematicamente dossiês que apontam situações de profundo desrespeito à condição humana de mulheres, resultantes da ineficácia do Estado brasileiro em oferecer às mulheres a possibilidade de escolha autônoma sobre suas vidas e destinos. Mas por que isso acontece?

A naturalização da cultura: a maternidade como destino feminino

Os tabus que permeiam a discussão pública e legalização do aborto no Brasil relacionam-se com a supervalorização da maternidade. Contudo, o amor materno não se constitui em um sentimento inerente à condição de mulher, ele não é um determinismo, mas algo que se adquire e principalmente algo que se modifica de acordo com condições socioculturais e econômicas de determinados contextos históricos. Nesse sentido, o estudo sobre a construção cultural da maternidade nos ajuda a compreender o papel da presença das mulheres na sociedade. Nossa cultura cristã e ocidental tornou difícil perceber a maternidade como fruto de um conjunto de representações simbólicas. Ela é hoje reconhecida muito mais como algo instintivo e inerente a uma estrutura fisiológica feminina.

Esta associação leva a crença de que a possibilidade fisiológica da procriação conduz as mulheres ao desejo do(a) filho(a) e a atitudes especificas com relação a este individuo, convertendo o parentesco num fenômeno supostamente natural. Para Levi-Strauss (1976), o humano não pode ser pensado fora da cultura, pelo contrário, o comum no humano é o estabelecimento de costumes, sua similaridade com o comportamento coletivo. Por isso as regras de parentesco, como os outros costumes, estão subordinadas ao domínio da cultura, ficando impossível pensar num instintivo que explique o comportamento materno, como se ele tivesse uma regra universal.

Na nossa cultura, a maternidade foi associada a uma ideia de engrandecimento da mulher, criou-se uma imagem de que ser mãe é como sacerdócio, uma experiência feliz, ao mesmo tempo cheia de dor e sofrimento. Essa perspectiva foi muito reforçada pela igreja, que santificou a maternidade a partir de seus símbolos. Reconheço e respeito muito pessoas devotas de Maria, mas não podemos esquecer que a exaltação de sua imagem não significa que todas as mulheres têm como destino serem mães. Na própria Bíblia temos exemplos de que esse sentimento não é consenso para todas as mulheres.

Além disso, cabe lembrar que nem sempre nossa cultura foi assim. Badinter (1985) descreve que até o século XVIII havia uma recusa das mulheres nobres ao aleitamento, unida a uma indiferença em relação à alta mortalidade infantil e à desigualdade de tratamento entre os diversos filhos. Somente num período posterior da história é que ocorreu uma verdadeira revolução de mentalidades em prol do amor materno.

Desde então, um traço marcante da modernidade reside na politização da maternidade (Perrot, 2007), como um valor ao mesmo tempo natural e social. O papel materno se torna o pilar da sociedade e da força dos Estados, torna-se um fato social. A política investe no corpo da mulher grávida, colocando o controle de natalidade em evidência. A emergência da infância, do sentimento de cuidado com a infância, reconhecida como momento especifico da vida foi, sem duvida, algo novo. Não se coloca aqui o questionamento de sua pertinência, contudo, nessa história, foram as mulheres aquelas que tiveram seus corpos perscrutados, sua liberdade tomada e que isoladamente assumiram a incumbência de "maternar", sem que o verbo "paternar" conquistasse o mesmo patamar de destino e fim último da existência de um homem.

Esse imaginário – fruto de uma construção social e de uma história – foi instituído e naturalizado por instituições (como a igreja) e símbolos (como Maria, mãe de Jesus). Toda vez que invocamos o direito das mulheres de decidir sobre a maternidade, sobre o direito de escolher, sobre a descriminalização do aborto, estamos lidando com esses símbolos e instituições. Assim como o sofrimento de mulheres diante de posturas discriminatórias, inclusive de profissionais de saúde, com relação aos casos de abortos legais e ilegais, tem como elemento de origem esses valores. Melhor seria pensar que, festejados ou repudiados, a gravidez e o aborto fazem parte do ciclo da reprodução da vida e se primeiramente eram comandados apenas pela natureza, esses processos foram sofrendo intervenções humanas, ditadas pela política, direcionadas pela religião e influenciadas pela ciência.'

O que é aborto?

Aborto é a interrupção da gravidez com a expulsão prematura do embrião (até o início do terceiro mês) ou do feto (do terceiro mês em diante). O aborto pode ser espontâneo (ocasionado por causas naturais) ou induzido (provocado intencionalmente).

As razões pela quais as mulheres decidem fazer aborto são inúmeras, como, por exemplo:

- Não ter como sustentar uma criança;
- Ser muito jovem ou imatura para ter uma criança;
- Não estar preparada para ser mãe;
- Não querer ser mãe;
- Não querer que ninguém saiba que já teve relação sexual ou que está grávida;
- Já ter o número de filhos desejados;
- O seu namorado, marido ou companheiro quer que ela faça o aborto;
- Ser vítima de estupro ou de incesto.

Geralmente a decisão sobre o aborto é tomada levando em conta mais de uma das razões citadas acima.

Questões abertas

Escrever sobre aborto é falar da vulnerabilidade das jovens, negras e pobres, porque são elas as mais prejudicadas com política atual. Quando falamos de abortos clandestinos seguidos de morte de mulheres, elas são maioria. São também aquelas que se deparam com as marcas da discriminação e intolerância, porque, diferentemente das mais ricas, são as que estão diante da ausência de amparo do Estado, que deveria ser garantidor de sua dignidade e integridade física e psicológica.

Nesse sentido, pode-se afirmar que abortar é um processo difícil para qualquer mulher, mas é fato que, para algumas, trata-se de um processo mais permeado pela violência. Assim, quando os movimentos feministas, há décadas, reivindicam o direito de mulheres ao abortamento seguro, querem que o direito de decidir seja contemplado para **TODAS** as mulheres;

que elas possam decidir de maneira autônoma e responsável sobre o futuro de suas vidas reprodutivas, se desejam ou não ter filhos, sem que isso seja um crime.

A capacidade das jovens feministas de pautar a temática nos espaços de juventude e a capacidade de todas as feministas em manter essa bandeira como pauta de luta do movimento é sem dúvida um sinal de que se trata de uma questão candente e mobilizadora. Contudo, considerando os avanços obtidos nos direitos de educação, trabalho e participação política, é impossível negar que ainda há muito trabalho e luta diária e cotidiana para serem produzidos e alimentados. E um dos desafios é garantir a discussão respeitosa e informada sobre a questão com aquelas(es) que sequer pensaram sobre o tema, mas diante das telas da televisão ou conversas informais tendem a se manifestar contra.

No caso de nós jovens, é preciso avançar na proposição de espaços de discussão e diálogo com aqueles que não estão tão organizados. No âmbito do Instituto de Juventude Contemporânea (IJC), onde atuo como educadora, por exemplo, temos promovido projetos, oficinas e rodas de conversa com estudantes de escolas de ensino médio sobre relações de gênero e livre orientação sexual. Existe uma escassez de espaço para que estas temáticas sejam discutidas, o que faz com que, muitas vezes, os(as) jovens tenham como suporte para formação de opiniões apenas o senso comum.

Claro que no início de todo o trabalho educativo prevalecem opiniões contraditórias. Sobre o aborto todos se posicionam contra, mas logo depois relatam histórias de vida, ponderam argumentos favoráveis e contrários, refletem sobre a diferença entre validar decisões sobre si e influir sobre o livre arbítrio de uma cidadã de um Estado laico. A partir desse diálogo abrem-se posições menos totalizantes, há um início de aceitação. O mais curioso é que, às vezes, essas experiências culminam com a participação entusiasmada das alunas e alunos de eventos realizados pelos movimentos feministas, como aconteceu em Fortaleza.

Mobilizar grupos e jovens para a formação de novas opiniões públicas sobre o aborto parece-me uma ação estratégica, sobretudo num momento em que parece existir um avanço de grupos fundamentalistas, inclusive entre as juventudes. Para alguns deles, sequer o uso de preservativos como método contraceptivo ou de prevenção a doenças é valido, o que nos coloca como horizonte o desafio de avançar na conquista de alguns direitos e na permanência de outros tantos quando o assunto é direitos sexuais e reprodutivos.

Bibliografia

ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro Paulo Martoni. (Orgs.). *Retratos da Juventude Brasileira*: Análises de uma pesquisa nacional. São Paulo: Fundação Perseu Abramo e Instituto Cidadania, 2005.

BADINTER, Elisabeth. *Um amor conquistado: o mito do amor materno.* Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Nacional de Juventude. Conferência Nacional de Juventude, CNJ_resolucoeseprioridades. Disponível em <http://www.juventude.gov.br/conferencia>. Acesso em: 15 abr 2009.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *Estruturas elementares do parentesco*. Petrópolis: Vozes, 1976.

PEDRO, Joana Maria (Org.). *Práticas proibidas: práticas costumeiras de aborto e infanticídio no século XX*. Florianópolis: Cidade Futura, 2003.

PERROT, Michelle (org.). *Minha história das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2007.

Jovens mulheres sem fronteiras[1] | Mariana Bento Berthier

Mariana Bento Berthier: feminista, 28 anos, latino-americana nascida no Brasil. Educadora popular e eterna estudante. Militante da Fé-Minina - Movimento de Mulheres de Santo André e do Partido dos/as Trabalhadores/as, Secretaria Geral da 13Ranchos, Argentina e participante desde os primórdios do Forito (Fórum Conesul de Mulheres Jovens Políticas). Torcedora do Santo André, gosta de andar de bicicleta e trabalhar com a terra.

Há trinta anos chegou a Porto Alegre uma jovem vestida com as roupas coloridas da época, muitos livros embaixo do braço e uma ideia fixa na cabeça: não desistir da democracia. Essa jovem mulher e feminista era de origem uruguaia e militava em seu país de origem na base do Movimento Nacional de Liberação, os Tupamaros[2], numa luta em busca da justiça e contra a ditadura. Esta última assolava, como uma enfermidade desenvolvida em laboratório, todos os países de nossa América. Os governos ditatoriais da América Latina faziam parte de um plano do bloco anti-comunista encabeçado pelos EUA, sempre temerosos de uma explosão revolucionária. É nesse cenário que a Operação Condor[3] se desenvolveu e ganhou forças, articulando as Forças Armadas de diversos regimes autoritários sul-americanos com vistas a coibir qualquer movimento que pudesse contestar a ordem e desrespeitar as regras do mundo capitalista.

Cada país sofreu um nível de impacto diferente, como a Argentina, onde mais de 30 mil pessoas desapareceram por conta da ditadura. Em todos eles, porém, o medo e o terror deixaram marcas profundas, com a tortura e o assassinato de milhares de jovens militantes. Estes, por sua vez, desafiavam e mantinham a esperança de encontrar uma forma de pôr em prática o desejo de mudar aquela triste realidade.

Chimarrão e militância

A jovem uruguaia fez parte dessa geração e durante anos viveu de maneira clandestina, pois as pessoas que desafiavam a ditadura eram presas como criminosas e levadas para prisões clandestinas, sofriam constantes torturas e muitas vezes eram mortas; quando isso acontecia, não raro eram dadas como desaparecidas pelas autoridades locais, numa forma de mascarar a política do terror instaurada na época. Essa gaúcha estava entre as milhares de pessoas que tiveram de fugir para continuar vivas e pediram exílio político em outros países. Ela veio para o Brasil e morou primeiramente no Rio Grande do Sul, onde

[1] Dedico esse texto a todas as mulheres com as quais militei e as com quem ainda irei militar.

[2] O Movimento de Libertação Nacional – Tupamaros (MLN-T) ou simplesmente Tupamaros é um movimento político do Uruguai que teve uma etapa de atuação como guerrilha urbana de esquerda radical durante os anos 60 e princípios dos 70. Integrou-se à coalizão política Frente Ampla em 1989.

[3] Operação Condor ou Plan Cóndor (em espanhol) é o nome da rede que colocava em contato os regimes militares de países como Chile, Brasil, Argentina, Bolívia, Uruguai e Paraguai. Os militares realizavam troca de informações de modos de tortura e existia o intercâmbio de presos/as, ou seja, as polícias nacionais tinham total liberdade para prender compatriotas em território externo. As diretrizes eram radicais em relação aos movimentos de esquerda da época (década de 1970). Tratava-se de uma operação estadunidense, encabeçada pela CIA, clandestina e internacional para a prática do terrorismo de Estado. Teve como resultado a tortura, o assassinato ou o desaparecimento de milhares de pessoas.

foi muito bem acolhida. Para ela era menos perigoso viver aqui exilada, mas era impossível não militar, pois, assim como no seu país de origem, ainda havia muito por fazer em terras tupiniquins. Na época, também vivíamos as atrocidades da ditadura que não tinham fronteiras.

Essa mulher de pulsos fortes mal sabia que estava contribuindo para a história da integração latino-americana. Quando saiu de seu país era considerada criminosa, tinha seu rosto estampando em cartazes onde se lia "procurada"; ela veio ajudar na construção de um novo mundo, que foi e ainda é possível. Deixou seu país, envolveu-se com outros grupos de jovens e teve coragem de continuar atrás de seu sonho. Aprendeu o idioma português aos poucos, a cultura e a história do Brasil também. Ela não se sentia mais uma estrangeira, pois seus pés aqui estavam apoiados, seu corpo e cabeça estavam em movimento. Essa jovem nunca parou e até hoje continua a nos mostrar que vale a pena agir e reivindicar nossos direitos sem nos calarmos diante de qualquer tipo de injustiça. Esteve presente em momentos cruciais da história: no movimento de acolhimento solidário de militantes em trânsito para pedir exílio político, na formação do Partido dos Trabalhadores, no Movimento das Diretas e até hoje nas administrações comprometidas com a democracia e a participação popular.

Ela tem família, descendentes, mas nunca perdeu os laços com a sua origem. Ajudou a desconstruir os mapas e, como dizia o poeta Mario Benedetti[4], também exilado e seu compatriota, "construiu pontes ao invés de muros". Ela é conhecida como "a uruguaia", pois nunca tentou esconder o cantinho do castelhano que se encontra em sua voz. Essa mulher se chama Clara Piñon, militante do movimento de mulheres da Região do ABC Paulista. Como ela, milhares de jovens mulheres cruzaram as fronteiras e ousaram seguir em movimento: Ana Maria Stuart, Carmen Colazo, Danda Prado, Ximena Machicao, Lilian Celiberti, Antonieta Jimenez Veloso, Barbara Meo Evoli, Maria Galindo, Ayelen Brunet, Marisa Figueiredo, entre tantas outras que marcaram sua época.

Esse movimento em busca da soberania e da consciência continua, a cada dia é mais intenso e praticado. As jovens mulheres encaram como um desafio essa oportunidade de viver em terras vizinhas e contribuir para a integração latino-americana. Não se rendem quando acreditam na luta pelos direitos humanos, assim como na luta por um mundo sem machismo, opressão e miséria. É fato que as pessoas conservam suas raízes, mas o lugar de origem está abaixo de nossos pés e por onde vamos damos vida a um novo lugar. É a partir dessas redes traçadas na história e de outras que foram, são e serão formadas, que nossas culturas serão compartilhadas, que nossos sonhos estarão difundidos, que poderemos viver uma democracia que estará mais fortalecida a cada dia. Em redes somos capazes de construir um mundo onde as mulheres, em especial as jovens, tenham seus direitos garantidos, sem que sejam inferiorizadas por sua condição. E assim nós, mulheres, continuaremos em movimento, para construir com equidade esse lugar que os Incas chamam de Pacha Mama, nossa mãe terra, assim mencionado em suas lendas: "Um novo mundo será possível e ele começará a partir do sul, onde em ebulição se encontram as guerreiras do arco-íris".

[4] Uruguaio, poeta e militante de esquerda, esteve exilado durante a ditadura. Autor de "Poemas de Oficina" e outros, recebeu os prêmios Ibero-americano José Martí (2001) e Internacional Menéndez Pelayo (2005).

Muitas cores e línguas

Todas nós fazemos parte desse momento conhecido como "Integração da América Latina". Ele expressa uma mudança na agenda política do Cone Sul e é parte das vitórias conquistadas pelos povos na luta contra o livre comércio e o neoliberalismo. Entretanto, talvez ainda não tenhamos vivenciado ou nos dado conta de como todas as pessoas são personagens desse acontecimento, embora ele tenha sua origem em tempos passados. Afinal, muito antes da invasão europeia em nosso continente, viviam aqui inúmeras etnias, em diversos lugares, que falavam línguas distintas assim como tinham crenças diversas.

Algumas comunidades originárias mantinham contato umas com as outras devido a um mercado de trocas estabelecido ou então por disputas.

Conhecemos os tupis, os guaranis, os incas, os astecas, os yanomamis, os tiwanacos, os quilmes, os kollas, os quéchuas, entre outros, mas pouco se ensina nas escolas sobre nossa história antes da chegada de navios espanhóis e portugueses ao nosso litoral. Será que a América Latina teve um passado antes do "descobrimento"? Onde estavam e o que fizeram as pessoas que aqui viviam? Por que houve tanto derramamento de sangue? Sabemos que as guerras eram incentivadas pela busca de ouro e de outras riquezas, pela busca obsessiva da propriedade e do lucro capitaneada pela igreja e pelos governos europeus. Pouco importava se aqui já existia vida. O importante era daqui tirar tudo, já que os europeus chegaram a afirmar que os/as indígenas "não tinham alma". Era do outro lado do Atlântico, nas cortes do Velho Mundo, que a vida realmente acontecia.

Havia muitas diferenças e conflitos antes de os europeus chegarem à América, porém, apesar das diferenças, os povos originários ou nativos mantinham equilíbrio com essas diversidades e viveram durante muitos anos em harmonia com a natureza: construíram seus mitos, suas casas, seus saberes. Ficaram surpresos/as com a chegada de novas pessoas, brancas e portadoras de vírus que dizimaram milhares de indígenas. Os/as nativos/as foram humilhados/as, massacrados/as e apagado/as de nossa história. Hoje somente são lembrados/as quando o programa de sábado a noite não é bom ("programa de índio") ou para se fantasiar de maneira estereotipada na escola no dia 19 de abril (dia do índio). Muitos/as foram escravizadas/os, outras/os foram violentadas/os, fugiram como mecanismo de defesa e ainda ganharam o título de preguiçosas/os.

Os exploradores trouxeram de maneira desumana boa parte da população do continente africano para trabalhar como escravos/as aqui, para que assim a Europa pudesse acumular ainda mais riquezas. Dessa história temos um pouquinho mais de conhecimento, o que não se pode dizer sobre a história do continente africano, pois também tivemos esse direito negado. Somente há poucos anos no Brasil essa história começa a mudar, graças às conquistas do movimento negro organizado junto ao governo federal, que durante muito tempo teve a companheira Matilde Ribeiro à frente do Ministério

de Promoção da Igualdade Racial. Hoje faz parte da grade curricular oficial de ensino brasileiro a história da África com a promulgação da Lei 11.645/2008. Mas ainda há muito por fazer, pois, como argumenta Abdias Nascimento, um dos mais velhos militantes do movimento negro ainda vivo, sem dúvida esse foi um dos maiores massacres da história da humanidade e até hoje a população negra representa os/as presos/as políticos/as mais ignorados/as de nossa atualidade.

Construir a integração latino-americana também significa integrar a história, conhecer os contextos e assim analisar a conjuntura atual. Temos origens, histórias e situações passadas em comum. No presente, a maioria dos países da América Latina é presidida por partidos de esquerda ou progressistas. Mesmo com algumas políticas inovadoras e inclusivas, 40% da população ainda vivem abaixo da linha da pobreza e 15% estão na miséria[5]; de acordo com estimativa da Anistia Internacional e da Organização Mundial de Saúde (OMS), na América Latina, uma em cada três mulheres já sofreu violência, que é a maior causa de morte das que têm entre 16 e 44 anos; e aproximadamente 120 mil jovens mulheres e meninas são traficadas todos os anos, aumentando vertiginosamente a rede de exploração sexual[6].

Por isso, na Bolívia, um grupo chamado "Mulheres Criando" [7], começou a se organizar há 15 anos de maneira irreverente, autônoma e inclusiva, provocando o debate, mas também se propondo a realizar políticas que ainda estão sendo assimiladas pelo Estado. Esse grupo está situado na capital, La Paz. É composto por mulheres de todas as idades, estudantes, acadêmicas, prostitutas, trabalhadoras, desempregadas e "cholas", que são as mulheres mestiças que durante anos foram apartadas da sociedade e de alguns espaços de articulação feminista, pois infelizmente estes ainda se encontram elitizados e não dão conta de trabalhar com a maioria da população boliviana, que é composta por mais de 30 etnias diferentes que mantêm suas culturas originárias. Esse grupo de mulheres faz grafites pelas cidades com frases de impacto, já lançou livros, projetos pedagógicos e também conseguiu organizar uma casa-abrigo para mulheres vítimas de violência, com apoio jurídico gratuito e um centro cultural feminista autogestionado chamado "A virgem dos desejos". São provocativas, transgridem as imposições feitas pelo sistema capitalista e neoliberal que durante anos destruíram esse país.

Hoje se sente nas ruas mais esperança, graças às políticas públicas adotadas pelo governo de Evo Morales, que é muito respeitado pela população, pois de maneira popular e democrática começou a gestar políticas de baixo para cima, comprometido em garantir as diversidades culturais espalhadas por todo o território. Ainda existe muito a ser feito, mas pela primeira vez um indígena assume o poder e está fazendo uma revolução, pois o povo também

[5] Mesmo com o significativo crescimento econômico dos últimos anos, mais de 200 milhões de pessoas ainda vivem abaixo da linha da pobreza na América Latina, segundo dados do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Disponível em: <http://www.iadb.org/sociometro>. Acesso em: 5 maio 2009.

[6] Segundo a Organização Internacional de Imigração (OIM), 120 mil pessoas, a maioria mulheres e meninas, são vítimas todos os anos do tráfico de seres humanos. De acordo com o relatório sobre tráfico de pessoas do Departamento de Estado dos Estados Unidos, elaborado em 2005, de 600 mil a 800 mil pessoas são traficadas anualmente no mundo. As maiores vítimas são mulheres jovens e meninas. A atividade criminosa movimenta anualmente cerca de US$ 12 bilhões. Trata-se da terceira mais lucrativa atividade ilegal no mundo, só ficando atrás do tráfico de drogas e de armamento. A América Latina é uma das áreas onde esse comércio é mais incentivado, 80% das vítimas são mulheres jovens e adultas, que na maior parte dos casos são obrigadas a se prostituir. Colômbia, Brasil, República Dominicana, Guatemala e México são os países latino-americanos mais atingidos pelo drama desse tráfico. Disponível em: <http://www.onu-brasil.org.br>; http://www.unodc.org/documents/human-trafficking/HT-globalpatterns-en.pdf; e http://www.oimconosur.org>. Acesso em: 5 maio 2009

[7] Mujeres Creando - Feminismo de lutas concretas. Disponível em: <www.mujerescreando.org>. Acesso em: 10 maio 2009.

tem mais poder e isso assusta os latifundiários e a pequena burguesia que tentaram, de maneira insistente, derrubar o governo Morales a partir de práticas violentas e racistas. Por isso hoje é tão importante a ação dos grupos de feministas, pois ajudam a fortalecer os espaços democráticos e também podem agir para garantir mais conquistas para todas as bolivianas. Elas já começaram a ocupar espaços importantes de decisão e constroem essa nova história boliviana, elas criam e se organizam mais que nunca.

Nossa América Latina tem muitas histórias e elas se condensam na pluralidade da população existente, pois a diversidade cultural recria a cada época traços originários. Por essas terras vivem pessoas de todas as cores e etnias, crenças e orientações sexuais, gênero e idade, pois não somos algo uniforme. Aqui as diferenças deveriam somar, mas ainda há um longo caminho a percorrer. Por isso, conhecer outras vivências e conjunturas poderá nos fortalecer, assim como fazer vigorar essa proposta de maneira articulada e não isoladamente: integrar é preciso.

Mais ao sul da nossa América

Antonieta é uma jovem militante autônoma e lésbica que vive em uma pequena cidade ao sul do Chile, mas não foi sempre assim. Em 1973 seus pais eram militantes ativos do Partido Socialista de Salvador Allende. Nesse ano ocorreu o golpe militar liderado por Augusto Pinochet. Seus pais, como muitas outras pessoas, saíram fugidos do Chile e pediram exílio na Suíça. "Anto", como é conhecida hoje, nasceu e viveu seus primeiros 10 anos nesse pequeno e rico país; não sabia falar espanhol, mas sempre sonhou em voltar para casa mesmo sem nunca haver estado nela. Ela cresceu, a democracia voltou ao Chile em 1990 e então toda a sua família retornou à terra natal. No principio não foi fácil, todos/as deveriam se readaptar, mas aquela menina precisava saber de sua origem.

O tempo passou, hoje ela não fala mais francês. Não se lembra de muitas coisas de seu primeiro idioma, apenas se recorda de como foram aqueles anos vividos como refugiada política, de ser apontada na escola e nas ruas de seu bairro por ser imigrante, sonhar em passar as férias na casa dos avós, conhecer os Andes e o mar. Aos poucos, tudo foi se ajeitando, menos sua inquietação diante das injustiças sofridas pelas mulheres. Era estranho sentir-se em casa, mas ainda não ter a chave da porta e ser forçada a pular o muro para sair à noite. A democracia sonhada estava distante da real e ao mesmo tempo ela se aproximava do movimento de mulheres autônomas. Nesse momento ela conseguiu ver com mais nitidez o que ela queria: foi ser feminista.

Com o passar do tempo, ela se deu conta de que tinha um sentimento muito forte por uma companheira, que já extrapolava o limite da amizade; deu-se a oportunidade de sentir uma nova vivência, repetida inúmeras vezes. Ela se assumiu lésbica e daí percebeu que o fato de ser feminista incomodava muita gente, mas o de ser jovem feminista e lésbica incomodava ainda mais. Isso repercutiu dentro de sua casa, com sua família e também nas ruas, onde era apontada como

uma aberração fora dos parâmetros estabelecidos por essa sociedade que se tornara conservadora depois de tantos anos de ditadura. O ser diferente não era bem visto e ser mulher diferente muito menos, então ela, junto com as demais companheiras, passou a pensar em formas e mecanismos de divulgar essas injustiças e também suas lutas, de poder ter uma vida com qualidade e de tentar sensibilizar as pessoas para o diverso.

Foram muitas lutas, alguns golpes e vários hematomas por tanta discriminação, principalmente por parte do Estado, que reprimiu inúmeras manifestações das jovens mulheres feministas e lésbicas, autônomas ou não. Os "pacos", como são conhecidos os policiais chilenos, não tinham respeito, de maneira violenta tentavam abafar suas reivindicações, mas nos últimos tempos isso se tornou mais difícil. Não que a policia parasse de intervir à base de chutes e pontapés ou que as jovens fizessem cursos de artes marciais, mas sim porque elas pensaram no novo, num espaço onde a segurança nacional teria mais dificuldade para agir de maneira truculenta. Esse meio foi o espaço virtual da internet. Essa jovem chilena que viveu inúmeras adversidades e sempre a partir da criatividade encontrou maneiras de comunicar-se, não hesitou em articular com outros grupos uma rede de jovens feministas que, a partir de vídeos e artes gráficas, passou a divulgar a plataforma do grupo, ou seja, ela contribuiu para que todas colocassem a boca no trombone. Dessa vez, não havia como ocultar, "Anto" está on-line[8] e ainda está na rede.

Infelizmente a realidade chilena não é um paraíso onde as mulheres gozam de seus direitos de maneira universal. Por mais que a presidenta seja mulher e socialista, a direita conseguiu ganhar no Senado no ano de 2008 e impôs uma medida pela qual se proibia a venda da pílula do dia seguinte e sua distribuição nos postos de saúde. Isso aconteceria somente depois de um mínimo de duas consultas médicas e orientação psicológica; no caso de menores, essa pílula somente poderia ser receitada e vendida caso os pais estivessem cientes. Essa política reacionária demonstra como o conservadorismo volta a tentar ganhar forças na América Latina. Ou seja, várias barreiras continuam a ser impostas, que tendem a abalar nosso caminhar contra tantas injustiças, mas essa realidade chilena não pode ser vista como um problema isolado: é um problema de todas as jovens e feministas. Esse breve relato de uma das tantas ações de "Anto" e das impunidades vividas em seu país está intrinsecamente ligado às nossas histórias também, pois o que acontece aqui pode refletir em outro lugar e, infelizmente, essa lógica é comprovada e recíproca.

Teias e redes

Muitas jovens vivem nessa grande rede mundial, que não é a internet, que de certo modo ajudou a fortalecer o intercâmbio, mas sim uma rede de espaços que a cada dia estão mais fortalecidos e articulam mulheres jovens de diferentes países da América – casos como as redes de Jovens pelos Direitos Sexuais e Reprodutivos, de Jovens Lésbicas, de Jovens Femi-

[8] Coletivo de Jovens Feministas Lésbicas Mafaldas. Disponível em: <http://colectivalesbicalasmafaldas.blogspot.com>. Acesso em: 1 maio 2009

nistas, de Estudantes, de Negras, de Indígenas, de Ambientalistas, de Rappers, de Religiosas, entre outras. Uma imensidão de grupos articulados que nasceram nos últimos anos e outros que datam de bem antes dessa época. Óbvio que nem todas as jovens estão no trânsito em função dessas redes e articulações. Coexiste com esse fenômeno uma imensidão de jovens mulheres que estão conectadas ou em circulação por fluxos nada prazerosos.

Algumas mulheres abandonam seus países para começar uma nova vida em outro lugar, como é o caso de bolivianas, que durante muitos anos migraram para Argentina e agora têm como destino o Brasil. Em 2008, do total das migrações vindas dos demais países da América Latina para o Brasil, 83% eram provenientes da Bolívia. Ao ingressarem no país, esses imigrantes manifestam como principal demanda a regularização de sua permanência[9], que agora poderá se regularizar graças à anistia concedida aos/às estrangeiros/as pelo governo federal. Nesse sentido, o Brasil vai na contramão da política migratória existente na União Europeia e nos Estados Unidos, que ao invés de integrar, segrega e discrimina. Já por aqui, abaixo da linha do equador, existem tratados entre os países do Mercosul[10], que num primeiro momento se ateve quase que exclusivamente a questões comerciais entre os países-membros e agora põe em pauta a livre circulação e residência das pessoas desses países.

Com a efetivação de políticas progressistas no que diz respeito à livre circulação de pessoas dentro dessa região, será mais fácil criar mecanismos de comunicação, novas teias que transcendam o espaço virtual e se articulem de modo a construir demandas e lutas regionais. Essa nova realidade também configura novas demandas políticas. Ao mesmo tempo, essas pessoas terão mais possibilidade de exercer o direito de ir e vir, sem tanta burocracia e vulnerabilidade ao trabalho escravo e ao tráfico de pessoas – situações nas quais as jovens mulheres são vitimas frequentes.

Os marcos legais são necessários, pois dessa maneira se regulariza uma série de questões que deixarão de serem tratadas como problemas e também contribuirão para que, num futuro próximo, essas terras sejam de todas e todos. Viver de maneira regulamentada em um país que não é o seu de origem é uma vitória, é uma sensação indescritível saber que você poderá trabalhar com seus direitos garantidos, ter acesso à saúde pública, poder estudar em escolas públicas, poder votar nas eleições proporcionais (de acordo com cada país), enfim é ser reconhecida como da população e deixar de ser a outra parte, tratada de maneira muitas vezes discriminatória pelos meios de comunicação ou pelo próprio Estado.

Existem outros espaços governamentais que visam proporcionar essa integração mais institucionalizada. A Alternativa Bolivariana para as Américas (ALBA)[11] é um exemplo. Ou seja, vivemos um momento importante de fortalecimento do

[9] Vale lembrar que os propósitos do Mercosul são promover o livre intercâmbio e movimento de bens, pessoas e capital entre os países partes, além de avançar em uma melhor integração política e cultural entre os paises-membros e associados. Os paises partes são: Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. A Venezuela é um estado parte, já enviou um protocolo de adesão e aguarda aprovação dos paises-membros, processo que encontra resistencias por parte de alguns parlamentos como o do Brasil. E os países associados ao Mercosul são Bolívia, Chile, Colômbia, Equador e Perú. Disponível em: <http://www.mercosur.int>. Acesso em: 29 abr. 2009.

[10] Referência à Lei 3.565 de 2008 "Acordo sobre Residência para Nacionais dos Estados Partes do MERCOSUL".

[11] Rede de Países Andinos e Caribenhos, composto por Venezuela, Nicarágua, Cuba, Bolívia, República Dominicana, Honduras e a ilha de São Vicente e Granadinas. Visa uma integração diferente por lutarem contra a pobreza, exclusão social e pelos interesses dos povos latino-americanos. Disponível em: <http://www.alternativabolivariana.org >. Acesso em: 3 maio 2009.

Sul e de integração latino-americana, mas não podemos somente esperar. Devemos pensar em maneiras de estar presentes nesses processos de decisão. Tais espaços são expressão de uma reivindicação antiga da população latino-americana, e poderão contribuir para melhorar nossa qualidade de vida. Contudo, devemos estar atentas a esses processos, pois dependem da política e da conjuntura. O Mercosul, por exemplo, durante a década de 1990, esteve centrado somente no debate econômico e nas trocas comerciais possíveis entre seus membros. A ampliação de temáticas e esferas de interesse somente foi garantida após a vitória de partidos de esquerda ou progressistas.

Por isso, organizações como a Remte[12], a MMM[13], Unifem[14], Rede Dawn[15], Repem[16] etc. são tão importantes. Elas proporcionam um debate direto entre os movimentos de mulheres e feministas, a fim de contribuir no desenvolvimento de políticas, mas também de "vistoriar" como todos esses processos supranacionais são levados a cabo. Certamente, algumas dessas organizações poderiam ter um debate mais próximo à base dos movimentos e esse é um desafio. Porém, trata-se de uma ação louvável e deve ser mencionada para que tenhamos essa informação em mãos.

São muitas histórias que cabem neste texto. De inúmeras maneiras podemos exemplificar via pessoas, grupos e movimentos, que de maneira criativa e inovadora transformam a integração latino-americana em realidade, deixando-a mais humana, mais diversa e intercultural. Talvez há alguns anos essa diversidade fosse rechaçada pelo seu exotismo, mas hoje ela é valorizada por sua grandiosidade, por estar em todas as partes, em todos os lugares. Nós jovens mulheres acompanhamos esse movimento, estamos em espaços políticos e também de reivindicação social, assim como o integramos a partir de nossos corações e culturas.

Na terra de Mafalda

Como jovem e feminista, também estive presente de maneira ativa dentro desse processo integrador. Movida pela convicção ideológica de que outro mundo é possível, pude compartilhar experiências ao longo de três anos na região do Mercosul, na construção de novos paradigmas políticos e de maneiras de militar contra uma realidade que rouba e padroniza nossos sonhos, que coisifica e que torna lucrativas para o capital a beleza e a juventude de jovens homens e mulheres. Foi nesse processo que descobri como essa junção pode ser transformada num excelente tempero para ser salpicado em nosso dia a dia.

---

[12] Rede Latino-Americana Mulheres Transformando a Economía. Disponível em: <http://movimientos.org/remte/>. Acesso em: 12 maio 2009.

[13] Marcha Mundial de Mulheres é uma ação do movimento feminista internacional de luta contra a pobreza e a violência sexista. Disponível em: <http://www.sof.org.br/marcha>. Acesso em:12 maio 2009.

[14] Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher. Disponível em: <www.unifem.org.br>. Acesso em: 13 maio 2009.

[15] Rede de mulheres dos países que integram o "Sul Econômico". Desenvolve pesquisas e análises feministas sobre o contexto global, comprometidas com a justiça econômica e de gênero; democracia; economia e política globalizadas; saúde e direitos e sexuais e reprodutivos; reforma política e transformação social. Disponível em: <www.dawn.org.br>. Acesso em: 13 maio 2009.

[16] Rede de Educação Popular entre mulheres da América Latina e do Caribe. Disponível em: <www.repem.org.uy>. Acesso em: 13 maio 2009.

Estive na linha de frente de um movimento que tinha como bandeira a integração dos povos. Nele, o feminismo foi levado para as assembleias e as atividades de maneira provocadora. Num grupo formado por pessoas heterogêneas, tanto homens quanto mulheres se assustavam com temas como o aborto. Ao pensar na permanência da discriminação contra as mulheres, muitos companheiros se assombraram, pois tinham se esquecido das desigualdades que marcam a trajetória de uns e de outras, em decorrência de informações deturpadas advindas da mídia e do fato de que esse debate não havia sido suscitado nas escolas ou em outros espaços sociais. Pois, infelizmente essa discussão muitas vezes está fechada dentro do movimento de mulheres ou então das feministas.

Lidar com essa diversidade implicou em conflitos, mas eles foram de extrema importância para a 13 Ranchos[17], uma organização com forte trabalho em todo o território argentino e responsável por criar práticas participativas, como jogos democráticos com crianças e jovens. Nosso grupo assumiu a responsabilidade, em princípio um desafio, de promover uma jornada de formação sobre o tema relações de gênero. Esse processo envolvia todas as pessoas participantes da organização. Nós não imaginávamos que esses momentos seriam tão importantes. Eles nos levaram a incluir a questão da igualdade e da diversidade entre homens e mulheres na plataforma geral de ação do grupo, que antes se pautava na defesa da democracia participativa, na integração latino-americana e na inclusão social. O debate trouxe à tona o quanto os preconceitos, as desigualdades e as intolerâncias fundamentadas nas relações de gênero nos tocavam em todos os momentos e situações e que infelizmente não faziam parte da história passada. Era necessário que todas as pessoas fossem sensibilizadas para mudar essa realidade que há milênios oprime as mulheres, sem distinção de classe ou raça.

Antes desse processo as jovens da organização não se sentiam tocadas pelo tema, não entendiam o porquê de tantas discussões, até que fizermos uma dinâmica de inversão de papéis, promovemos uma discussão sobre economia, política e sociedade, e aí as jovens se deram conta de que faziam parte de uma parcela da sociedade que foi discriminada e vítima de violência de maneira sistêmica ao longo de muitos anos de forma continua e crescente, e que até seus corpos eram manipulados pelo sistema. Os jovens homens demoraram um pouco mais para assimilar, mas isso foi possível. A maioria das mulheres e dos homens do grupo passou a se identificar com o feminismo, outra parte com a questão de gênero e isso fez com que o debate fosse provocado em todas as esferas e aprovado em assembleia como um dos pilares norteadores da organização.

Nas atividades de ação direta da organização, toda essa discussão foi levada para a prática com crianças e jovens de mais de dez províncias de toda a Argentina. É impressionante poder descrever o grau de comprometimento de todas as pessoas, sem contar que esse debate foi levado para todos os lados, onde havia redes de articulação com outros grupos de juventudes[18]. Claro que não foi feita uma revolução feminista na Argentina, mas foi dado o primeiro passo para essa

[17] Organização de jovens que visa a inclusão social, relaçoões de igualdade entre homens e mulheres, integração latino-americana e a democracia participativa. Disponível em: <www.13ranchos.org.ar>. Acesso em: 13 maio 2009.
[18] Aqui utilizo o exemplo da Rede de Grupos de Juventudes da zona oeste da Província de Buenos Aires. Disponível em: www.encuentroalternativojoven.blogspot.com. Acesso em: 13 maio 2009.

transformação na condição das relações e da vida das mulheres e em especial das jovens. Esse grupo percebeu que somente seria possível viver em outro mundo quando existisse integração também entre homens e mulheres e de que não poderíamos esperar essa transformação partir de cima, de que banqueiros ou empresários decretassem isso como parte dos projetos de responsabilidade social.

Iniciei esse trabalho, que exigiu persistência e comprometimento. Fui acolhida nesse lugar e me senti parte desse processo gigante de integração do sul, que depende de todas as mulheres, mas também dos homens, de maneira critica ao sistema capitalista, mas propositiva aos problemas encontrados. Essas ações somente foram possíveis pela irreverência e pelo sonho coletivo, por haver um envolvimento entre as partes e o todo de maneira horizontal e dialética.

Para não parar

Na atualidade muitos delitos cometidos contra as mulheres permanecem impunes, principalmente no que diz respeito à violação de seus direitos humanos. A fome, a violência, o tráfico e o aborto são os maiores causadores do femicídio; muitas dessas mortes poderiam ser evitadas caso fosse garantido às mulheres direito universal à saúde e não a sua criminalização. Em países como a Argentina, o estado pode interferir e vetar a realização de um aborto, mesmo quando a mulher ganha o direito de abortar após ser violentada, como foi o exemplo das jovens com deficiência mental que foram estupradas, engravidaram e tiveram o direito ao aborto negado no ano de 2008. Essa história poderia ter marcos recentes de inovação e de promoção de direitos em todos os países do Sul. Talvez outra história tivesse sido desenhada no Uruguai, quando em 2008 quase se aprovou a lei dos direitos sexuais e reprodutivos, dentre eles a descriminalização do aborto.

Porém essa lei foi vetada pelo presidente Tabaré Vasquez, que embora faça parte de uma coalizão de esquerda, é católico e não votou de acordo com os preceitos do partido e sim com sua fé. Essa crença é uma das desculpas mais utilizadas para que não se solucionem situações como as encontradas na cidade de Juarez, no México, onde a maioria de mortes de mulheres jovens se dá como decorrência da violência; ou em outros países em que a política se utiliza dos estigmas dessa religião para manipular o direito das mulheres referente ao seu próprio corpo. Em países como Brasil, República Dominicana e Colômbia, conhecidos como algumas das principais regiões de origem de mulheres jovens que movimentam as contas bancárias de grupos de tráfico internacional – isso sem considerar o tráfico interno e a quantidade de jovens que são levadas do interior de seus países para as grandes capitais – ainda não existem políticas públicas fortes que possam intimidar e erradicar essa forma de escravidão adaptada a nossa realidade.

Na nossa América, mesmo que nós mulheres tenhamos um nível de escolaridade maior, ainda somos pagas com salários inferiores aos dos homens e isso se acentua ainda mais, quando são mulheres negras ou descendentes de povos originários. Não são novidades, são problemas antigos e realidades ainda no século XXI, responsáveis pela morte de centenas

de pessoas, principalmente mulheres e crianças em países de enorme riqueza natural como Paraguai e Peru, o que ajuda a fortalecer esse sistema capitalista cheio de contradições e injustiças. Nós mulheres continuamos a ter nossos direitos básicos negados e somente com muita articulação e ativismo, poderemos modificar essa realidade.

Essas situações não são singulares a um único país ou conjunto de países e os processos de articulação e redes entre jovens mulheres são algo que mobiliza centenas de jovens, o que fortalece a possibilidade de um processo de integração de nossa Pacha Mama. Todos eles somam na hora de pensarmos no que já foi feito para construir a nossa história coletiva em busca da democracia, justiça e direitos humanos para mulheres. Já estamos organizadas para não esperar o futuro, mas para construirmos nosso presente com todas as mãos, etnias, cores, sexualidades e gêneros. É embasado por ideias e práticas, que escolhemos continuar em luta diariamente por um mundo que preze a liberdade, a fartura, o respeito, a diversidade e a paz. Para que nossos caminhos sejam traçados por nós, de forma coletiva, que respeitem nossas subjetividades para garantirmos um espaço de tomada de decisões cada dia mais horizontal e participativo.

Viva a integração feminista e latino-americana! Viva a participação ativa de jovens mulheres de todas as idades por todos os cantos de nossa Pacha-Latino-América!

Bibliografia

CALLONI, Stella. *Operación Cóndor: Pacto Criminal*, Edição venezuelana. Caracas: Fundo Cultural da Alba, número 4, dezembro de 2008.

RIBEIRO, Matilde. As políticas de igualdade racial no Brasil. *Série Análises e Propostas*, número 35, São Paulo, Fundação Friederich Ebert, abril de 2009.

Hip Hop Mulher: experiências de organização |

Atiely Santos (Tiely Queen) e Fernanda Sunega

Fernanda Sunega: graffiteira e uma das fundadoras da Rede Graffiteiras Br. Graduada em Ciências Sociais e mestre em Antropologia Social pela Universidade Estadual de Campinas (2008). Tem experiência na área de Antropologia, atuando principalmente nos seguintes temas: comunicação comunitária, movimento hip hop, regionalismo.

Atiely Santos (Tiely Queen): artista e ativista. Desde 1989, trabalha com teatro, cinema, literatura e hip hop. Atualmente coordena o "Projeto Hip Hop Mulher" e preside a "Associação a Mulher e o Movimento Hip Hop".

A participação política não se restringe aos espaços institucionais destinados à atuação político-partidária. Também o espaço urbano é campo de intervenção e de lutas sociais entre diferentes grupos, com objetivos e interesses diversos. É nesse contexto, por exemplo, que se encontram e se conformam uma pluralidade de movimentos culturais contemporâneos, com grande presença de jovens. Esses agentes buscam a transformação do espaço urbano, a alteração da organização e das relações sociais que estruturam e organizam a cidade.

As mulheres, que estão presentes nos mais diversos ambientes na nossa sociedade, também desenvolvem sua participação política através das manifestações nos centros urbanos, são atrizes e protagonistas ativas de uma pluralidade de movimentos culturais e artísticos espalhados no Brasil, inclusive no movimento hip hop.

O *hip hop* é representado por quatro elementos, sendo eles: *MC* (mestre de cerimônias) que é o responsável pelas rimas, ou seja, pelo canto falado do rap (sigla de *rhythm and poetry*, ritmo e poesia); *DJ* (*disc* jóquei), que através dos toca-discos elabora a música instrumental para que o MC expresse suas letras; *Graffiti*, que é o elemento visual e gráfico, no qual os artistas com suas tintas e cores manifestam-se nos mais distintos espaços urbanos; e *Break*, que é a dança de rua.

Lazer urbano, resistência e protesto

A história do hip hop começa como uma expressão cultural e de lazer de jovens pobres das grandes cidades. Estes, em sua maioria trabalhadores ou desempregados em busca de trabalho formal, encontravam-se nos grandes centros para trocar informações sobre os eventos, marcar encontros, ver novas coreografias etc. Porém, no contexto histórico

e social em que estavam inseridos, questionamentos e reflexões sobre a atuação dos jovens na sociedade vieram à tona e, com o tempo, o termo *hip hop* deixou de estar relacionado apenas à diversão e tornou-se sinônimo de movimento de resistência e protesto.

Trata-se de um movimento popular de origem juvenil, cujo intuito foi o de reunir a juventude, inicialmente, os negros e hispânicos dos guetos norte-americanos, para, através de manifestações artísticas protestarem, resistirem e reivindicarem seus direitos e inclusão social. Nesse período não só a juventude, mas toda a sociedade norte-americana estava sob a influência de diversas transformações econômicas, sociais e políticas em escala mundial. De acordo com Tricia Rose, "por toda América, as condições urbanas pós-industriais refletiram num complexo conjunto de forças globais que deram forma à metrópole urbana contemporânea". (ROSE, 1997, p.195)

Neste contexto em que as "forças globais tiveram um impacto direto e sustentável sobre as estruturas da oferta de trabalho urbano e levaram às últimas consequências as já existentes formas de discriminação racial e de gênero" (ROSE, 1997, p. 195), os jovens dos guetos dos Estados Unidos decidiram manifestar suas insatisfações sociais, políticas e econômicas através da arte.

Dessa maneira, a exclusão espacial e social contribuiu significativamente para o surgimento das manifestações do movimento hip hop. "Insatisfeitos com a situação de exclusão a que eram submetidos, alguns jovens do Bronx propuseram resistir a partir do resgate de sua autoestima e de uma crítica sistemática sobre sua condição sócio-territorial". (ALVES, 2005, p. 10)

O movimento hip hop entra em cena nesse contexto para substituir a violência física das brigas de gangues pelas "batalhas" artísticas, nas quais a dança, as artes plásticas e a rima são os principais elementos do espetáculo.

Presença feminina

Por suas características urbanas, o movimento hip hop sempre ocupou, como espaço de manifestações artísticas, as ruas, ou seja, o espaço público das cidades. No Brasil, em um primeiro momento, a juventude, em sua grande parte negra e periférica, se encontrava no centro da cidade de São Paulo (na Praça Roosevelt e depois na São Bento) para apresentações dos grupos de break-dance e rap. Aqui como em outros países, o ambiente dessas manifestações culturais era predominantemente masculino. Poucas mulheres estiveram presentes em seus elementos.

Roberto Da Matta distingue o espaço da rua e da casa como esferas de oposição simbólica. Assim, a casa é considerada o espaço em que se estabelecem as hierarquias e onde estão presentes os papéis familiares bem definidos, enquanto a rua se firma enquanto ambiente em que posições sociais não estão bem definidas, com uma constante competição.

> *"Quando digo então que "casa" e "rua" são categorias sociológicas para os brasileiros, estou afirmando que, entre nós estas palavras não designam simplesmente espaços geográficos ou coisas físicas comensuráveis, mas acima de tudo entidades morais, esferas de ação social, províncias éticas dotadas de possibilidade, domínios culturais institucionalizados e, por causa disso, capazes de despertar emoções, reações, leis, orações, músicas e imagens esteticamente emolduradas e inspiradas". (Da Matta, 2000: p.15)*

A casa é o espaço da moral, o espaço da figura feminina. De acordo com Foucault, essa divisão entre público e privado, como dimensões destinadas ao homem e à mulher respectivamente, foi um dispositivo de controle sexual engendrado pela sociedade moderna burguesa que teria se tornado uma rede de articulação de poderes-prazeres. (ERICEIRA, Ronaldo Clay – *Cadernos Pós Ciências Sociais* – São Luis, v.1; n.1; jan/jul. 2004)

Atualmente as mulheres estão se inserindo nos elementos do movimento hip hop, porém continuam em número reduzido em relação aos homens. Somente em meados da década de 1990 é que a participação delas ganhou visibilidade no cenário brasileiro, a partir da intervenção de alguns ícones que ajudaram a constituir grupos e ações do movimento e da discussão sobre o caráter machista e sexista do hip hop. Ainda assim, a participação de garotas segue como desafio: há uma dificuldade para que as mulheres se encontrem e discutam assuntos pertinentes para suas vidas, para as situações que experimentam dentro e fora do movimento e para a constituição de pautas políticas delas próprias.

Além disso, subsistem desigualdades na forma como mulheres e homens se inserem em grupos e coletivos juvenis e na distribuição de poder para uns/umas e outros/outras. Por exemplo, na música, muitas vezes quando nos deparamos com grupos de rap, quando há participação feminina, esta se dá como *back vocal* do grupo e não como MC. Ou seja, não há uma participação de destaque na presença feminina nos palcos. No graffiti, uma expressão artística que ocupa quase exclusivamente o espaço das ruas nas cidades, há poucas meninas e, muitas vezes, a produção destas é desqualificada porque é "muito feminina", "muito infantil", "tem muita bonequinha", "não tem muita técnica".

Possibilidades de organização

Algumas iniciativas de fortalecimento das mulheres no interior do movimento hip hop têm se constituído para dar início a um "movimento dentro do movimento". Um exemplo disso é o "Coletivo Minas da Rima", um dos pontos de partida para outros movimentos de mulheres que surgiram no hip hop do Brasil. A iniciativa teve início em 1999, com o objetivo de dar visibilidade e articulação para a participação de jovens mulheres na cultura hip hop em todo o país, por meio de intercâmbios culturais, oficinas e palestras. Muitas vezes, essas mulheres eram vistas apenas como

"a acompanhante", "a minha mina", "a *back vocal*", "a mãe do meu pirralho", "a dona encrenca" etc. A partir de 2004 o Coletivo organizou encontros de mulheres do movimento hip hop nos quais foram discutidas temáticas como direitos sexuais e reprodutivos, a ação política das jovens, a violência contra as mulheres. Além disso, elas também se fizeram presentes em conferências, fóruns e congressos de mulheres e de juventude. Essa iniciativa fortaleceu a ideia da criação de outros grupos em outros estados brasileiros.

Como o projeto Hip Hop Mulher, que tem apenas um ano de existência e cuja proposta é fortalecer aquelas que estão iniciando sua trajetória no hip hop e contribuir para a visibilidade de outras tantas que têm feito sua história no movimento. Com apoio da Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo, através do Programa de Ação Cultural, no âmbito do projeto, em 2008 foi lançado o CD *Realidades* com a participação de rappers de todo o Estado de São Paulo. Foi uma conquista! E um marco histórico das mulheres no hip hop. Agora, a ideia é reunir cantoras de todo o Brasil. E dar suporte para grupos que representam os outros elementos da cultura hip hop.

Um aspecto interessante dessa articulação é o fato de que a internet contribuiu para esse processo, facilitando a comunicação das integrantes. A internet também facilitou a articulação de graffiteiras. Desde o surgimento do graffiti no Brasil, poucas meninas se destacavam nessa arte urbana. Para as jovens que estavam iniciando os primeiros traços nos muros, poucas eram as referências femininas nas ruas de suas cidades e do Brasil. A partir dessas dificuldades, surgiu a ideia de utilizar os meios de comunicação, principalmente a internet, para estabelecer contato entre as meninas e trocar experiências sobre o graffiti feminino. Dessa maneira, em meados de 2004 surgiu a rede Graffiteiras Br.

A rede Graffiteiras Br é um coletivo de garotas graffiteiras de todo o país, e algumas de fora do Brasil, formada a partir de uma grande necessidade de trocas de informações e experiências. No início foi criada uma lista de discussão (graffiteirasbr@yahoogrupos.com.br) na internet com a finalidade de aproximar, através da troca de mensagens e informações, graffiteiras que se encontravam distantes física e espacialmente, porém estavam submetidas às mesmas condições no universo do graffiti e do movimento hip hop.

Dessa maneira, além da finalidade de manter contatos entre graffiteiras brasileiras e sul-americanas em torno de sua produção, também foi enfocada a discussão sobre a participação feminina nessa arte urbana. Como era observado pelas várias participantes nesse período de surgimento da rede Graffiteiras Br, o graffiti está presente num ambiente predominantemente masculino e, por vezes, machista, onde a maioria das graffiteiras não tinha outras meninas próximas para compartilhar suas angústias e experiências. Assim, a criação da rede foi essencial para que algumas referências femininas no universo do graffiti se estabelecessem e, principalmente, para criar um espaço de diálogo entre as diversas meninas que pintam em todo o país.

As atividades se estenderam para além da "virtualidade" e das trocas de mensagens da lista de discussão da internet, com a realização, até o presente momento, de quatro encontros nacionais de graffiteiras (Porto Alegre/ 2005, 2006 e 2007; Santo André/ 2008; São Paulo/2008). Em todas as atividades realizadas pela rede Graffiteiras Br há uma parceria com instituições locais que visam o empoderamento e o fortalecimento de discussões com as mulheres, como a Ong Comcausa, Fase, Centro de Referência de Juventude de Santo André, Ação Educativa, Centro Cultural da Juventude (CCJ) e outros.

Essas atividades servem para que, além da pintura coletiva em um moral local, possa ocorrer a troca de experiência e discussão sobre temas que envolvem as meninas presentes. Por exemplo: no primeiro encontro nacional de graffiteiras, foi debatida a violência contra a mulher, que também foi tema para as pinturas de graffiti em um muro.

Os grupos ou mulheres que vêm lutando de alguma forma pela visibilidade, respeito e espaço dentro da cultura/movimento hip hop são de vários lugares do Brasil. Algumas cantam, outras dançam, outras graffitam ou simplesmente acompanham a trajetória de outras para saber o que é que acontece: Amandla, Minas da Rima, Anastácias, Mulheres no Hip Hop, Rap de Saia, Graffiteiras.br, AfroBreak, BSB, Soul Sisters, Negras Ativas, Hip Hop Chama, Hip Hop Mulher, as Mulheres representantes da Zulu Nation e tantas outras! É isso.

Bibliografia

DA MATA, Roberto. ***A casa & a rua***. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1991

ALVES, Cristiano Nunes. ***O circuito hip hop na Região Metropolitana de Campinas****: para que o território e a arte digam algo sobre nossas vidas.* 2005. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Geografia) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

ROSE, Tricia. **Um estilo que ninguém segura**: política, estilo e a cidade pós-industrial no hip hop. In: HERSCHMANN, Micael (Org.). *Abalando os anos 90: funk e hip hop: globalização, violência e estilo cultural*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

ERICEIRA, Ronaldo Clay – **Cadernos Pós Ciências Sociais** – São Luis, v.1; n.1; jan/jul. 2004

Conquistas e desafios à participação política de jovens mulheres negras | Jamile Carvalho e Rachel Quintiliano

Jamile Carvalho: Graduanda em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia e integrante do Núcleo de Estudantes Negras e Negros da UFBA – NENU.

Raquel Quintiliano: Pós-graduada em Comunicação e Saúde (2007) pela Fundação Oswaldo Cruz (Brasília, DF) e graduada em Jornalismo pelo Centro Universitário Nove de Julho (2003). Foi assessora de comunicação para o Programa de Combate ao Racismo Institucional (PCRI), entre 2006-2007, instituído por meio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), com apoio do Ministério do Governo Britânico para o Desenvolvimento Internacional (DFID). Foi também bolsista do Programa GRAL - Gênero, Reprodução, Ação e Liderança (Fundação Carlos Chagas – MacArthur), em 2002, com o projeto Juventude em Ação.

Introdução

Discutir a participação política das jovens mulheres negras é um desafio e uma ousadia diante de um cenário em que estas não dispõem de visibilidade como grupo político dotado de direitos específicos. Invisibilizadas e estimagmatizadas pelo racismo e sexismo estruturais da sociedade brasileira, as mulheres negras foram se inserindo na vida pública e, por consequência, na política, com muitos obstáculos e empecilhos à sua caminhada. Contudo, não faltam experiências de resistência, inserção e quebra de paradigmas de mulheres que adentraram a vida pública para reivindicar direitos para si e para os seus.

Este artigo dialoga com algumas preocupações e questões acerca da participação política das jovens mulheres negras. À luz de experiências anteriores, damos visibilidade aos conflitos, desafios e barreiras que se impõem a esse grupo na inserção ao espaço público, à vida política e aos espaços de poder. Mais do que evidenciar as problemáticas e os desafios, pretende-se também pensar sobre as estratégias já empregadas e novas possibilidades de ações futuras. Por fim, coloca-se no centro do debate o próprio Fórum Cone Sul de Jovens Mulheres Políticas e a importância de se discutir a participação efetiva das jovens mulheres negras em sua agenda.

Ao longo de cinco eixos de discussão, tentaremos, a partir de nossas experiências enquanto jovens mulheres negras, atuantes no movimento social, debater alguns obstáculos ao empoderamento efetivo desse grupo.

Inserção das mulheres negras no espaço público

Ao contrário das mulheres que tiveram na esfera doméstica um local de acolhimento e conforto, preparando-se para a chegada de um bom casamento e se dedicando às prendas domésticas, o que condizia à sua condição de gênero, as mulheres negras sempre estiveram às voltas com o mundo do trabalho externo ao ambiente doméstico. Compulsório ou livre, em qualquer circunstância, o trabalho para as mulheres negras no Brasil sempre foi marcado por imposições de ordem histórica, racial e de gênero. A necessidade premente de sair às ruas como negras de ganho no período colonial, ou, mais tarde, no pós-escravismo, como empregadas domésticas, chefes de família nas periferias do país, levou as mulheres negras a se lançarem no espaço público em momentos que, para a maioria das mulheres brancas, estava reservado apenas o espaço doméstico, por sua vez, também opressor.[1]

O espaço público, destinado aos homens, brancos ou negros, passou a ser dividido com mulheres negras que, como ainda hoje, na maioria das vezes assumiam o sustento de suas famílias. Quebra-se assim uma ordem instituída, a partir da qual cabia às mulheres o cuidado com o lar, e aos homens, o papel de financiador da casa. Com isso, as mulheres negras se tornaram, ainda que forçosamente, pioneiras na inserção e no uso do espaço público para fins de trabalho. Na venda direta como escravizadas ou em atividades domésticas remuneradas no pós-escravidão, essas mulheres sempre tiveram o espaço público como um terreno de domínio, fazendo deste a sua arma de sobrevivência diante das adversidades colocadas pelo constante empobrecimento, pelo racismo e pelo sexismo estruturais na construção do Brasil.

Nos anos que se seguiram à escravidão, surge uma mudança de perspectiva na compreensão da questão racial, a partir da qual a visão patológica sobre os africanos passa a ser substituída por estudos culturais de uma nova antropologia, que trazem ao Brasil uma outra forma de pensar a questão racial. O autor brasileiro Gilberto Freire, em seu livro *Casa Grande & Senzala*, foi um dos principais adeptos dessa nova forma de pensar. Freire difundiu, com sua obra, a ideia de amenidade da situação racial brasileira que, por conseguinte, reforça o mito da democracia racial, sem perder de vista a concepção evolucionista de hierarquização das raças e o ideal de embranquecimento ou assimilação de valores da cultura dominante (Valente, 1994). Como consequência destas ideias, calçadas no mito da democracia racial brasileira e no ideal de mestiçagem – que permeiam o imaginário da população até os dias atuais –, as mulheres negras passaram a ganhar visibilidade no cenário nacional por reunirem, dadas as suas condições racial, de gênero e de classe, os estereótipos típicos da brasilidade, como a mulata boa de samba e de cama, que carrega na pele a marca da boa mistura, unindo a beleza e delicadeza da mulher branca à sensualidade despudorada das negras. Essas mulheres passaram a ser o símbolo da beleza da mulher nacional, propagandeada e exportada como "produto" genuinamente brasileiro.

[1] Pintores [...] captaram em vários de seus desenhos e aquarelas, nas viagens pelo Brasil da primeira metade do século 19, a presença das negras em torno de vendas, em atividades ambulantes ou sob tendas onde vendiam gêneros de consumo. Seus pequenos utensílios, a presença das crianças, formas de convívio, modalidades de produtos, estariam evidenciadas nessa iconografia da vida urbana de algumas cidades brasileiras desse tempo. (PRIORE, 2000).

Experiências de participação política e o movimento de mulheres negras

A partir da década de 1960, influenciados pelo movimento de direitos civis nos Estados Unidos, o movimento social negro no mundo passa a se reorganizar aproximando-se da política e do resgate cultural. É nessa década que ocorrem inúmeras mudanças de ordem cultural que visam romper com padrões de comportamento tradicionais: é a década da revolução sexual, da descoberta da pílula anticoncepcional, que liberou as mulheres para uma sexualidade livre, da queima de sutiã, da contracultura e do movimento hippie. É também a década de intensificação da Guerra Fria e de tantos outros conflitos políticos e étnicos em várias partes do mundo. Nos Estados Unidos, ganha visibilidade o Movimento pelos Direitos Civis para os negros. É também a década de maior atuação dos Panteras Negras, organização política da qual fazia parte Angela Davis, uma jovem mulher negra que, por conta do seu engajamento político, foi perseguida e presa. Angela também foi militante do Partido Comunista Americano, pelo qual disputou as eleições de 1980 e 1984 para a presidência daquele país e se tornou um símbolo de resistência e força para mulheres negras de todo o mundo.

Enquanto isso, no Brasil vivia-se sob o governo militar, que reprimia manifestações populares, entre elas as de cunho racial. Entre outros motivos, esse regime via no mito da democracia racial brasileira um importante instrumento para disseminar sua propaganda de integração nacional. Mesmo assim, as organizações negras brasileiras voltaram a trazer à sociedade seus questionamentos sobre a condição do negro no país. É nesse período que Lélia Gonzáles se insere na vida pública por meio de sua militância no movimento negro e na política partidária, inicialmente com sua filiação ao PT e posteriormente ao PDT. Lélia foi também uma das fundadoras do Movimento Negro Unificado (MNU) e de uma das primeiras organizações de mulheres negras no Brasil, o Nzinga Coletivo de Mulheres Negras, além de ter sido uma das primeiras mulheres negras a disputar um cargo político no Brasil: em 1982 pelo PT e em 1986 pelo PDT. A década de 1970 também foi marcada por movimentos culturais que visavam afirmar a cultura e a estética negras. Foi a década dos Bailes Black no Rio de Janeiro e do nascimento do Ilê Aiyê em Salvador.

Angela e Lélia se tornaram referências por terem conseguido, em seus respectivos contextos, entrar e ocupar espaços tidos como masculinos e brancos à sua época, mantendo sempre a sua identidade étnico-racial e de gênero. E foi a partir desse lugar, dialogando com suas opções políticas, que as duas também se engajaram na produção de conhecimento para romper com a invisibilidade da mulher negra no espaço acadêmico e nos movimentos negro e feminista (BARRETO, 2005).

"Todavia, observamos que as mulheres negras, tanto no Brasil quanto nos EUA, só se formariam coletivamente como sujeitos políticos autônomos, com agenda política e discurso coletivo elaborado, na década seguinte." (BARRETO, 2005, p. 24) Assim, a partir da década de 1980, com o processo de redemocratização do Brasil, diversas organizações

do movimento social até então reprimidas começaram a aparecer no cenário nacional. Diante desse novo contexto de liberdade e novas formas de expressão, as organizações sociais passaram a se mobilizar para exigir dos governos uma maior participação nas políticas sociais. Organizações que até então estavam desarticuladas ou mesmo não existiam como sujeitos políticos no Brasil resgataram sua atuação, mobilizando atores para que os governos implementassem mudanças voltadas a combater e superar as desigualdades existentes no país.

Nesse momento, as mulheres negras vão além dos espaços comumente destinados a elas nos partidos de esquerda e no movimento negro. A partir de rompimentos com suas organizações de origem ou por associação voluntária, fundam organizações em diversas partes do país, inserindo-se definitivamente no movimento social enquanto grupo, de forma autônoma e independente. Isso lhes rendeu fortes críticas por parte de grupos que tentaram dar a esse segmento um caráter "essencialista" e reducionista, como bem descreve Edna Roland: "Parece-me que a visão que considera ser a mulher negra uma questão 'específica' acaba por se constituir num obstáculo para o processo de organização das mulheres negras, pois tal visão parte da premissa de que existiria uma questão geral, seja ela os negros ou as mulheres, da qual as mulheres negras são parte". (ROLAND, 2000)

A negação da existência de um sujeito político independente e que vivencia a *associação de sistemas múltiplos de subordinação* (CRENSHAW, 2002) faz com que mulheres negras sejam invisibilizadas pelas políticas públicas, as quais deveriam reverter situações desfavoráveis que esse grupo vivencia no seu cotidiano. Assim, a inserção e as demandas das mulheres negras para a agenda governamental vêm sendo conquistadas a duras penas. Essa invisibilidade pode ser percebida ainda hoje, devido à incipiente adoção da perspectiva étnico-racial, de gênero e geração nas pesquisas, que dariam margem para justificar políticas focais de reparação a esse grupo. Há também uma falta de identificação e comprometimento efetivo de diversos governos com a superação da desigualdade de gênero e raça no Brasil. Entre os fatores que causam a invisibilidade das questões racial e de gênero nas políticas públicas no Brasil, ainda hoje, destaca-se o fato de que ainda estamos presos ao mito da democracia racial brasileira, que nega a existência do conceito político de raça no Brasil e, consequentemente, do racismo na sociedade brasileira; além de concepções estritamente classistas, que consideram apenas os fatores econômicos como relevantes na estruturação das desigualdades, e que, por conseguinte, não veem gênero e raça como determinantes para a manutenção das desigualdades estruturais da sociedade brasileira.

Interseccionalidade: oportunidade para as jovens negras?

A ausência da população negra na vida pública, ocasionada por mais de dois séculos de escravidão e consequente descaso com sua inclusão na sociedade, aliada às hierarquias de gênero, impediu, durante séculos, que mulheres e negros participassem da vida política do país. Porém, esse cruzamento – raça e gênero –, que parece já tão complexo, pode se agravar

ainda mais quando pensamos na perspectiva geracional. Assim, concepções liberais que veem os jovens como o futuro de uma sociedade, mas sem grande poder de atuação em seu tempo histórico, fazem com que as jovens mulheres negras se encontrem com a Interseccionalidade, quando falamos das políticas públicas.

> *Segundo CRENSHAW (2002, p. 177), "a Interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcado, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a Interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento".*

Apesar disso, o papel histórico das jovens mulheres negras, enquanto grupo marcado por essas dimensões, deve ser visto como altamente promissor, se considerarmos suas múltiplas potencialidades diante dessa interseccionalidade, que permite um olhar diferenciado sobre as dinâmicas sociais e que pode revelar aspectos desconhecidos e de fundamental importância para a superação das desigualdades na sociedade como um todo.

Em 2006, segundo a PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios), a população brasileira era composta por 48,7% de homens e 51,3% de mulheres. Aos desagregarmos os dados por cor, podemos verificar que a população negra (preta e parda) de ambos os sexos representa, segundo a pesquisa, 49,5% de toda a população.

Desagregando ainda mais as informações, podemos perceber que, entre as mulheres, aquelas com idade entre 15 e 24 anos representam 18,2% do total. E as negras, independentemente da idade, são 48,4% de toda a população feminina.

Quando observamos as informações acerca de como vivem estas mulheres, verificamos que sexo e cor são fatores determinantes para colocá-las em lugar desprivilegiado em relação aos demais grupos. Em 2004, a população branca de 15 anos ou mais estudava em média 7,7 anos, enquanto a negra chegava à média de 5,8 anos. Para as mulheres brancas, a média era de 7,8 anos, e para os homens brancos, de 7,5. Já as mulheres negras estudavam 6 anos em média, e os homens negros, 5,6 anos (UNIFEM, 2006).

Essa pequena vantagem das mulheres em relação aos homens não se reflete da mesma forma na remuneração. Segundo a mesma pesquisa, em 2004, a média de rendimento mensal para os homens era de R$ 692, e para as mulheres, de R$ 444,50. Com a observação do quesito cor, constata-se que, para os negros (homens e mulheres), no mesmo período,

o rendimento médio mensal era de R$ 385,90. As mulheres brancas ganhavam menos que os homens brancos, porém mais que os negros, e as mulheres negras, menos que todos. Ou seja, os indicadores verificados na educação não eram suficientes para reverter o quadro de desigualdades no qual estão inseridas as mulheres, sejam elas negras ou não, e menos ainda garantiam sua chegada e permanência nos espaços de poder. Os anos de estudo contam pouco quando observadas as condições de trabalho e remuneração a que estão submetidas as mulheres negras. Dessa forma, as condições de desigualdade podem se configurar como fatores impeditivos ou dificultadores para a sua participação política. Assim, se um grupo que apresenta as piores condições de vida também é sub-representado nas estruturas de poder (poderes executivo, legislativo e judiciário, além da iniciativa privada), isso vai se evidenciar nas relações desiguais de poder, no racismo no sexismo.

É importante ressaltar que tanto o racismo quanto o sexismo não são fenômenos isolados e presentes apenas nas relações interpessoais. Ambos estão inseridos nos espaços de maneira intrínseca. Como ideologia, o racismo baseou-se na ideia da existência de várias raças humanas e na hierarquia entre elas. A noção biológica de raças humanas já foi superada, mas o conceito permanece em sua dimensão sociocultural e política.

O racismo no Brasil, conforme dito anteriormente, se manifesta de uma maneira bastante particular, fazendo com que a origem "racial", muito em razão dos processos de miscigenação, seja substituída pela hierarquização ou classificação fenotípica. Tal prerrogativa induziu à crença da não-existência das desigualdades entre os grupos, principalmente as baseadas na origem étnico-racial (QUINTILIANO, 2007). Portanto, o projeto político do Brasil desenvolveu-se sob a ideia de uma efetiva cordialidade entre os grupos, o que mascarou o racismo e invisibilizou as desigualdades por muito tempo. Este véu contribuiu para que o racismo ultrapassasse os limites das atitudes interpessoais e cotidianas, interferindo no contexto de acesso a bens e serviços ofertados pelas instituições, principalmente as de caráter público. O desenvolvimento da noção de **Racismo Institucional** configura-se exatamente a partir dessa reflexão:

> *O Racismo Institucional é o fracasso das instituições e organizações em prover um serviço profissional e adequado às pessoas em virtude de sua cor, cultura, origem racial ou étnica. Manifesta-se em normas, práticas e comportamentos discriminatórios adotados no cotidiano de trabalho resultantes da ignorância, da falta de atenção, do preconceito ou de estereótipos racistas. Em qualquer situação, o racismo institucional sempre coloca pessoas de grupos raciais ou étnicos discriminados em situação de desvantagem no acesso a benefícios gerados pelo Estado. (PNUD, 2007)*

O resultado do racismo institucional é a prática de uma série de injustiças preveníveis, insumo fundamental para o crescimento e manutenção das desigualdades.

Ao percebermos o impacto sobre mulheres negras e jovens do sexismo, do racismo e também das relações desiguais entre gerações, podemos entender melhor de que maneira seus efeitos psicossociais podem configurar-se como impeditivos para o "desejo" e também para as possibilidades de participação. Essas pessoas, em virtude de seu sexo, cor da pele e idade, são vítimas constantes de discriminações. Fóruns e outros mecanismos específicos de participação nem sempre têm força e representatividade suficientes para pautar os órgãos governamentais, que, por sua vez, mesmo influenciados por grupos de pressão – negro, feminista e de juventude –, não os enxergam como potenciais colaboradores. Somada a isso, está a ineficiência do poder público em transversalizar o debate e sua ação, dada a realidade desigual e o racismo institucional presente.

O desafio da transversalização das temáticas de gênero, raça e de juventude no âmbito das políticas públicas

A estrutura atual do Governo Federal tem três órgãos específicos e responsáveis pelo desenho e transversalização de políticas públicas para as mulheres, de promoção da igualdade racial e de juventude. São eles: a *Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM)*, criada em janeiro de 2003; a *Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir)*, criada em março de 2003; e a *Secretaria Nacional de Juventude (SNJ)*, constituída em fevereiro de 2005. Todos os três organismos têm como missão orientar as demais secretarias e ministérios, buscando fortalecer a agenda pública e fomentar programas e políticas para os respectivos grupos aos quais se dedicam.

O desafio dessas instituições começa com a pauta da transversalização das políticas de promoção da igualdade, ou de combate ao racismo e ao sexismo, dentro da estrutura de governo. Ou seja, devem sensibilizar e garantir a importância desses assuntos nas políticas macroeconômicas, de geração de emprego, renda e educação, entre outras. Transversalizar uma temática é um desafio que está para além de construir políticas específicas, mas reside, sim, na promoção do amplo debate sobre as políticas públicas, para que elas sejam desenhadas de maneira eficaz e equitativa.

Discutir as desigualdades entre brancos e negros, homens e mulheres em relação ao desenvolvimento do país, sempre foi um desafio muitas vezes reduzido à mera interpretação dessas desigualdades na perspectiva da pobreza. Estudiosos, gestores públicos e cidadãos ainda acreditam que os problemas enfrentados pelo Brasil com vistas ao crescimento não têm nada a ver com as desigualdades raciais e de gênero. Grave engano. Aqueles que apresentam os "melhores resultados" – neste caso, os homens brancos – não serão capazes, enquanto grupo, de equilibrar ou de jogar para cima os indicadores atribuídos às mulheres, aos negros, aos indígenas e aos demais grupos que, por conta da discriminação, acessam de forma diferenciada os serviços e têm suas oportunidades reduzidas. Esse fenômeno empurra o país para os piores índices de desenvolvimento e torna mais frágil a democracia.

Fazendo-se um retrospecto, e a despeito das construções e dos processos anteriores, é importante lembrar que o ano de 2001 foi marcado pela realização, em Durban, na África do Sul, da *III Conferência Mundial Contra o Racismo, a Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas*, que influenciou uma série de proposições de ações com vistas ao enfrentamento do racismo. São exemplos a iniciativa do Supremo Tribunal Federal que, em 2001, passou a considerar constitucional o princípio da ação afirmativa; a publicação, em 13 de maio de 2002, de decreto presidencial que instituiu o Programa Nacional de Ações Afirmativas; e também a criação da Seppir, em 2003 (PAIXÃO, 2006). Nesse novo campo, e considerando os avanços em relação à proposição de políticas de promoção da igualdade, a transversalização do tema tornou-se o principal desafio dessas instituições.

Segundo o Relatório de Gestão 2003-2006 da Seppir, "o reconhecimento da pluralidade da população brasileira e o desenvolvimento de políticas para promoção da igualdade racial são passos importantes para a construção da democracia e de uma sociedade mais humana, o que significa uma imensurável conquista para todos". (Presidência da República, Seppir, 2006) Esse entendimento não só coloca o debate e a responsabilidade de combater as desigualdades para todos e todas, como também abre precedentes para que a pauta – jovem mulher negra e participação – seja incorporada por órgãos como a Seppir, a SPM, a SNJ e por todos aqueles que têm a responsabilidade de desenhar e executar as políticas públicas. Também, conforme o relatório, o eixo central para o segundo mandato do Presidente Lula (2007-2010) deveria ser a promoção de um salto qualitativo na agenda política nacional, instituindo um novo marco regulatório e uma política fiscal e orçamentária que atendessem à necessidade de consolidar a política de promoção da igualdade racial.

Seria esta a resposta para a transversalização da pauta? Pode ser um caminho, mesmo sendo a transversalidade um desafio mais complexo, também apontado pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, no Relatório de Implementação 2005 do Plano Nacional de Política para as Mulheres. Ali também se reconhece a gestão transversal como um grande desafio para a administração pública: "Uma vez assegurado o enfoque de gênero no planejamento, torna-se viável a análise do orçamento e do gasto público nessa mesma ótica, bem como a avaliação do impacto das ações governamentais sobre as condições de vida de mulheres e homens e sobre as desigualdades de gênero". (Presidência da República, SPM, 2006)

Na linha dessas orientações, o Conselho Nacional de Juventude, em seu primeiro ano de atividade (2005), debruçou-se sobre a organização de câmaras temáticas responsáveis pela produção de diretrizes e recomendações para a construção de uma Política Nacional de Juventude. Esse processo, em escala menor, pode exemplificar outras vertentes sobre a dificuldade da transversalização das políticas de promoção da igualdade e do diálogo para e com os diferentes. Para a câmara temática Vida Segura – valorização da diversidade e respeito aos Direitos Humanos, o desafio foi pensar e propor diretrizes para políticas públicas para a diversidade juvenil, sem estigmatizar ainda mais os jovens, especialmente os negros. Como o próprio texto afirma, embora a juventude possa ser considerada uma categoria social composta por sujeitos que

compartilham a mesma fase da vida, tem-se produzido um consenso no Brasil de que é necessário atentar para a multiplicidade de experiências que reunimos sob essa mesma ampla denominação. (LEÓN, 2006)

Novas estratégias de participação da juventude negra

Sem desconsiderar os processos anteriores, o Primeiro *Encontro Nacional de Juventude Negra – ENJUNE*, realizado em julho de 2007, na cidade de Lauro de Freitas (Região Metropolitana de Salvador/Bahia) talvez seja a principal expressão da atual organização das juventudes negras no Brasil. O encontro teve como tema central as novas perspectivas na militância étnico-racial e consolidou um processo de articulação iniciado em 2005, pós-Marcha Zumbi+10.

Resultado de etapas municipais e estaduais, e na contramão das conferências convocadas pelo governo, o encontro organizou e realizou, por meio de articulações próprias, os caminhos que levaram à mobilização nacional e à participação de aproximadamente 700 jovens delegados de todas as regiões do país, que discutiram 14 eixos temáticos[2] e desenharam um projeto político para a juventude negra brasileira, com propostas para orientar as políticas de juventude e as bases para a implementação de um fórum autônomo de juventude negra, que hoje é uma realidade.

Optando pelo perfil afrocentrado, suprapartidário e sem vínculos religiosos, essa juventude promoveu um encontro em que a construção coletiva visava contemplar os diferentes perfis da juventude negra e as especificidades dessa juventude em cada região do país, definindo proposições para a sociedade civil e também para o poder público. Assim, as juventudes negras presentes no ENJUNE explicitaram nesse documento seus anseios, projetos e os caminhos a seguir, colocando no centro do debate a importância da participação para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

Diante dos já discutidos desafios colocados à participação da população negra de forma geral, e das mulheres negras e jovens em particular, o documento reivindica autoria desses segmentos na construção de sua própria história e assim abre novas perspectivas e formas de atuação. Isso se traduz em 74 proposições e recomendações contidas no relatório, referência fundamental para que a proposição de políticas públicas para a juventude negra fosse a mais votada entre as 21 prioridades definidas pela Conferência Nacional de Juventude, com 634 votos, em maio de 2008. Desse modo, a maioria dos delegados presente à Conferência colocou como encaminhamento desta que os governos reconheçam e **transformem em políticas públicas de juventude as resoluções do Primeiro Encontro Nacional de Juventude Negra – ENJUNE, como uma política afirmativa para a juventude negra no Brasil.** Um outro desdobramento do ENJUNE, o Fórum Nacional de Juventude Negra, também tem empreendido inúmeras atividades de enfrentamento das problemáticas vivenciadas pela juventude negra. Entre estas podemos destacar a Campanha Nacional Contra o Extermínio da Juventude Negra, que desde 2007, com a consolidação do Fórum, vem denunciando junto a organismos nacionais e internacionais a violência a

[2] Eixos temáticos discutidos no ENJUNE: cultura; segurança, vulnerabilidade e risco social; educação; saúde; terra e moradia; comunicação e tecnologia; religião do povo negro; meio ambiente e desenvolvimento sustentável; trabalho; intervenção social nos espaços políticos; reparações e ações afirmativas; gênero e feminismo; identidade de gênero e orientação sexual; e inclusão de pessoas com deficiência.

que está submetida essa juventude, além de promover ações que visam à formação política e à organização desse segmento de juventude nas mais diversas localidades do país.

Fundamentais para todo este processo de mobilização e articulação política, as jovens negras também trazem como bandeira de luta, desde o ENJUNE, a defesa da descriminalização e da legalização do aborto, que tanto penaliza jovens mulheres negras e empobrecidas em todo o país. Além disso, reivindicam: políticas públicas com recorte geracional; melhoria no atendimento à saúde das mulheres negras; ampliação de organismos governamentais voltados à promoção da equidade de gênero e raça; acesso às mulheres jovens negras a espaços institucionais de poder; e ações que visem fortalecer as denúncias de violência contra as mulheres.

Nesse caminho, as jovens mulheres negras feministas começaram a se organizar diante dessa pauta e a buscar mecanismos de inserção e visibilidade. Para isso, articularam-se nacionalmente, participando do I Encontro Nacional de Jovens Feministas, realizado entre os dias 13 e 16 de março de 2008, em Fortaleza (CE), com o objetivo de construir relações e alianças solidárias e de parceria com jovens feministas, que compartilham diferentes identidades étnicas e políticas.[3] Assim, as jovens mulheres negras não só contribuíram com o encontro, mas marcaram presença de maneira contundente e propositiva, da mesma forma que este artigo se propõe a colocar no centro do debate do Fórum Cone Sul de Jovens Mulheres Políticas as questões específicas que atingem de forma mais contundente as jovens negras, chamando atenção para a importância de incluir na agenda política as especificidades do grupo em questão, tanto de forma transversal aos encontros, quanto como tema prioritário de seus debates.

Bibliografia

BARRETO, Raquel de Andrade. **Enegrecendo o feminismo ou feminizando a raça: narrativas de libertação em Angela Davis e Lélia Gonzalez**. 128 p. 2005. Dissertação (Mestrado em História) sob orientação de Marco Antonio Villela Pamplona – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

CRENSSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos Feministas**, Florianópolis, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Centro de Comunicação e Expressão, v. 7, p. 171-188, 2002.

Encontro Nacional de Juventude Negra. **Relatório final: propostas aprovadas na plenária final do Encontro Nacional de Juventude negra**. Lauro de Freitas, 2007, p. 6. Disponível em: Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para as Mulheres (Unifem); Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (Ipea). **Retrato das Desigualdades**. 2. edição. Brasília, DF: Unifem/Ipea/DFID, 2006. CD-ROM.

HANCHARD, Michael George. **Orfeu e o poder: o movimento negro no Rio de Janeiro e São Paulo (1945-1988)**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2001.

IANNI, Octavio. **A Sociedade Global**. 11ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 39.

[3] Outra ação importante prevista para 2009 é a realização do I Encontro Nacional de Jovens Negras Feministas, em Salvador.

LEÓN, Oscar Dávila. Da agregação programática à visão construtiva de políticas de juventude. In: FREITAS, Maria Virginia de; PAPA, Fernanda de Carvalho (Orgs.). **Políticas públicas: juventude em pauta**. São Paulo: Cortez, 2003.

LOPES, F; QUINTILIANO, R. Racismo institucional e o direito humano à saúde. **Democracia Viva**, Rio de Janeiro, v. 34, p. 08-16, 2007.

PAIXÃO, Marcelo. **Manifesto antirracista: ideias em prol de uma utopia chamada Brasil.** Coleção Políticas da Cor. Rio de Janeiro: DP&A;LPP/UERJ, 2006, p.155.

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento/PCRI – **Programa de Combate ao Racismo Institucional.** Brasília: PNUD/PCRI, 2006. Disponível em: <http://www.pnud.org.br>. Acesso em: 10 nov 2009.

Política Nacional de Juventude: diretrizes e perspectivas. São Paulo: Conselho Nacional de Juventude; Fundação Friedrich Ebert, 2006, p. 77

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA; Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. **Relatório de Gestão (2003-2006).** Brasília, DF. Disponível em: <http://www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/seppir/publicacoes/relatorio_gestao_2003_2006.pdf>. Acesso em: 15 set. 2008.

_____. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **Relatório de Implementação 2005**: **Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. Brasília, DF, 2006. Disponível em: <http://200.130.7.5/spmu/docs/pnpm_relatorio.pdf>. Acesso em: 15 set. 2008.

PRIORE, Mary del. **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2000.

QUINTILIANO, Rachel. **Plano de Avaliação da Produção Discursiva do Programa de Combate ao Racismo Institucional**. Brasília, 2007, p.11. Trabalho de conclusão de curso - Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde - DIREB-Brasília/ Fundação Oswaldo Cruz.

RIBEIRO, Matilde. Relações raciais nas pesquisas e processos sociais. Em busca de visibilidade para mulheres negras. In: VENTURI, Gustavo; RECAMÁN, Marisol; OLIVEIRA, Sueli. **A mulher brasileira nos espaços público e privado.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

ROLAND, Edna. O Movimento de Mulheres Negras Brasileiras: Desafios e Perspectivas. In: GUIMARÃES, Antonio S. A ; HUNTLEY, Lynn (Orgs.). **Tirando a Máscara:** Ensaios sobre o Racismo no Brasil. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

SILVA Jr., Hédio. Mulheres e Negras: Necessidade de demandas judiciais específicas**.** In: **As Mulheres e a Legislação Contra o Racismo.** Rio de Janeiro: Cepia, 2001.

UNIFEM; IPEA. **Retratos das Desigualdades**. 2.ed. Brasília: UNIFEM/IPEA/DFID, 2006, p.14.

VALENTE, Ana Lucia E. F. **Ser negro no Brasil hoje**. 2 ed., ver. e ampl. São Paulo: Moderna, 1994. (Coleção Polêmica).

Jovens no feminismo e no Hip Hop na busca por reconhecimento[1] | Julia Zanetti e Patrícia Lânes A. de Souza

Julia Zanetti: Cientista social, mestranda em Educação/ UFF e pesquisadora do Observatório Jovem do Rio de Janeiro/UFF.

Patrícia Lânes A. de Souza: Jornalista, especialista em Sociologia Urbana (UERJ) e mestre em Sociologia (com concentração em Antropologia) pelo PPGSA/ IFCS/ UFRJ. É pesquisadora do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE) e do Observatório Jovem do Rio de Janeiro/UFF.

As mulheres representam 51% da população brasileira. Entre a juventude do Brasil – que em 2005 somava mais de 35 milhões de pessoas entre 15 e 24 anos –, as jovens representam quase 50%[2]. Nas últimas décadas, essa nova geração de mulheres parece estar usufruindo muitas conquistas das lutas de gerações anteriores de mulheres militantes, tais como: o maior espaço no mercado de trabalho; o fato de terem deixado de ser propriedade de seus maridos; e a maternidade estar se tornando uma questão de escolha e não de destino. Essa nova realidade, que se apresenta de maneira muito distinta de acordo com a classe, a etnia, o local de moradia e a região do Brasil em que estão essas mulheres, é tão forte que, muitas vezes, traz consigo a sensação de que não faz mais sentido, em nossos dias, que grupos e movimentos busquem a igualdade de direitos entre mulheres e homens. No entanto, é preciso reconhecer que isso não quer dizer que não haja mais pelo que lutar. O que aconteceu, na verdade, foi a atualização de bandeiras de luta e a criação de outras a partir do novo momento histórico e social. Uma nova e diversificada geração de mulheres jovens vem tornando explícitas velhas e novas formas de desigualdades de gênero que, apesar das muitas e fundamentais conquistas conseguidas até aqui, revelam à sociedade que ainda há muito por que lutar.

O presente artigo analisa os desafios e alternativas encontradas pelas jovens mulheres inseridas em dois espaços de militância bastante distintos. O primeiro deles é a participação de uma nova geração de mulheres no movimento feminista. Tratando-se de um movimento histórico, que hoje ainda tem como lideranças muitas feministas que participaram ativamente do momento de efervescência do feminismo no Brasil (a partir da segunda metade da década de 1970), a inserção das jovens é permeada por contradições e conflitos. Em seguida, passamos ao universo da cultura Hip Hop. Sendo uma das expressões culturais juvenis de maior visibilidade no Brasil e em muitos países do mundo, o lugar das mulheres nele ainda é reduzido.

[1] Trabalho apresentado na 26ª. Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 1 e 4 de junho de 2008, em Porto Seguro, Bahia, Brasil.

[2] IBGE, PNAD 2005.

Aquelas que buscam se inserir têm de lutar cotidianamente por mais espaço e reconhecimento dentro de uma cultura regida por uma lógica masculina que as torna quase invisíveis. As estratégias são muitas para lidar com a situação e, aqui, serão analisadas algumas delas.

Jovens no feminismo: relações intergeracionais em questão

O feminismo é considerado o movimento social que mais conquistas teve ao longo do século XX, apresentando, porém, certa retração na última década. Além de todos os fatores que contribuíram para o refluxo de vários movimentos sociais, no caso específico deste, possivelmente, contribuiu também a impressão de que a igualdade entre mulheres e homens já estava garantida, o que fez com que se pensasse que o movimento havia perdido sua razão de ser.

É também neste período que questões referentes à condição juvenil começam a adquirir relevância, os(as) jovens, que em princípio eram vistos apenas como problema social, passam a ser percebidos como sujeitos de direitos, com necessidades, potencialidades e demandas singulares. Assim, mesmo que os diferentes movimentos sociais tenham sempre contado com a participação de sucessivas gerações de jovens, só muito recentemente esse grupo passou a reivindicar no interior deles *espaços específicos de discussão e pautas também específicas* (ABRAMO, 2005).

Desde seu já comentado refluxo até muito recentemente, as jovens estiveram distantes do movimento feminista, e as militantes adultas não pareciam muito preocupadas em conquistá-las para a militância[3]. Aparentemente, contribuiu para o distanciamento entre o movimento e as jovens a noção do senso comum acerca da participação política da juventude, uma vez que prevalece na sociedade a ideia de que esta é uma geração apática e alienada. No entanto, essa conclusão se mostra um equívoco se consideradas as formas de participação não convencionais, como as representadas por grupos artísticos e religiosos, por meio das quais é possível verificar um "alargamento dos interesses e práticas coletivas juvenis" (DAYRELL e CARRANO, 2006).

A partir do final dos anos 1990, é possível perceber não só muitas jovens se interessando pelo movimento, como também trazendo uma perspectiva de juventude para as bandeiras do feminismo, algo que nenhuma outra geração de jovens anterior havia reivindicado. Assim, o movimento feminista foi obrigado a reconhecer um novo grupo demandando espaço e visibilidade para sua própria forma de perceber e expressar suas questões.

Segundo BIONDI (2000), houve um momento na história do feminismo em que se percebeu que as experiências e demandas que vinham sendo discutidas pelo movimento eram, basicamente, as das mulheres brancas, heterossexuais, de classe média, e que estas estavam sendo generalizadas e validadas como de todas as mulheres. Dessa forma, iniciou-se

[3] Nalu Faria, coordenadora nacional da Marcha Mundial de Mulheres (uma das expressões do feminismo internacional), em entrevista ao *Jornal da Cidadania*, afirma: "*Foi em 2002 que a participação de mulheres jovens* (na Marcha) *se intensificou, sem fazermos muito esforço*". (*Jornal da Cidadania* nº. 133, mar/abr de 2005)

um processo que a autora chama de "colocar hífens", ou seja: buscando legitimar outras identidades que não eram visíveis ou reconhecidas dentro do movimento, muitas mulheres passaram, então, a identificar-se como feminista-negra, feminista-lésbica, feminista-proletária, trazendo novas questões e afirmando as múltiplas identidades que precisavam ser contempladas dentro do movimento. No Brasil, esse processo ocorreu nos anos 1980. A partir do resgate feito, percebe-se que, mesmo que algumas jovens participassem, não houve o reconhecimento da identidade múltipla feminista-jovem, e que tal reconhecimento não era uma demanda apresentada pelas jovens naquele momento.

Nesse novo desafio apresentado ao movimento – o reconhecimento das jovens como um novo grupo portador de especificidades –, há ainda a peculiaridade de que os(as) jovens são "aqueles que chegam ao campo sem capital", ou, de outra forma, sem os atributos valorizados pela maioria dos grupos (BOURDIEU, 2004). No feminismo não é diferente. As jovens militantes não possuem uma longa vivência ou um profundo conhecimento do movimento, nem representam instituições ou têm títulos que as legitimem. E, mesmo que os possuíssem, dificilmente seriam suficientes para disputar com aquelas que têm a experiência de décadas de militância.

Atualmente, é visível no movimento feminista um discurso de valorização e até certa abertura por parte das mais velhas para a participação das jovens, encarada pelas primeiras como um caminho para a renovação do feminismo. Apesar disso, percebe-se que as conquistas estão em questões mais consensuais ou consideradas de menor importância pelas adultas. Ou seja, quando se entra na disputa política (decidir quem representará o movimento, que reivindicação será prioritária em determinado momento ou quem coordenará as ações), o fato de ser uma "recém-chegada" se apresenta de maneira direta, pois esta jovem está pretendendo ir além do "limite que lhe foi permitido". Em geral, é nessa situação que acontecem os conflitos que, como afirma BOURDIEU (1983), "são evitados durante o tempo em que os velhos conseguem regular o tempo de ascensão dos mais novos". Assim, as relações de poder neste campo são bastante desiguais, o que torna a inserção dessas jovens no movimento um desafio que vem sendo enfrentado de diferentes formas.

Uma das estratégias que vêm sendo usadas pelas jovens mulheres no movimento é a criação de núcleos de juventude em instituições feministas, coletivos estaduais de jovens feministas e redes nacionais e regionais. Formadas na maioria dos casos apenas por jovens, estes são espaços de discussão e articulação das questões das jovens mulheres. Alguns avanços já são visíveis. Um dos mais expressivos é a dimensão da participação das jovens no 10º Encontro Feminista Latino-Americano e do Caribe, ocorrido em outubro de 2005, em Serra Negra (SP), no qual cerca de 25% das participantes eram mulheres com menos de 30 anos, sendo considerado um marco histórico da participação da juventude no movimento.

Fruto de articulações anteriores entre diferentes grupos de jovens feministas, as principais demandas levantadas por elas referiam-se a questões internas ao próprio movimento, tais como a necessidade de formação de lideranças jovens, de

canais de participação efetiva para esse grupo, principalmente nas instâncias decisórias, e de um diálogo de igual para igual entre estas e as militantes adultas (SUCUPIRA, 2007).

Outro avanço relevante foi a realização do I Encontro Nacional de Jovens Feministas, realizado na cidade de Maracanaú (CE), de 13 a 15 de março de 2008, do qual resultou a criação da Articulação Brasileira de Jovens Feministas. Contando com a participação de cerca de 100 jovens feministas de vários estados do país, número que pode ser considerado relevante, uma vez que cada uma teve que arcar com suas despesas de transporte, o Encontro possibilitou uma reflexão sobre a condição de jovem mulher e suas principais demandas por região, a articulação desta com outras identidades, principalmente racial e de orientação sexual, e a discussão sobre políticas públicas para jovens mulheres.

Vale destacar que o Encontro foi encerrado com a realização de uma Conferência Livre de Mulheres Jovens, cujas propostas sobre saúde, educação, trabalho, meio ambiente, cultura, meios de comunicação e combate à violência foram enviadas como contribuição à construção da 1ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude, realizada em abril do mesmo ano. Refletindo o momento político em que o movimento feminista no Brasil se encontra, no conjunto das discussões sobre políticas públicas, a principal demanda apresentada foi o direito ao aborto legal e seguro, que além de ser uma bandeira histórica do movimento, voltou a ser amplamente discutido nos últimos anos e é uma questão que afeta diretamente a vida das jovens mulheres. Outras questões que tiveram destaque foram aquelas relacionadas à tripla jornada das jovens: estudo, trabalho e casa/filhos(as), e a imposição, pelos meios de comunicação, de um único padrão de beleza feminina: branco, alto e anoréxico.

Estes exemplos da organização das jovens feministas deixam evidente que ainda há um longo caminho a ser percorrido por elas, principalmente se considerarmos que o objetivo principal não é disputar poder dentro do movimento, mas garantir um espaço de discussão acerca de suas questões e reivindicar melhores condições de vida para todas as mulheres, considerando as especificidades que cada grupo tem.

As minas: estratégias de *sobrevivência* em uma cultura masculina

No caso da cultura Hip Hop, as jovens podem ser pensadas a partir das estratégias de que lançam mão para se afirmarem como mulheres em uma cultura predominantemente masculina. A análise de expressões culturais como lócus privilegiado para se conhecer práticas e valores juvenis é recorrente nos estudos sobre jovens. As práticas culturais dos jovens podem ajudar a entender, por um lado. de que forma novas gerações atualizam valores e normas sociais e, por outro, quais são as possibilidades de transgressão e negociação de tais normas. Refletir sobre as relações entre mulheres e homens jovens a partir da cultura Hip Hop no Brasil tem essa mesma intenção.

A cultura Hip Hop torna-se interessante alvo de análise na medida em que nasce como forma de manifestação cultural da periferia, inicialmente entre jovens negros e pobres nos EUA, para se tornar uma manifestação cultural juvenil transnacional, se expressando por meio de signos e emblemas como música, roupa, gírias, cortes de cabelo etc., que passam a funcionar como sinais que permitem identificar seus adeptos para além das fronteiras de comunidades fisicamente delimitadas (HERSCHMANN, 2000, p. 183). Por outro lado, o Hip Hop, através de seus três elementos básicos – a música, composta pelo *rap*, canto falado (pelos MCs) sobre uma base de batidas bem marcadas e pela figura do(a) DJ, pessoa responsável pela base e pelas mixagens[4]; a dança, conhecida como *break*, e praticada pelos(as) *b.boys* e *b.girls*; e a expressão gráfica, chamada de grafite, intervenção desenhada em paredes e muros com estética característica –, se conformou como espaço de intervenção entre jovens de periferia de diversas cidades do mundo, com suas letras e imagens denunciando a realidade social na qual se inserem, ou seja, a miséria, a exclusão social, a violência urbana e o racismo. Nesse rol de "questões sociais", apenas muito recentemente aumenta a força de questões relativas à mulher.

De acordo com Novaes, essa ausência pode ser explicada pela maneira como o Hip Hop foi criado. A autora argumenta que a associação entre Hip Hop e cultura de rua (sendo rua aí entendida como lugar da violência, da criminalidade, do perigo) é uma das razões de as mulheres terem sido historicamente afastadas, uma vez que é na rua que essa expressão cultural foi criada e vem sendo praticada. Nas palavras da antropóloga: "A rua é associada ao perigo e está fortemente associada ao mundo masculino. Portanto, a chamada 'cultura de rua' estaria mais associada aos meninos do que às meninas" (NOVAES, 2001, p. 70). No entanto, ela chama atenção também para o fato de mesmo "as mulheres da comunidade", ou seja, aquelas que fazem parte do cotidiano dos homens do Hip Hop (mães, irmãs, esposas, namoradas, filhas etc.), aparecerem pouco nas letras de *rap*. É, portanto, fenômeno recente, que se adensou a partir da década de 1990, a maior visibilidade de mulheres que de alguma forma participam da cultura Hip Hop.

Se pensarmos no Hip Hop como expressão cultural complexa – na qual coexistem grupos e coletivos organizados como movimentos sociais, mas também um forte setor vinculado ao mercado e à indústria cultural, sem falar no tangenciamento constante entre esses dois campos –, é possível perceber que, nas letras de rap de muitos grupos no Brasil e nos EUA, as mulheres aparecem como símbolos de status e objetos de consumo, ao lado de carros, joias, armas e apartamentos. Somam-se aos demais como mais um elemento a demonstrar a virilidade dos homens. No Brasil, um reconhecido grupo de Hip Hop, os Racionais MCs, compôs, em 1994, a música "Mulheres Vulgares", que, de acordo com depoimento de algumas rappers, contribuiu naquele momento para marcar negativamente o espaço das mulheres dentro da cultura Hip Hop[5].

Outros depoimentos de mulheres revelam outras formas de discriminação ou restrição à sua inserção. Contam elas que já foram vaiadas durante shows e, não raro, sua capacidade como rappers, DJs, grafiteiras ou b.girls é questionada pelos

[4] Alguns autores falam em quatro elementos, em vez de três, pois separam o *rap* da *mixagem*, ou seja, a figura do *rapper* da figura do DJ, pela relevância e especificidade do DJ e sua prática dentro do Hip Hop.

[5] Para os depoimentos aqui referidos, ver SOUZA, Patrícia Lânes Araújo de. **Em busca da autoestima: interseções entre gênero, raça e classe na trajetória do grupo Melanina**. Dissertação de Mestrado. PPGSA/IFCS/ UFRJ, 2006. Disponível em: <http://www.uff.br/obsjovem/mambo/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=38&Itemid=32>.

colegas do sexo oposto: "Muita gente acha que ser mulher é mais fácil, que se consegue emprego só por ser bonitinha" (matéria "Donas da festa", Monte de Vênus, site Viva Favela, 28/05/2005). Muito antes disso, as mulheres que buscavam se inserir na cultura Hip Hop já percebiam o preconceito e as restrições impostas por essa cultura. Um texto de 1995, "O Rap das Meninas", de Maria Aparecida da Silva, revela aspectos das trajetórias de jovens mulheres negras e rappers de São Paulo na cultura Hip Hop. Relatos sobre o preconceito das plateias, predominantemente masculinas, sobre a "superproteção" dos homens ou mesmo de situações de boicote com o objetivo de testá-las[6] mostram que a inserção no Hip Hop é algo a ser conquistado e que deve ser negociado constantemente.

No entanto, os homens não são únicos agentes de discriminação e afirmação de um lugar subordinado das mulheres dentro do Hip Hop. De acordo com a pesquisadora Wivian Weller, em seu artigo "A presença feminina nas (sub)culturas juvenis: a arte de se tornar visível" (2005), o preconceito existente contra as mulheres pode ser por elas internalizado e reproduzido. Segundo a análise de Weller:

> *As jovens já internalizaram valores e expectativas atribuídos ao feminino na sociedade em que vivem, que pressupõem todo um cuidado com a preservação da imagem e da reputação. Nesse sentido, as próprias mulheres do movimento hip hop contribuem para a preservação desses valores impostos pela sociedade machista através do trabalho de controle e advertência das companheiras do mesmo sexo: "quando é colega da gente, a gente chega fala [que] não pode ficá com todos porque suja a sua reputação". (WELLER, 2005, p. 117)*

A visão androcêntrica predominante não tem necessidade de se legitimar e é percebida por homens e mulheres como neutra. As práticas que restringem a participação das mulheres são percebidas, inclusive por muitas mulheres, como necessárias e "naturais". De acordo com Bourdieu (2003), ao encarnarem, por meio de seus atos, o papel de dominadas, as mulheres denotam reconhecimento e submissão. Suas atitudes a fim de participar da cultura Hip Hop ou de se tornarem reconhecidas e visíveis se dão em relação a uma ordem masculina estabelecida. Não se trata, no entanto, de um ato consciente ou premeditado, mas da incorporação de uma visão socialmente legitimada que é percebida por homens e mulheres como correta e "natural".

As formas de lidar com a lógica masculina são múltiplas, mesmo dentro de uma só expressão cultural, como o Hip Hop. Se, por um lado, como já foi visto, muitos homens e muitas mulheres reiteram a prevalência de tal lógica, muitos(as) outros(as) buscam tornar visível o preconceito ou lançam mão de diferentes estratégias para lidar com ele. Os produtos das expressões presentes no Hip Hop (ou seus "elementos") são um espaço por onde circulam diferentes representações das relações entre homens e mulheres. Mulheres, e também alguns homens, utilizam esse espaço como território de disputa das imagens e concepções que costumam reforçar estereótipos relacionados ao feminino e ao masculino.

[6] "Sharylaine exemplificou uma situação de sabotagem ocorrida com sua DJ: 'Já aconteceu de um DJ de outro grupo mexer com nossa pick-up tirando uma peça ou desligando o equipamento, já desligaram o mixer, e depois diziam como se não fosse nada: isso é pra você ficar esperta'". (SILVA, 1995, p. 521)

No rap, há a formação de grupos apenas de mulheres (como o Damas do Rap, o Anastácias, o NegaAtivas ou o Odoyá, por exemplo) que criam letras a partir da experiência da mulher, chegando em muitos casos a questionar o lugar da mulher na sociedade. Mais recentemente, cantoras de rap como Nega Gizza e Negra Li passam a fazer tanto sucesso quanto grandes rappers do sexo masculino.

Muitas mulheres usam como estratégia de inserção na cultura Hip Hop o ocultamento de atributos do feminino através da utilização de roupas e comportamentos atribuídos comumente aos homens (por exemplo, roupas muito largas e bonés). Outras tantas abrem espaço também para vestimentas socialmente associadas à feminilidade, onde o corpo da mulher não precisa ser escondido para que sejam tratadas com respeito, o que não significa que seja super exposto como "parte do espetáculo". Outro interessante fenômeno nesse percurso por visibilidade e reconhecimento é o uso dos meios de comunicação. O site *GraffGirlz* (http://ira.graffgirlz.com/), que reúne e divulga o grafite de mulheres de vários países, é exemplo da recente proliferação de páginas da Internet que divulgam a cultura Hip Hop a partir da ótica das mulheres. Outros meios de comunicação também são utilizados, como as rádios comunitárias (programa "Ação Melanina", veiculado entre os anos de 2004 e 2005 em rádios comunitárias e ligadas a organizações não governamentais do Rio de Janeiro) ou o cinema, a exemplo do documentário "Rap de Saia", realizado no ano de 2005 pela rapper Janaína Oliveira, a Re.Fem, também do Rio de Janeiro.

Nesse processo, a relação entre mulheres do Hip Hop e movimentos e organizações não governamentais feministas, de mulheres e/ou de mulheres negras, é inegável. ONGs como Geledés, em São Paulo, e Criola e Cemina, no Rio de Janeiro, passam a trabalhar com Hip Hop a partir da perspectiva de gênero e/ou da luta das mulheres negras e, nesse processo, jovens mulheres do Hip Hop passam a se vincular a iniciativas dessas organizações. A mediação feita por movimentos e ONGs de mulheres acaba por estimular a organização dessas jovens em grupos e ONGs criadas por elas próprias, buscando trazer como tema questões específicas de sua geração, tendo o Hip Hop como importante elemento de contexto de suas trajetórias.

Não se pode afirmar que a relação entre mulheres e homens no universo do Hip Hop tenha sido profundamente alterada. Como dito inicialmente, a cultura Hip Hop encontra-se inserida em uma sociedade na qual, apesar de importantes conquistas da luta pelos direitos das mulheres nas últimas décadas, as desigualdades de gênero continuam presentes em muitas esferas das relações sociais (diferenças salariais na ocupação de um mesmo posto de trabalho, altos índices de violência contra a mulher, responsabilização majoritária da mulher pela realização das tarefas domésticas e cuidados com as crianças – filhos(as), irmãos(ãs), netos(as) etc.). Quando se pensa que tais desigualdades de gênero estão também desigualmente "distribuídas" entre as mulheres brasileiras de acordo com sua classe social, raça e local de moradia, e que

em sua maioria as participantes de grupos e movimentos de Hip Hop são mulheres negras, pobres e moradoras de bairros periféricos e/ou favelas, é possível concluir que entre elas estão mulheres que lidam com tais desigualdades de maneira ainda mais profunda em seu cotidiano.

Os desafios colocados para a alteração das relações de gênero em nossa sociedade se atualizam também nas culturas juvenis, caso do Hip Hop. O espaço que essa cultura dá para o questionamento de tais relações ainda está longe de ser o mesmo dado ao questionamento das desigualdades sociais e raciais. O Hip Hop, como produto cultural veiculado pelos grandes meios de comunicação de massa, continua a difundir imagens de rappers que ***têm*** mulheres: elas são exibidas como mais um símbolo de virilidade e status. No entanto, outros setores, incluindo-se aí muitos daqueles que o entendem como movimento social, buscam repensar o lugar da mulher nessa cultura e na sociedade, não sem contradições e negociações constantes. Nesse quadro, as mulheres jovens, em alianças com homens que também não aceitam os estereótipos de gênero constantemente atualizados em tal contexto, buscam construir alternativas de visibilidade e reconhecimento capazes de se contrapor à lógica vigente.

Caminhos possíveis

Os dois casos aqui apresentados explicitam desafios que a inserção das jovens mulheres em diferentes movimentos representam. Mas demonstram também a persistência das jovens na luta por espaço e reconhecimento, já tendo conquistado, nesse processo, muitos(as) aliados(as). A organização em grupos formados exclusivamente por jovens mulheres e a relação deles com outros atores sociais (como movimentos, organizações de mulheres, redes de jovens etc.) colocam-se, nesse contexto, como estratégias fundamentais para a permanência das questões que levantam, bem como para seu fortalecimento. Resta perguntar até que ponto é possível alterar relações de poder baseadas nas desigualdades de gênero e de geração em contextos concebidos e regidos por uma lógica masculina e adulta que é reproduzida e percebida como legítima. As questões aqui levantadas poderão ser respondidas na medida em que se multipliquem e se difundam os estudos que busquem entender como as mulheres estão vivendo sua juventude e de que estratégias vêm lançando mão para entrar e permanecer em culturas, espaços e movimentos em que a lógica dominante tende a colocá-las em um lugar subordinado.

Bibliografia

ABRAMO, Helena Wendel; LÉON, Oscar Dávila. **Juventude e Adolescência no Brasil: referências conceituais**. São Paulo: Ação Educativa, 2005.

ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. **O que é feminismo**. São Paulo: Brasiliense, 2003.

BIONDI, Liz. Focalizar as Políticas de Identidade. In: **Cidadania e Feminismo**. São Paulo: sem editora, 2000.

BOURDIEU, Pierre. A juventude é apenas uma palavra. In: BOURDIEU, Pierre. **Questões de Sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

_____. **A Dominação Masculina**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

_____. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

DAYRELL, Juarez; CARRANO, Paulo César. **Jovens no Brasil: difíceis travessias de fim de século e promessas de um outro mundo**. Disponível em:
<http://www.uff.br/obsjovem/mambo/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=20&Itemid=32>. Acesso em: 11 set 2006.

HERSCHMANN, Michael. **O Funk e o Hip Hop invadem a cena**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2000.

LEAL, Mariana. Donas da festa. In: **Monte de Vênus, site Viva Favela**. Rio de Janeiro, 28 de maio de 2005.

SOUZA, Patrícia Lânes Araújo de. **Em busca da autoestima: interseções entre gênero, raça e classe na trajetória do grupo Melanina**. Dissertação de Mestrado. Orientação: Regina Reyes Novaes. PPGSA/ IFCS/ UFRJ, 2006.

SILVA, Maria Aparecida da. O Rap das Meninas. **Estudos Feministas,** Rio de Janeiro, IFCS/ UFRJ, PPCIS/ UERJ. Vol. 3, Nº 2, p. 515-524, 1995.

NOVAES, Regina Reyes. Hip Hop: o que há de novo? **Proposta – Revista Trimestral de Debate da FASE – Novas ONGs, novos desafios**, Rio de Janeiro, FASE, Ano 30, p. 66-83, Setembro/ Novembro de 2001.

SUCUPIRA, Fernanda. **Mulheres de 30 países defendem a radicalização da democracia**. Disponível em: <http://www.agenciacartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=3926>. Acesso em: 5 jun. 2007.

WELLER, Wivian. A presença feminina nas (sub)culturas juvenis: a arte de se tornar visível. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, v.13. n.1, p. 107-126, Jan./Abr. 2005.

JOVENS FEMINISTAS PRESENTES
LEGALIZAÇÃO DO ABORTO
ARTE
Participação
EDUCAÇÃO NÃO SEXISTA
RESPEITO
SEXO LIVRE
AUTONOMIA
direitos sexuais e reprodutivos
emprego
CRECHE NOTURNA
VIOLÊNCIA
UNIÃO
POLÍTICA
LIBERDADE
PARTICIPAÇÃO
VIDA
DIREITO AO PRAZER
DIVERSIDADE
EDUCAÇÃO
CULTURA

Jovens mulheres discutem tráfico de pessoas | Raquel Souza

Raquel Souza: Pedagoga e mestre em sociologia da educação pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. É assessora do Programa Juventude da ONG Ação Educativa. Foi bolsista do Programa GRAL – Gênero, Reprodução, Ação e Liderança (Fundação Carlos Chagas / MacArthur / SOS Corpo), em 2006.

Até pouco tempo, o tráfico de mulheres era um tema restrito a algumas organizações defensoras de direitos humanos e ainda pouco problematizado nos grupos de jovens feministas. Em 2005, entretanto, na novela *Belíssima*, o autor Sílvio de Abreu pôs em foco essa questão, que permanece obscura para a maior parte da população brasileira. Na trama, a atriz Maria Flor interpretava Taís, uma jovem que se tornou vítima da máfia internacional de exploração da prostituição de mulheres.

No ano seguinte, o filme *Anjos do Sol*, do diretor Rudi Lagerman, retratou a dura realidade de crianças e adolescentes, também mulheres, vítimas de grupos criminosos que exploram a prostituição infantil. Jornais, revistas e noticiários da televisão deram conta de que a questão não dizia respeito apenas ao imaginário de roteiristas e diretores de novelas e filmes. E, nesse contexto, começaram a dar mais visibilidade às ações da sociedade civil e suas pautas, bem como aos processos de pressão para impulsionar ações governamentais com vistas ao enfrentamento do problema.

Foi esse o pano de fundo que animou o Fórum Cone-Sul de Mulheres Políticas (Forito) a discutir o Tráfico de Pessoas, em especial o Tráfico de Mulheres, buscando compreender e (in)formar melhor suas participantes acerca do assunto. É possível afirmar que foi a partir da produção midiática, que o tráfico de pessoas tornou-se uma temática para o grupo de jovens do Forito e, em menor proporção, uma pauta presente nos espaços de reflexão feminista ou no cotidiano de atuação das integrantes deste coletivo.

Por um lado, a decisão de assumir e enfrentar a discussão se deveu, sobretudo, ao fato de que, na ocasião, muitas jovens atuavam em espaços de formulação de políticas e/ou estavam imersas em processos de produção de pautas que visavam à formulação de ações públicas para a garantia de direitos das mulheres e em especial das mulheres jovens. Por outro, pelo reconhecimento de que o tráfico e a consequente escravidão retratados na ficção ou a partir de dados apresentados pela imprensa representavam casos extremos de negação da liberdade, autonomia e justiça social a que muitas brasileiras estão submetidas.

Ao tentar entender este fenômeno, debruçando-nos sobre a realidade e os contextos que produzem e impulsionam a exploração de mulheres a partir de sua submissão a toda espécie de trabalho forçado, nosso intuito foi buscar novas pautas

políticas e estratégias de incidência, com vistas à garantia do direito das mulheres e, especialmente, das mulheres jovens. Nesse sentido, o presente texto visa apresentar os percursos e as reflexões que foram produzidas no âmbito do Fórum Cone-Sul de Mulheres Jovens Políticas – Espaço Brasil, partilhando algumas apostas, e sobretudo questionamentos sobre uma temática que é marcada por contradições e antagonismos que permeiam marcos legais, políticas públicas e até mesmo as formas de "ver" e "agir" dos movimentos feministas.

A aproximação com a temática se deu por uma troca intensa de mensagens e correspondências eletrônicas. Jovens desse coletivo ficaram mais atentas aos noticiários e reportagens, às ações governamentais de enfrentamento do tráfico e às pesquisas sobre a temática. Tomamos conhecimento dos dados da *"Pesquisa sobre tráfico de mulheres, crianças e adolescentes para fins de exploração sexual comercial no Brasil"*, organizada pelas pesquisadoras Maria Lúcia Leal e Maria de Fátima Leal, que mapearam mais de 241 rotas de tráfico, caracterizaram as principais vítimas e apresentaram números alarmantes sobre esse crime no Brasil. No mesmo sentido, acompanhamos as atividades da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) da Exploração Sexual, presidida pela senadora Patrícia Saboya (PDT-CE).

As informações coletadas davam conta do drama de crianças e adolescentes, mas acenavam para o envolvimento de jovens mulheres como principais vítimas, em especial aquelas com mais de dezoito anos, para as quais os marcos legais, como o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/1990), não garantiam direitos e tampouco punições específicas para seus exploradores. Por isso, considerando a pertinência da temática para um coletivo de mulheres jovens, e em sua maioria feministas, foram realizadas duas atividades, de modo a aprofundar a discussão e, quem sabe, tomar posicionamentos e refletir acerca de como a militância das participantes do Forito poderia contribuir para o enfrentamento do tráfico de pessoas e, especialmente, o de mulheres. Em 2006, foi realizada uma oficina[1] em São Paulo (SP), que reuniu 25 jovens, e no ano seguinte aconteceu um encontro mais amplo, precedido de um seminário na cidade de Fortaleza (CE). Neste texto, tento apresentar os modos como as integrantes do Forito discutiram essa temática, e de que forma, ao longo desse processo, evidenciaram-se olhares, contradições e posicionamentos diversos acerca da temática e suas intersecções com questões vinculadas à imigração, às diferentes formas de trabalho degradante, à prostituição e às políticas migratórias.

Tráfico de pessoas. O que é?

É preciso começar mostrando a novidade dessa discussão para jovens mulheres que, embora possuíssem uma trajetória de militância e ações em favor do fortalecimento dos direitos das mulheres, tinham pouca informação sobre tal temática. No levantamento das expectativas das participantes da oficina de São Paulo, em 2006, afirmações como: "*Quero aprender*", "*não sei nada sobre o tema tráfico de pessoas*", "*é um tema novo para mim*", "*nunca tive contato com o assunto*", "*nunca tinha parado para discutir sobre isso*", foram comuns. Além delas, outras como: "*Sempre tive interesse*

[1] O encontro contou com a participação de jovens do Forito que residiam na região Sudeste e de integrantes de outros coletivos de mulheres jovens, que residiam na região metropolitana de São Paulo. Considerando os custos de viagem, foi possível garantir apenas a representação de uma jovem da região Nordeste, uma jovem da região Sul e outra da região Norte do país.

pelo tema da prostituição", "*há uma polêmica sobre o tema da prostituição: é direito ou é mercantilização? Espero que a gente possa tocar nesse assunto*", *"Há um estereótipo da mulher negra e mulata como a gostosa e acho que isso nos coloca em uma situação bastante delicada e mais suscetível à exploração sexual"*, deixaram evidentes uma associação e transposição direta entre tráfico de pessoas, exploração sexual e prostituição, bem como algumas hipóteses sobre os fatores que seriam mais centrais a essas problemáticas.

As participantes questionavam: "O que é *tráfico de pessoas*?, o que é *exploração sexual*?, o que é *prostituição*?", e "quais são as interfaces entre um fenômeno e outro?". Na tentativa de dirimir essas dúvidas, o primeiro período da oficina (manhã) foi centrado num exercício de aproximação do tema, contando com a participação de Priscila Siqueira, da Organização Não-Governamental (ONG) Serviço da Mulher Marginalizada (SMM). Ela problematizou as dúvidas e afirmações das jovens, trazendo informações e perspectivas predominantes nos documentos internacionais sobre tráfico de pessoas. Priscila ancorou sua apresentação nas definições do *Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas Contra o Crime Organizado Transnacional Relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em especial Mulheres e Crianças*, mais conhecido como *Protocolo de Palermo*, de 2000.

> *No artigo 3º, o Protocolo define como tráfico de pessoas: "o recrutamento, o transporte, a transferência, o alojamento ou o acolhimento de pessoas, recorrendo à ameaça ou uso de força ou a outras formas de coação, ao rapto, à fraude, ao engano, ao abuso de autoridade ou à situação de vulnerabilidade, ou à entrega ou aceitação de pagamentos ou benefícios, para obter o consentimento de uma pessoa que tenha autoridade sobre outra para fins de exploração".*

A exploração, segundo o Protocolo de Palermo, inclui no mínimo *"a exploração da prostituição de outrem ou outras formas de exploração sexual, os trabalhos ou serviços forçados, escravatura ou práticas similares à escravatura, a servidão ou a remoção de órgãos"*. Tratando-se de crianças e adolescentes, isto é, de pessoas com idade inferior a dezoito anos, o consentimento é irrelevante para a configuração de tráfico. Quando se trata de homens adultos e mulheres adultas, o consentimento é relevante para excluir a imputação de tráfico, a menos que se comprove a ocorrência de ameaça, coerção, fraude, abuso de autoridade ou de situação de "vulnerabilidade", bem como a oferta de vantagens para quem tenha autoridade sobre outrem.

Como decorrência da impunidade, Priscila estima que existam dezenas de milhões de escravos no mundo, alimentando um mercado rentável para grupos criminosos, movimentando algo em torno de U$ 31,6 bilhões. Tais cifras deixam o tráfico de pessoas atrás apenas do tráfico de drogas e de armas . A representante do SMM deu especial atenção ao vínculo entre tráfico de pessoas, especialmente de mulheres, e a exploração sexual comercial. Essa associação foi enfatizada sobretudo pelo fato de que o mercado erótico e sexual é provavelmente aquele em que os

grupos de aliciadores e traficantes obtêm mais lucratividade com a exploração e escravização de pessoas. *"Uma mulher você vende por um preço. Ela faz um programa, dois, três, dez programas por noite, e no dia seguinte você a usa de novo, e de novo e de novo. Um órgão você vende apenas uma vez"*, afirmou.

Houve uma preocupação da expositora em abordar o tráfico de pessoas para a exploração sexual comercial sob a ótica das mulheres. Por um lado, em sua perspectiva, a segunda temática deve ser percebida como uma violência sexista, que evidencia a permanência de desigualdades de gênero e de classe. São as mulheres, em especial as jovens e mais pobres, os sujeitos mais explorados pelo mercado do sexo. Por outro, no caso brasileiro, enfatizou que a condição racial também não é desprezível, porque são as negras aquelas sobre as quais recaem determinados estereótipos acerca da conduta sexual (o mito da mulata, de sua sexualidade lasciva e desenfreada). Por fim, concluiu que a permanência dessa situação se deve: a) à existência de uma demanda/procura masculina por sexo; b) à oferta de mulheres pobres que, sem alternativas, acabam encontrando apenas na prostituição modos de sobrevida, e se tornam presas fáceis para grupos e organizações criminosas; c) ao fato de o tráfico de pessoas ser, ainda, um crime caracterizado pela impunidade.

Debates, polêmicas e questionamentos

Na oficina de São Paulo, o debate das participantes se orientou a partir de duas polêmicas: a primeira, referente às definições empregadas pelo Protocolo de Palermo para definir quem é a pessoa traficada – em especial, no que diz respeito à sua condição de *"vulnerável"*; a segunda, sobre a relação entre o tráfico de mulheres e a prostituição. No último caso, o embate que se colocou entre as participantes deu-se no sentido de responder às seguintes questões: *"A prostituição é exploração sexual comercial de mulheres?"* e *"Erradicar a prostituição é a forma de eliminar o tráfico de mulheres?"*. Em linhas gerais, se compreendemos de maneira adequada a circulação e o deslocamento de pessoas em situação precária, implicando em alguma forma de coerção do sujeito, temos os elementos centrais para a caracterização do tráfico.

Nesse sentido, o recrutamento de mulheres ou de travestis para o trabalho em prostíbulos ou bordéis da Europa, ou de homens e mulheres latino-americanos (bolivianos, peruanos etc.) para, por exemplo, trabalharem em indústrias de confecção no Brasil, somente se enquadraria na definição de tráfico se:

> *1) essas pessoas não soubessem que iriam exercer esses tipos de trabalho nos países de destino;*
> *2) se fossem ludibriadas, alijadas de informação ou coagidas a migrar ou emigrar, sem terem clareza do destino ou das condições de recepção e trabalho que encontrariam em seu novo ambiente;*
> *3) se fossem menores de idade.*

Sem negar outras formas de situação de exploração – como o trabalho degradante ou o trabalho escravo, que podem existir independentes da circulação (migração e emigração) de pessoas –, é importante considerar que, fora dessas situações, não poderíamos classificar homens e mulheres como traficados.

Mas existem dois elementos que geram dubiedades no Protocolo, em se tratando de homens e mulheres adultos: a possibilidade de que esses sejam avaliados por outrem como "vulneráveis". Se assim forem avaliados, o consentimento dos indivíduos torna-se irrelevante. Além disso, se a situação que envolveu seu deslocamento foi permeada por fraudes, pode-se caracterizar como tráfico o deslocamento ilegal de pessoas. Em primeiro lugar, chamou-nos a atenção o fato de que caracterizar a "vulnerabilidade" é algo problemático. Quem define a "vulnerabilidade"? Os sujeitos a partir de suas vivências concretas, os órgãos internacionais ou os governos de diferentes países signatários do Protocolo? O debate sobre essa opacidade para caracterizar a situação de vulnerabilidade parece não ter se restringindo ao debate ocorrido no Forito.

De acordo com Oliveira (2007), durante a formulação do Protocolo de Palermo, houve intenso debate acerca do consentimento. Dessa forma, a redação aprovada tornou-se ambígua dado o esforço em conciliar tendências políticas opostas envolvidas na discussão sobre tráfico de pessoas, bem como sobre prostituição (descriminalização total da prostituição, com o reconhecimento do trabalho sexual, e criminalização dos clientes e dos proxenetas, visando erradicar a prostituição). Assim, a inclusão da *"vulnerabilidade"* na redação desse marco internacional dá margem para o acolhimento de diferentes percepções sobre a questão. A caracterização do tráfico de pessoas pode ser aplicada dependendo da interpretação política que se faça, o que depende de posições dos governos de cada país, do Ministério Público e do Poder Judiciário.

No Brasil, o artigo 231 do Código Penal (Lei nº. 2.848/1940), a partir de alteração de 2005, passou a definir tráfico internacional de pessoas: *"promover, intermediar ou facilitar a entrada, no território nacional, de pessoa que venha exercer a prostituição ou a saída de pessoa para exercê-la no estrangeiro"*. E, como tráfico interno de pessoas: *"promover, intermediar ou facilitar, no território nacional, o recrutamento, o transporte, a transferência, o alojamento ou o acolhimento da pessoa que venha exercer a prostituição"*. Tomando a legislação brasileira podemos aferir, portanto, que nossa legislação está conectada a uma perspectiva de punição dos agentes envolvidos no recrutamento e facilitação da prostituição, uma vez que condena e criminaliza qualquer um(a) que, não sendo a própria prostituta, esteja envolvido com a prostituição. Aqui o consentimento e a coerção são irrelevantes, ou seja, uma pessoa que facilite a migração de um indivíduo, se esta tiver como objetivo se prostituir, pode ser acusada de tráfico. O uso de violência ou qualquer forma de coação implica em penalidades mais severas[2].

A discussão do Forito foi fortemente marcada por polêmicas e pontos de vista antagônicos sobre essa temática e a importância do consentimento. Mais polêmica, contudo, foi a discussão sobre a prostituição de mulheres e as linhas

[2] Outro aspecto relevante da nossa legislação é que, fora o tráfico com finalidade de prostituição, nenhum outro tipo de promoção, intermédio ou facilitação da circulação de pessoas para o trabalho é explicitado como tráfico, embora tenhamos conhecimento de que o recrutamento de homens e mulheres não necessariamente é circunscrito à exploração da prostituição.

tênues estabelecidas pela representante do SMM com o tráfico de pessoas. Para algumas integrantes do Forito, acabar com a prostituição era um caminho para incidir na luta contra o tráfico de mulheres e a exploração sexual destas. Para outras, predominou a tentativa de separar prostituição de tráfico de mulheres, reivindicando um olhar menos preconceituoso e pudico em relação ao trabalho das prostitutas.

> *Acho que a situação da traficada é o limite da subordinação, mas fico pensando que nessa história toda aparece também a questão da própria prostituição. A menina que é traficada tem pouca escolha mesmo e, para piorar sua situação, entra num trabalho que não tem nenhuma regulamentação, e por isso mesmo mais fácil de organização da exploração das mulheres, do trabalho delas e tudo mais. Mas há mulheres que não são traficadas. Elas optam, fazem alguma escolha, vão ser prostitutas. Isso precisa ser discutido.*
>
> *(R., 26 anos, Rio de Janeiro – RJ)*

> *Mas é muito diferente uma garota de classe média que opta por se prostituir. Dessa, a gente nem está falando, mas a maioria não tem essa escolha, entra na prostituição porque não tem escolha. Se pudesse faria outra coisa.*
>
> *(J., 23 anos, São Paulo – SP)*

> *No movimento feminista há uma discussão sem solução ou consenso sobre o tema da prostituição. Por um lado, há as que defendem que se trata da mercantilização do corpo. Por outro, existem as que dizem que é um direito da mulher colocar seu corpo a venda. O que é o que é?*
>
> *(D., 26 anos, Belo Horizonte – MG)*

> *A prostituição não é um serviço livremente trocado. A prostituta não é uma profissional liberal. Mesmo aquelas consideradas "prostitutas de luxo" não têm nenhuma autonomia sobre o seu serviço, que dirá sobre a sua sexualidade. Ela exerce seu "tra-ba-lho" num contexto de submissão ao desejo do outro, mediante pagamento, e, em geral, fornecendo lucro aos agenciadores.*
>
> *(T., 27 anos, Fortaleza – CE)*

A discussão das jovens refletiu um antagonismo de opiniões que se articula com os posicionamentos mencionados por Oliveira (2007) na discussão internacional sobre a relação entre tráfico de mulheres e prostituição, embates que também fazem parte das principais correntes do movimento feminista brasileiro[3] e internacional. Kempadoo (2005) afirma que o tema da prostituição divide a opinião do movimento. Segundo essa autora, o debate e o entendimento global sobre o tráfico foram fortemente influenciados por dois discursos feministas claramente diferentes, denominados por ela como "feminismo radical" e "feminismo transnacional".

[3] Ver *Juventude na Cena*, n.4, 2007. Disponível em: <http://www.acaoeducativa.org.br/portal/index.php?option=com_content&task=view&id=626&Itemid=113>.

A primeira corrente se origina nas pressões feministas ocidentais contra a prostituição em fins do século XIX, em torno do *"Tráfico de Escravas Brancas"*, que reapareceu no final da década de 1970, como *"escravidão sexual feminina"*. A partir de uma análise feminista radical das relações sociais que dá prioridade a relações de gênero, essa perspectiva liga o tráfico exclusivamente à prostituição, vista, por sua vez, como a pior forma de opressão patriarcal e a forma mais intensa de vitimização de mulheres. Sua premissa central é de que a prostituição é *"assédio sexual, abuso sexual e violência sexual"*, e as mulheres, coletivamente, são vítimas da violência masculina (Kempadoo, 2005).

A segunda abordagem do tema, que é crítica da primeira, toma o tráfico como discurso e como prática que emergem das interseções de relações de poderes estatais, capitalistas, patriarcais, e racializadas com a operação da atuação e desejos das mulheres de darem forma às próprias vidas e estratégias de sobrevivência. O patriarcado é visto como uma das relações de dominação que condicionam as vidas das mulheres, e não a única, nem necessariamente a principal. Considera-se que racismo, imperialismo e desigualdades internacionais também configuram as vidas das mulheres. Nessa perspectiva, o engajamento de mulheres na prostituição pode:

> *(...) ligar-se às vezes a estratégias de sobrevivência ou de geração de renda, estratégias que envolvem energias e partes do corpo sexualizadas, assim comparáveis a outros tipos de trabalho produtivo e, como tais, definidas como 'trabalho sexual', embora tomando cuidado com a análise das atividades econômicas sexuais, devidamente contextualizada e historicizada. De qualquer maneira, levando em consideração a atuação e o trabalho sexual, o envolvimento em indústria sexual e em trabalho sexual no exterior aparecem como possibilidades a que as mulheres se dedicam voluntária ou conscientemente de acordo com parâmetros culturais, nacionais ou internacionais específicos. Assim, em lugar de definir a própria prostituição como uma violência inerente contra as mulheres, são as condições de vida e de trabalho em que as mulheres podem se encontrar no trabalho do sexo, e a violência e terror que cercam esse trabalho num setor informal ou subterrâneo que são tidos como violadores dos direitos das mulheres e, portanto, considerados como 'tráfico'" (Kempadoo, 2005, p. 61).*

As integrantes do Forito não chegaram a um consenso, porque as jovens desse espaço aproximavam-se mais ou menos de uma ou outra corrente do movimento feminista. Assim, as jovens não partilharam de uma posição única sobre a pertinência da luta contra a prostituição e sua incidência no fim do tráfico de mulheres. A conexão entre tráfico de mulheres, indústria do sexo e prostituição apenas deixou evidente o debate sobre a *"escolha"* ou sobre a *"exploração intrínseca desse tipo de trabalho"*. Isso não significou uma ausência de posição contrária ao tráfico de pessoas. Ao final do encontro, o slogan *"Mulher: não se compra, não se vende, não se trafica!"* virou mote para que todas as jovens desenhassem dezenas de camisetas manifestando seu profundo repúdio à existência do tráfico de mulheres. Mas, enquanto para umas essa prática incluía a facilitação da circulação de prostitutas, para outras o

tráfico apenas se configuraria como tal se não houvesse consentimento, trabalho forçado de prostitutas ou sujeição a condições degradantes e que oferecessem risco de saúde.

Tráfico de mulheres, prostituição e migrações ilegais laborais: novas questões e desafios

Na avaliação do encontro de São Paulo, houve uma recomendação de que a discussão sobre tráfico de pessoas e prostituição tivesse continuidade. Além disso, houve considerações sobre a importância do debate acerca dos direitos econômicos das mulheres. Foi por isso que se desenhou, para o ano de 2007, um novo encontro das jovens, desta vez em Fortaleza, o primeiro do Forito a ocorrer em uma capital nordestina.

Na ocasião, o debate e a reflexão sobre o tráfico de pessoas no Brasil já haviam mudado de patamar: no final do ano anterior a publicação do decreto presidencial nº. 5.948/2006 aprovava uma Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e um Grupo de Trabalho (GT) responsável por elaborar o Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas havia se constituído. Esse movimento indicava o fortalecimento dessa pauta como demandatária de ações políticas, mobilizando o Estado brasileiro, entrando na agenda do Poder Executivo federal e forçando-o a se posicionar frente à questão.

Por isso, o encontro de Fortaleza foi precedido de um seminário aberto, com a participação de representantes do governo federal, que relataram os caminhos trilhados pelo governo brasileiro para lidar com o tema do tráfico de pessoas, tendo como parâmetros o Protocolo de Palermo e suas orientações para coibir esse crime. A representante da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres, Cida Gonçalves, apresentou algumas orientações presentes no "Plano Nacional", enquanto Beth Bahia, do Ministério do Turismo, falou sobre as ações desse organismo para o enfrentamento do turismo sexual. Com base em suas explanações, no debate e nas manifestações da plateia emergiram as seguintes questões:

- Ao falar sobre a realidade das jovens, permanece, no argumento das autoridades públicas, uma confusão entre prostituição infantil, pedofilia e prostituição de moças com mais de 18 anos. Há um consenso de que crianças e adolescentes devem ser sujeitos tutelados, que se encontram numa condição heterônoma frente aos adultos e, portanto, devem ser protegidos. Mas o que dizer sobre as jovens que se prostituem e aquelas que são traficadas?

- As ações de controle de fronteiras e de punição de grupos que facilitam o ingresso de mulheres em outros países são predominantes, em detrimento de políticas que contribuam para o desenvolvimento econômico e geração de renda para mulheres jovens Ao fazer isso, o poder público se exime da responsabilidade de garantir aquilo que deveria ser um direito fundamental dos(as) jovens: a possibilidade de experimentar trajetórias, situações e projetos de vida com apoio, garantias e suportes do Estado.

• Mulheres jovens que resolvem migrar para outros países dificilmente são "capturadas" pelas políticas adotadas pelo governo federal. Os recursos disponibilizados por programas como Agente Jovem, Bolsa Trabalho e ProJovem não oferecem alternativas tão "sedutoras" quanto a fantasia de ter renda com um bom trabalho no exterior, ainda que com a prostituição. Ao falar em tráfico de pessoas, facilmente somos levados(as) a pensar em uma jovem mulher muito pobre, qualquer que seja a sua origem, mas aquelas que são forçadas a se prostituir nas cidades do interior do país e aquelas que arriscam migrar para outros países podem viver realidades muito diferentes e desiguais.

• Os programas governamentais dirigidos à população jovem permanecem centrados no sujeito masculino. O "problema da juventude" brasileira apareceu às autoridades como uma pauta relevante em decorrência da violência e da criminalidade envolvendo rapazes. A ocupação do tempo livre destes como forma de, em tese, diminuir sua vulnerabilidade à violência permanece como centro das preocupações das autoridades. Por isso, é difícil ver serem delineadas políticas que promovam os direitos da juventude quando o que está no centro são as mulheres jovens. Sobre estas, em geral repousa a agenda do controle de seus corpos, tendo em vista o "risco da gravidez precoce".

• Discutir as ações de enfrentamento ao tráfico de pessoas, em especial de mulheres, considerando a pertinência do tema da prostituição, exige um diálogo com aquelas que concretamente experimentam essas situações. Ações autoritárias do Estado ou posicionamentos muito sectários de organizações feministas e de defesa dos direitos humanos, mais do que contribuir para a vida de mulheres que se prostituem, podem acarretar maior fragilidade para a autonomia e vida de mulheres que se prostituem.

No segundo dia de encontro, a atenção das jovens voltou-se para os resultados e efetividade do Protocolo de Palermo e suas consequências para a vida de mulheres. Para esse momento, contamos com a colaboração de Adriana Piscitelli, pesquisadora do Núcleo de Estudos de Gênero Pagu, da Universidade Estadual de Campinas (São Paulo). Ela apresentou resultados de suas pesquisas e travou um diálogo muito fértil com as jovens, problematizando justamente aquilo que mais tinha se evidenciado como uma polêmica na primeira oficina sobre a temática: a relação entre tráfico de mulheres e a prostituição. Para começar, a interlocutora do Forito problematizou questões referentes às consequências das definições díspares de tráfico de pessoas existentes no Brasil (aquela do Protocolo de Palermo, do qual o país é signatário, e aquela do Código Penal) e que impactam consequentemente na produção de conhecimento sobre o tema e nas ações de diferentes atores – a sociedade civil, na sua vastidão de posicionamentos; os poderes Judiciário e Executivo; os meios de comunicação etc.

Exames de decisões judiciárias proferidas por juízes federais e estaduais, por exemplo, mostram que em geral estas são orientadas pelo artigo 231 do Código Penal (Castilho, 2008; Oliveira, 2007; Piscitelli, 2008), e se referem a tráfico para

exercer a prostituição, sem considerar a presença de coerção. Por sua vez, a Associação Brasileira de Defesa da Mulher, da Infância e da Juventude (ASBRAD)[4], assim como outras ONGs, seguem as definições do Protocolo de Palermo e apresentam como pessoas em situação de tráfico homens e mulheres submetidos a cárcere privado, forçados a trabalhar sem pagamento em diferentes setores de atividade. Em outras ocasiões, Piscitelli argumentou que as definições se misturam, definindo tráfico de pessoas a partir da convenção internacional, mas agrupando sujeitos que experimentam situações muito singulares como traficados.

Para exemplificar seu argumento, a autora apresentou as nuanças de duas pesquisas realizadas entre 2005 e 2006 no Aeroporto Internacional de Guarulhos pela Secretaria Nacional de Justiça do Ministério da Justiça, conjuntamente com a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC), sobre indícios de tráfico internacional entre pessoas deportadas e não-admitidas que retornaram ao Brasil. Segundo ela, embora ambos tenham se orientado pelo Protocolo de Palermo, no primeiro estudo essa busca se deu apenas a partir de algumas categorias de pessoas – mulheres e travestis – sobre as quais recaía a suspeita de que podiam ser "exploradas sexualmente". Somente no segundo estudo o perfil tornou-se mais amplo, incluindo homens e o deslocamento para o exercício de qualquer atividade.

Essas diferentes abordagens colocam sob suspeita todo o conhecimento produzido sobre o assunto e tornam passíveis de questionamento as estimativas acerca do número de traficados(as). Uma estimativa numérica pode negligenciar a situação de homens e mulheres que estão submetidos(as) a situações muito adversas de migração para a exploração de sua força de trabalho, ou inflacionar os resultados ao incluir mulheres e travestis que não foram coagidos(as) a se prostituir em outros países.

> *Essas observações conduzem à conclusão de que, para compreender o tráfico de pessoas no Brasil, não é possível fundir resultados de pesquisas e documentos que definem a problemática de maneiras diferentes. Ao contrário, torna-se necessário examinar seriamente as conceitualizações presentes nesses documentos. Ao mesmo tempo, é importante levar em conta que a definição de tráfico utilizada na realização das pesquisas tem fundamentais consequências nos resultados obtidos (Piscitelli, 2008, p.43).*

Outra questão problematizada por ela diz respeito às redes acionadas pelos sujeitos que migram. Nos estudos com os quais se envolveu, Piscitelli argumentou que, para saírem do país e se inserirem em outro, os(as) migrantes brasileiros(as) comumente contam com todo tipo de redes, incluindo parentes, amigos, vizinhos e conhecidos – e,

[4] Desde 1999, a ASBRAD atende brasileiros(as) que retornam ao Brasil, via Aeroporto Internacional de Guarulhos, como deportados(as) e não-admitidos(as). Essa experiência foi relatada na primeira oficina realizada no encontro do Forito, em São Paulo, por uma das participantes do encontro que, na época, estava vinculada à instituição. Trata-se do serviço oferecido pelo Posto de Atendimento Humanizado aos/às Migrantes. Em artigo, a ASBRAD (2008) afirma serem suas orientações e estratégias de ação fundamentadas no Protocolo de Palermo e nas convenções de direitos humanos. Nesse mesmo documento, apresenta distinções e cruzamentos possíveis entre migração, tráfico de pessoas e violência de gênero.

portanto, não necessariamente com grupos criminosos organizados. É junto a essas redes que estes(as) obtêm informações e ajuda para conseguirem partir, chegar, obter abrigo e inserir-se em algum nicho de trabalho. O problema é que, caso os sujeitos sejam mulheres e tenham como objetivo se prostituir no país de destino, seguindo as definições do Código Penal, essas redes poderiam ser consideradas como vinculadas ao tráfico de pessoas, uma vez que, de acordo com esse instrumento legal, o tráfico é descrito como "facilitação" da prostituição, mas, segundo o Protocolo de Palermo, não.

Posicionamento e discussão difíceis

Apesar de toda a discussão, das oficinas realizadas e da aproximação com dados, estatísticas etc., bem como dos questionamentos destes, o tema continuou parecendo nebuloso e difícil. E, nesse sentido, as polêmicas que se apresentam historicamente no movimento feminista brasileiro, em especial sobre o tema da prostituição, permaneceram no grupo de mulheres integrantes do Forito. Não foram produzidos consensos, embora todas reconheçam a existência do tráfico de pessoas como uma realidade a ser combatida. Houve, sim, receio em posicionamentos muito fechados sobre a temática, porque também se apresentou uma desconfiança de que as políticas adotadas tanto no Brasil quanto em outros países, em especial os europeus e os norte-americanos, possam fragilizar ainda mais a situação de mulheres que decidem migrar (regular ou irregularmente) para se prostituir ou para exercer qualquer outra atividade.

Nesse sentido, as participantes do Forito tornaram pública a necessidade de evidenciar as diferenças entre o tráfico com finalidade de prostituição infantil, prostituição forçada e migração ilegal e a prostituição consentida, embora no grupo não se tenha uma posição única e fechada acerca da importância do consentimento.

Foi destacada a importância do prosseguimento da discussão nos espaços mais amplos do movimento feminista e da importância de iniciar um diálogo respeitoso com grupos e organizações de prostitutas e demais mulheres que atuam na indústria do sexo, de modo que se possa compreender suas vivências, suas realidades e suas demandas, formulando perspectivas e posicionamentos que não alijem essas mulheres e suas organizações de participarem ativamente dos espaços de tomada de decisão política. O recado é: *"falar e posicionar-se **com** elas e não **sobre ou apesar** delas"*. Essa, sem dúvida, foi uma aprendizagem das jovens mulheres, tendo em vista que não nos propusemos e nem nos organizamos para, desde o início, abrir um diálogo com essas atrizes, e elas fizeram falta no debate.

Outro aspecto que também fez parte das discussões das jovens mulheres refere-se ao motivo fundamental que leva homens e mulheres a migrar ou emigrar. É claro que muitos(as) jovens, em especial aqueles(as) de classe média, e até alguns de camadas populares, vislumbram, sonham ou querem passar um período estudando uma segunda língua e experimentando a vida em novos ambientes, com novas pessoas. Contudo, esse não é o principal motivo mobilizador para os processos

contemporâneos de migração. De acordo com a Organização Internacional do Trabalho (OIT), mais de 90% dos processos migratórios contemporâneos podem ser caracterizados como "migrações laborais", ou seja, são movimentações nacionais ou transnacionais cujo principal motivador é a necessidade (ou o desejo) de encontrar um trabalho.

Essas situações abrem espaço para uma reflexão profícua acerca da precarização do mundo do trabalho, em tempos de desregulamentação de direitos e de diminuição significativa dos postos de emprego formal em todo o mundo, sendo as mulheres, especialmente as jovens, aquelas que se encontram em situação menos favorável nesse contexto, embora não sejam as únicas prejudicadas. O fenômeno da migração e da imigração (seja ela regular ou irregular) pode, então, ser compreendido como um modo de os sujeitos significarem e darem conta do desafio de inclusão no mundo produtivo e globalizado, mas as tramas e os circuitos acionados para equacioná-lo é que pode engendrar novas formas de exploração e de trabalho degradante[5], seja ele qual for.

A Comissão de População e Desenvolvimento da ONU calcula que existam hoje 191 milhões de imigrantes em todo o mundo. Os brasileiros e brasileiras somam quatro milhões. Além disso, não se deve desprezar o número significativo de imigrantes que vivem no Brasil. Somente na cidade de São Paulo, ainda que os dados sejam precários e subestimados, são mais de 300 mil bolivianos(as) e peruanos(as) (Illes, Fiorucci, Timoteo, 2008). As condições de vida dessas pessoas são muito diferenciadas, mas aqueles(as) que estão em situação irregular são exatamente os(as) mais fragilizados(as), tendo em vista que possuem menos condições de acessar mecanismos de justiça e de exigir seus direitos, por exemplo. Nesse sentido, é preciso reconhecer que as tramas do tráfico e do trabalho degradante, em boa medida, são facilitadas em contextos de ausência de políticas e/ou de ações de pouca incidência para a satisfação dos direitos desses grupos. Assim, há que se perguntar: as políticas migratórias adotadas pelos países que recebem um grande contingente de imigrantes e aqueles(as) que migram no interior de seus países encontram um terreno fértil para a realização de seus anseios e necessidades?

Em agosto de 2008, na Universidade de Campinas, pesquisadores e ativistas reuniram-se para discutir o tema. Duas integrantes do Forito estavam presentes e, por isso, pudemos acompanhar as discussões de pesquisadores e ativistas no seminário *"Gênero no tráfico de pessoas"*. Estes participantes foram unânimes em responder que as políticas dirigidas à população imigrante ainda não satisfazem os anseios e as necessidades desse grupo. E, no atual contexto de acirramento de manifestações de intolerância e xenofobia, quando até o Papa Bento XVI se pronuncia publicamente para incentivar políticas que contenham a imigração, muitos governos têm optado por diminuir as chances de vida digna desse segmento social. Muitas políticas adotadas na contemporaneidade visam evitar a vinda dos(as) indesejáveis trabalhadores ilegais, num contexto de crise econômica e declínio do trabalho assalariado.

[5] Trabalho degradante é destituído do cerceamento da liberdade, ou seja, o empregado não é proibido ou impedido de exercer o seu direito de ir e vir, mas presta serviços, geralmente, em local insalubre, submetido a jornadas excessivas, sem o fornecimento de uma boa alimentação ou mesmo de equipamentos de segurança (Organização Internacional do Trabalho, OIT – www.oit.org.br).

Ao longo de 2008, por exemplo, a Europa anunciou que suas portas estarão abertas apenas para os "qualificados", estando os demais suscetíveis de serem perseguidos como criminosos. Essa diretiva não é diferente daquela adotada pelos Estados Unidos há muito mais tempo. Por sua vez, no Brasil, a vinda de imigrantes oriundos(as) especialmente da Bolívia e Peru não é acolhida de melhor maneira, estando estes(as) submetidos(as) a uma legislação que vigora desde a ditadura militar! Aqui também as notícias de trabalhadores migrantes em situação de trabalho análogo à escravidão são comuns. Márcia Vasconcelos, Oficial do Projeto de Combate ao Tráfico de Pessoas do Escritório da OIT no Brasil, durante o seminário de Campinas, alertou para o fato de que, estando em situação irregular, muitas vezes os homens e as mulheres imigrantes acabam se tornando presas fáceis do trabalho insalubre, de regimes precários, inclusive de servidão, e também do tráfico.

Nesse sentido, setores marcados por menor regulação, como é o caso do trabalho do sexo, do trabalho doméstico e da indústria informal (mas não paralela) de confecção potencializam as chances de exploração e constituição de redes e organizações que se articulem em torno do tráfico de pessoas, da exploração da mão de obra em condições precárias e insalubres, entre outros. Ao acionar e tomar contato com essas perspectivas, passa-se a pensar na migração como uma estratégia de busca de alternativas para enfrentar as limitadas oportunidades dos sujeitos em seus lugares de origem. E, tal como a maioria dos migrantes, os(as) jovens partem em busca de melhores oportunidades, particularmente educacionais e de trabalho. Por isso, é preciso reconhecer esses desejos que mobilizam a migração. A circulação em si dos(das) jovens, por um lado, indica a falta de alternativas nos países e localidades de origem; por outro, se constitui em uma maneira de criar oportunidades para uma melhor qualidade de vida.

O balanço desse percurso das jovens do Forito nos parece ter sido positivo. Nos encontros, elas reforçaram a premissa de que é necessário lutar contra qualquer tipo de submissão, inclusive a exploração do trabalho forçado e degradante. Percebeu-se também que, sem colocar no centro do debate e do horizonte de ação a efetivação dos direitos das mulheres, corre-se o risco de, em nome de uma guerra contra máfias e quadrilhas, subjugar o desejo destas e das jovens mulheres de encontrarem saídas que concretizem seus sonhos, desejos e possibilidades de sobreviver. Sobre esse último aspecto, apontou-se a centralidade da distribuição de renda no Brasil, a distribuição da riqueza no mundo e as condições de que mulheres possam ter um leque ampliado de escolhas para forjar projetos de vida, decidir sobre seus itinerários e sobre seus percursos profissionais, sejam eles em seus locais de origem, em outras cidades, em outros estados ou em outros países – com autonomia e dignidade.

Bibliografia

ASBRAD. Direitos Humanos e gênero no cenário da migração e do tráfico internacional de pessoas. **Cadernos Pagu**, Campinas, Unicamp, Núcleo de Estudos de Gênero, n. 31, p. 251-273, 2008.

BRASIL, Ministério da Justiça. **Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas**. Brasília, fevereiro, 2007.

CASTILHO, Ela Wiecko V. de. A criminalização do tráfico de mulheres: proteção das mulheres ou reforço da violência de gênero? Cadernos Pagu, Campinas, Unicamp, n.31, pp. 101-123, 2008.

FERRACINI, Maria Carolina Marques. **Passaporte para a liberdade: um guia para as brasileiras no exterior**. Brasília: OIT, 2007.

GRUPO DADIVA. Prostitutas, "traficadas" e pânicos morais: uma análise da produção de fatos em pesquisas sobre o "tráfico de seres humanos". **Cadernos Pagu**, Campinas, Unicamp, Núcleo de Estudos de Gênero, n. 25, p. 153-184, jul./dez 2005.

KEMPADOO, Kamala. Mudando o debate sobre o tráfico de mulheres. **Cadernos Pagu**, Campinas, Unicamp, Núcleo de Estudos de Gênero, n. 25, p.55-79, 2005.

LEAL, Maria Lúcia; LEAL, Maria de Fátima P. (Orgs.). **Pesquisa sobre Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para fins de exploração sexual comercial – PESTRSF: Relatório Nacional – Brasil**. Brasília: CECRIA, 2002.

PISCITELLI, Adriana. Entre as "máfias" e a "ajuda": a construção de conhecimento sobre tráfico de pessoas. **Cadernos Pagu**, Campinas, Unicamp, Núcleo de Estudos de Gênero, n. 31, p. 29-63, 2008.

_____. Sexo tropical em um país europeu: migração de brasileiras para a Itália no marco do "turismo sexual internacional". **Estudos Feministas**. Florianópolis, n. 15, p. 717-744, set./dez 2007.

SANTOS, Eloísa Gabriel dos; SILVA, Maria do Socorro Nunes da; SIQUEIRA, Priscila (Orgs.). **Tráfico de pessoas: uma abordagem política**. Coleção Caderno SMM. São Paulo: SMM, 2007.

Mulher,
não se compra,
não se vende,
não se trafica!

Forito

ENTREVISTAS

Encontros com o feminismo | Por Raquel Melo

A paulistana Clarananda Barreira, de 21 anos, tornou-se recentemente uma cidadã leopoldense[1]. Conheceu o Forito – designação informal do Fórum Cone Sul de Mulheres Jovens Políticas – Espaço Brasil – quando circulava pelos espaços políticos de juventude na cidade de São Paulo. Hoje, trabalha na Diretoria Municipal de Políticas para as Mulheres em São Leopoldo, no Rio Grande do Sul, além de integrar a direção estadual da juventude do Partido dos Trabalhadores (PT) como coordenadora de relações internacionais. Não fossem suas dúvidas acerca do feminismo nunca teria ocupado tal cargo. Clarananda tinha 16 anos quando ingressou na juventude do PT. Já na época, percebia o que chama de opressão contra as mulheres. Apesar de não compreender as implicações de tal "opressão", decidiu, juntamente com outras jovens do partido, criar uma espécie de grupo de estudos sobre o que viria a ser "as questões das mulheres". Para ela, foi aí onde tudo começou...

Como e quando se deparou com o feminismo?

Comecei a pensar no feminismo dentro do PT. Relacionei-me com o partido nos tempos do ensino médio, quando participava do grêmio da escola técnica estadual Carlos de Campos, no Brás, no centro da capital, onde estudava. Nessa época, participava no Fórum Jovem da Cidade de São Paulo que me levou naturalmente a atuar no Fórum Estadual de Juventude. E foi por causa da minha atuação nesses espaços que acabei me filiando ao partido. Na época dos fóruns, conheci muitas feministas, mas foi no PT, aos 16 anos, que comecei a pensar sobre isso. Sempre tive preconceito com o feminismo e enxergava as feministas como radicais que vociferavam e atribuíam os males do mundo aos homens. Mas a experiência da militância foi deixando evidente tanto o tratamento diferenciado para com homens e mulheres quanto a forma como eram dispostos seus papéis dentro da sociedade. Neste momento, nasceu necessidade de transferir para dentro do partido essa discussão sobre a opressão das mulheres jovens e as relações de poder. Começamos então a estudar e discutir a questões das mulheres, mas não distinguíamos gênero e feminismo. A gente pesquisava nos materiais do próprio partido e das mulheres que passaram por aquele espaço. Reunimos materiais, fizemos uma cartilha e criamos um grupo de mulheres jovens dentro do PT. Mas não queríamos atribuir nosso estudo ao movimento feminista, porque nosso objetivo inicial era entender primeiramente o feminismo em si.

1 *São Leopoldo é uma cidade com população de 209.611 habitantes. Possui uma taxa de urbanização de 99,7% contra 0,30% na área rural. Destaca-se como o quarto município da Região Metropolitana de Porto Alegre (RS) que mais recebe pessoas oriundas de outros municípios e estados para trabalhar ou estudar. Fonte: Site da Prefeitura de São Leopoldo (https://www.saoleopoldo.rs.gov.br/home/index.asp).*

Como foi a experiência do grupo de mulheres jovens dentro do PT?

A partir da cartilha fizemos diversas atividades, grupos de estudos, mas esse processo não vingou por vários motivos. Estava tudo muito corrido porque era época de eleições. O partido tinha coisas mais importantes para se preocupar. Além disso, muitas mulheres não se importavam com essa discussão e também não tínhamos orientação. Ainda assim, tentávamos algumas articulações. Durante as eleições internas em 2005, por exemplo, propusemos a paridade na juventude. Na hora da aprovação das propostas, todas passaram menos a paridade. Ninguém fez destaque, mas as mulheres foram pressionadas e acabaram retirando a proposta.

Como foi seu primeiro contato com o Forito?

Foi a Raquel Souza, da Ação Educativa, que me conheceu no Fórum Estadual e me identificava como "feminista", quem me convidou para participar de um debate sobre a legalização do aborto promovido pelo Forito. Um dia ela me ligou e disse: "*Oi! Clara teremos uma atividade sobre legalização do aborto. Eu e a Fê Papa achamos importante ter você lá já que você é uma militante atuante da juventude do PT nessa área*". Isso sempre foi estranho pra mim porque eu nunca me via como feminista, eu não militava nessa "área", mas as pessoas tinham essa impressão de mim. Mesmo não me identificando com a causa, aceitei o convite. Mas aceitei porque eu não tinha clareza da discussão sobre o aborto e queria me inteirar do assunto, e vi esse espaço como importante para minha formação. A atividade do Forito me disse muito mais do que esperava e saí do encontro convencida da importância da legalização do aborto. Saí de lá com uma pulga atrás da orelha. Foi a primeira vez na vida que tive dúvida sobre minha idéia de feminismo e me questionei: "Será que sou feminista e não vejo?".

Como esta dúvida foi importante para sua formação política?

Continuei meu trabalho normalmente até que, em 2006, participei pela segunda vez de uma atividade do Forito. O encontro, com o tema tráfico de mulheres, me deu uma sustentação muito forte para entender um pouco mais sobre a exploração das mulheres. Nesta época, militava com foco nas relações internacionais da Juventude do PT e era uma das poucas mulheres do PT que participava da articulação do Fórum de Juventudes Políticas do Mercosul. O IV encontro do Fórum aconteceu em São Leopoldo (RS) e eu, que não morava na cidade na época, cheguei uma semana antes do encontro para ajudar a organizar a infraestrutura. Quando o encontro começou fiquei profundamente incomodada. Os homens ficaram com as tarefas políticas e eu, única mulher naquele espaço, fiquei com as tarefas de infraestrutura. Neste momento me perguntei: "Por que sou a única mulher num espaço de disputa política e de representação?". Assim comecei a identificar e sentir o machismo na pele pela primeira vez e percebi que as coisas não são tão fáceis para as mulheres quando existe relação de poder. Saí do encontro de São Leopoldo muito perdida. Levei toda a minha angústia para dentro

do PT e, surpreendentemente, não tive problemas para expor minhas questões. Logo depois representei o partido em outros encontros, no Paraguai e Argentina, para organizar o Fórum de Juventude do Mercosul. E foi na Argentina que as propostas sobre discussão da relação mulher e poder não foram bem aceitas, pois além da divergência quanto à importância da discussão havia uma outra compreensão do feminismo e não aceitavam usar essa palavra, percebi assim que o preconceito com o movimento feminista não era exclusividade minha, mas sim da sociedade. Senti-me muito sozinha para discutir as questões das mulheres dentro do PT porque as mulheres estavam muito mais envolvidas com os movimentos e não pautavam no partido. Mas ainda tinha dúvidas com relação ao movimento feminista. Foi nesse momento que surgiu o terceiro encontro do Forito do qual participei. Este encontro foi em Fortaleza, no Ceará, e deu continuidade à discussão sobre tráfico de mulheres. Fui um pouco com o pé atrás, me questionando sobre o porquê de eu estar naquele espaço, já que o feminismo não era o foco na minha militância e eu não era uma militante desse movimento. Quando cheguei ao encontro identifiquei outras meninas que como eu não apoiavam certos moralismos do feminismo e alguns métodos equivocados. O Forito me instrumentalizou, me deu formação e me fez ver que não há verdades absolutas. O Forito me deu toda a base que eu não tinha sobre o feminismo. É um espaço que nos dá liberdade para questionar o que ainda está sendo construído.

Como você desenvolve seu trabalho hoje em São Leopoldo?

Um ponto importante da minha atuação foi a participação na organização do seminário de mulheres jovens que tinha como objetivo formar e articular as jovens para o Congresso Nacional da Juventude do PT. O objetivo do congresso era avaliar e reorganizar a atuação da juventude no partido. A partir do seminário tivemos um resultado positivo no PT na medida em que conseguimos aprovar a paridade na juventude. Este foi um reflexo da opção que fiz, uma opção pelo debate feminista cotidiano. É recente, faz um ano e meio, mas decidi que não basta ser da juventude, é preciso agregar as discussões sobre as mulheres. Não tinha como deixar de falar e pensar sobre nossos direitos e problemas sem essa reflexão. O Forito foi responsável por eu ter tomado essa decisão. Hoje trabalho na Diretoria Municipal de Políticas para as Mulheres de São Leopoldo, que é governado pelo PT. Além disso, estou na direção estadual da juventude do partido como coordenadora de relações internacionais e também na Setorial Estadual de Mulheres do PT.

IV FÓRUM
DE JUVENTUDES
POLÍTICAS
DO MERCOSUL
22-25
MARÇO
2007
IV
FÓRUM
DE JUVENTUDES
POLÍTICAS
DO MERCOSUL

Encontros com o feminismo | Por Fernanda Papa

Roseane Ribeiro, 23 anos, a mais jovem/recente integrante do Forito, traz no nome, no corpo, na ação e nos sonhos o ser feminista jovem de hoje. Pessoa muito especial, capaz de dialogar na diversidade e compartilhar ideais pela construção da história das mulheres e da igualdade, ela vem da Amazônia, aliada que é das ribeirinhas. Assumiu-se lésbica, e por conta disso precisou se afastar da família. Fortaleceu-se como militante feminista, e hoje representa as jovens desta causa no Conselho Nacional de Juventude. Quer transformar intensamente o mundo, a partir dos gestos simples do cotidiano. "O meu feminismo é todo dia", diz Rose, ao contar um pouco de sua trajetória política como jovem feminista, cujos principais trechos estão registrados a seguir.

Você gostaria de se apresentar?

Sou Roseane, 23 anos, amazônica, nascida e criada em Manaus. Estou em São Paulo há dois anos. Minha militância foi iniciada na Igreja [Católica], aos nove anos... Fiz catequese, eucaristia, crisma, fui catequista. Éramos os jovens missionários de Cristo, com o trabalho de ajudar pessoas na igreja, na comunidade, auxiliar pessoas carentes. Mas só com 14 anos fui discutir política, ao conhecer Padre Alberto, da PJMP [Pastoral da Juventude do Meio Popular]. Ele levou a discussão mais política à base. Conversávamos sobre várias coisas, participava dos encontros políticos na área missionária. Eram os "Encontros Fé e Política". Havia um núcleo de jovens e adultos. Aí se abriu mais ou menos o debate sobre o Estado para mim. Eu estava no ensino médio, com 14 ou 15 anos. Fui estudar à noite e fazer política de dia. Não tinha apoio na minha casa. Mas o Padre Alberto era o apoio, veio das CEBs [Comunidades Eclesiais de Base] e nos contava das origens deste movimento, nos anos 30. Foi então que vim saber que há muito tempo se discutia política na igreja.

E como essa trajetória se cruzou com o feminismo ou com o movimento feminista?

Com 16 anos, ainda na PJ e no movimento Fé e Política, eu participava das missões populares. Fui eleita representante da PJ no CPP (Conselho Pastoral Paroquial). Ali conheci a Alziane, uma grande companheira e que tem uma mãe feminista. No mesmo ano houve um encontro de capacitação de Assessores da Pastoral da Juventude. Foi lá que começamos a falar sobre o feminismo. A Alziane me falou da mãe dela, que é do grupo de mulheres Maria Sem Vergonha. Formamos uma amizade muito grande e ela continua no movimento feminista. Depois do encontro formamos um grupo de mulheres jovens. [Naquela época] meu conceito de feminismo era acabar com os homens, fazê-los lavar prato e fazer comida! Aí ela me dizia que não era assim, que o feminismo era igualdade... As conversas com a mãe da Alziane foram muito esclarecedoras para entender o feminismo, mas, naquela época, estava muito envolvida com os milagres da igreja e tinha dificuldade para entender que as palavras da Bíblia eram simbólicas. Sentia até raiva desses comentários.

Em 2005, conheci a Renata[1], que na época era integrante da Pastoral da Juventude de São Paulo e era amiga do Padre Alberto. Ela foi a Manaus e fizemos uma reunião com ela, umas vinte meninas, além da Dona Gá, mãe da Alziane. O tema foi violência contra a mulher. Não se falou de aborto, mas ali já se apresentaram questões para as quais eu dedicaria muitos anos da minha vida.

E o que aconteceu?

Houve nova eleição na arquidiocese e fui eleita representante regional. Isso gerava brigas na minha casa, porque eu não parava! Mas eu persisti porque já estava muito envolvida. Comecei a falar do feminismo na arquidiocese e começaram a surgir alguns conflitos: "Tu tem que se decidir se vai ser feminista ou da pastoral!". Foi então que participei de um curso de lideranças da Pastoral, onde a Raquel e a Ana Paula [da Ação Educativa] foram formadoras. Falei da experiência da gente de tentar articular um grupo de meninas dentro da Pastoral de Juventude. A gente conversou sobre as dificuldades de construir um grupo de mulheres, das razões de construir um coletivo de meninas e do machismo nas cidades amazonenses. Ao final, elas sugeriram uma atividade que visava mapear algumas questões juvenis no nosso contexto. Meu grupo só falava de violência contra a mulher e fizemos uma pesquisa sobre violência simbólica etc.

Por isso, a Raquel pegou meu contato e me chamou para um encontro do Forito. Fiquei tão feliz! Parecia uma pipoca pulando de alegria! Então, em 2006, vim para o Forito, em São Paulo. Foi a primeira vez que sai do meu Estado, me perdi no aeroporto e também fiquei assustada porque as meninas discutiram coisas que eu nunca tinha discutido na minha vida. Meu grupo nunca tinha falado de aborto, direitos sexuais e reprodutivos, tráfico de mulheres ainda menos. Mas me identifiquei muito com todas, com Camila e com a Divaneide principalmente, que tinham também origem na PJ.

Lembro que no último dia, estávamos aqui fazendo as camisetas [contra o tráfico de mulheres] e a Fê Papa perguntou qual era a posição da PJ sobre o aborto. Não tive como responder... porque eu era contra e tinha medo de brigarem comigo!

E como foi a experiência de ter vindo ao Forito?

Fiquei um pouco confusa ao voltar pra casa depois do Forito. Por causa das coisas da igreja. Ficavam me zoando. Faziam piadinhas. "Se tu é feminista, tu tem que decidir se tu é a favor do aborto ou não!" Fui muito zoada pelas lideranças. O dilema era ficar na Secretaria Regional da PJ, fazer algo nas regiões ribeirinhas como feminista, ou mudar tudo, porque ficavam me enchendo: "ou tu é pastoral, ou tu é feminista!" Eram muitas provocações.

Em 2007, o Papa vinha para o Brasil. Foram falar para o bispo da minha cidade que eu era feminista. Ele me chamou para uma reunião, dizendo que ainda tinha uma passagem para ir ver o Papa e que gostaria que eu fosse. Mas

[1] Renata Carvalho da Silva é assistente social e atua na Casa Ser de Guaianases, um centro de saúde sexual e reprodutiva da Prefeitura de São Paulo.

eu tinha muito trabalho naquele momento e não gostava daquele Papa. Já me chamavam nessas alturas de jovem feminista. O núcleo de mulheres jovens tentava se fazer presente nos processos e diferentes atividades, mas muitas vezes nos excluíam.

Em 2007 foi realizado o Forito na cidade de Fortaleza. Eu estava terminando o meu primeiro relacionamento lésbico, que foi muito tenso porque na época ainda tinha muitos conflitos, certo medo de ir para o inferno, sabe? Ir para o inferno é o que dizem para nós quando somos crianças e imaginava que não tinha escolha. Fui para o Forito bastante triste com o final do relacionamento. Entrei no *chat* para conversar com a Atiely[2] antes de ir e contei o que estava acontecendo. Ela foi a primeira pessoa do Forito para quem eu disse que gostava de meninas. "Vem!" (risos). Em Fortaleza fiquei com Atiely. Voltei para Manaus e em seguida fui despedida da empresa em que eu trabalhava como gerente de Recursos Humanos. Foi um vacilo, deixei meu computador ligado na hora do almoço e minha supervisora viu um recado da Atiely. Começou a falar que eu não podia ficar na empresa, porque aquilo não era de Deus. E eles eram adventistas do Sétimo Dia. Nunca chorei tanto como naquele dia! Liguei para Atiely e ela perguntou: "Quer vir pra cá?" (São Paulo).

Em 22 de outubro de 2007, às 4 da manhã, cheguei ao aeroporto de Guarulhos. Era época do "apagão aéreo" e fiquei horas parada no Rio de Janeiro antes de chegar. Vim com a cara e a coragem, mas morrendo de medo. Medo dessa relação não dar certo, medo de não conseguir participar de nenhum movimento, medo de ficar deslocada na cidade.

Mas este medo de não entrar em movimentos era ligado a quê?

Fiquei com medo da integração, de não ser aceita. Atiely sugeriu a LBL [Liga Brasileira de Lésbicas]. Participei de reuniões lá. Estava desempregada ainda. Pensamos também nas Católicas (pelo Direito de Decidir). O contato foi muito bom. Para as questões dos direitos sexuais e reprodutivos e aborto. Tudo eu perguntava para a Valéria [das Católicas pelo Direito de Decidir]. Ela me ajudou muito nesse processo.

Como tinha medo de não me integrar em grupos, me inscrevi para o encontro do Uruguai com as meninas do Mercosul (Projeto do UNIFEM voltado para a formação e multiplicação de lideranças feministas jovens). "Caraca", nunca tinha ido para outro país! Apesar da dificuldade com o espanhol, a Fernanda Grigolin [das Jovens Feministas de São Paulo] me ajudou e falei muito das ribeirinhas. Depois disso, Chindalena me convidou para o Encontro Nacional das Jovens Feministas. Fui enquanto LBL. Mas, sem desvalorizar as mais velhas, o que eu queria mesmo era estar em um grupo jovem. Foi, então, que a Ana Adeve me chamou para as Jovens Feministas de SP, onde estou agora, apesar das brigas, idas e vindas das meninas.

2 Atual companheira de Rose e integrante do Forito desde 2004.

E como ficou a questão da fé para você naquele momento? Havia uma contradição entre ser católica, suas identidades e sua fé? Você se identifica como cristã hoje ainda?

Católicas pelos direito de decidir! Posso ser católica e discordar de tudo que tem na igreja. Essa instituição é construída por homens, pelo poder patriarcal. Mas você pode ser católica, ter fé em Deus e discordar da igreja. Compreender isso me trouxe conforto, bastante conforto. Eu sou cristã, me identifico como cristã, faço minhas orações.

O que significou para você ter sido uma das referências, com sua companheira, nas campanhas da Parada do Orgulho LGBT de São Paulo?

A primeira vez que fui chamada para fazer as fotos (2008) tive medo, pois poucas pessoas sabiam que eu era lésbica. Aceitei mas não me dei conta do contexto. Respirei fundo e pensei: se tiver que ser vai ser mesmo. Todas as pessoas que não sabiam e viram os postais [que foram feitos para a campanha "Se a medida do amor é amar sem medida, porque seu amor pode e o meu não?" – frase de Santo Agostinho] deixaram recados no Orkut e MSN falando do impacto de me ver ali, que tinham achado legal eu assumir e mostrar a cara. Neste ano (2009) fizemos a campanha de novo porque nenhum casal de meninas topou tirar a foto. E para nós tudo bem.

A Valéria [das Católicas pelo Direito de Decidir] sempre me fala que com essa participação na campanha "cheguei chegando a São Paulo!". É verdade. Aprendi muito sobre LGBT, antes eu não sabia o que era homofobia, autoidentificação, direitos sexuais e reprodutivos. Em tudo isso, São Paulo me ajudou muito.

Como você vê sua atuação política hoje?

Aí vem a experiência de estar conselheira do Conselho Nacional de Juventude[3]. Nunca imaginei chegar a esse espaço! Aí quando vocês me perguntam sobre a fé, eu respondo que é isso. Com fé a gente chega. A fé é isso. Eu poderia estar aqui malzona, porque tenho dificuldade de me expressar, mas não! Já fizemos muitas coisas, tantos encontros e ainda tenho o sonho de participar de uma Conferência da Mulher. Até aqui o Forito me ajudou muito! Tenho grandes amigas neste espaço.

Como militante de movimento ainda falta muita coisa para fazer. A questão geracional, por exemplo, e aprender com as feministas mais velhas. Aquele encontro com as mulheres do Mercosul [reunião da Articulação Feminista Mercosul, sobre a crise econômica mundial e o feminismo, realizada em junho de 2009, em São Paulo] foi importante. Falei o que todas nós jovens temos vontade de falar, mas as jovens criticam muito e não chamam para a discussão. Fiz a fala meio

[3] Onde Roseane tem representado a Articulação de Jovens Feministas de São Paulo.

nervosa, mas depois no período da tarde muitas das intervenções se referiram às jovens, na linha do "a gente precisa de caras novas, de textos novos, queremos que vocês continuem aqui". Ao mesmo tempo, algumas falavam: "na minha época não tinha a questão de jovens feministas, por que isso agora?". A reflexão que a gente faz é que agora precisa sim. É pelo que acontece com a juventude hoje que é necessário firmar essa identidade. Tem a questão do desemprego, da violência, do acesso à educação etc. e aquilo que ainda precisamos conquistar como direitos. Por outro lado, vamos deixar de falar das negras, das lésbicas etc., que também estão entre as feministas, para só ficar em um feminismo?

E o que é feminismo para você?

Para mim, existem vários feminismos. O que é ser feminista hoje, dentro de tantas faces do feminismo? Para mim é fazer o feminismo de todo dia. Ao ver mulheres agredidas e trabalhar para que isso não aconteça. É acabar com o preconceito, a violência, conversar com quem fala besteira na rua para mostrar que não é bem assim. Não podemos ser feministas só em conferências e em congressos. É preciso denunciar. Meu feminismo eu vivo todos os dias, ele me abriu para muitas coisas: autoidentidade, direitos, leituras. Se eu não fosse feminista, como estaria hoje? Casada, com filhos, dona de casa, submetida ao marido. E ainda quero fazer tantas coisas: estudar, me formar, ter um trabalho legal.

Quero ser pedagoga, encarar a sala de aula e também fazer educação popular, tipo no MST. Mas a sala de aula é também um desafio, porque ainda existe muito preconceito, muito racismo. Cadê essas temáticas no movimento estudantil? Quero ser professora por essa transformação. Começar de pouquinho, fazer meu trabalho de formiguinha. Virei feminista por causa das questões da desigualdade e quero ser professora pelo mesmo motivo. Quando eu for mais velha, vou continuar lutando pela juventude e por todas. E enquanto jovem, defendo todas as mulheres. Porque eu amo as mulheres!

Forró

DIÁLOGOS DE GERAÇÃO

Fórum Cone Sul de Mulheres Políticas (1990-2003) Disputas e consensos em torno do gênero | Maria Rigat-Pflaum

Maria Rigat-Pflaum: Diretora de Projetos - Fundação Friedrich Ebert - Argentina.
Coordenadora do Fórum Cone Sul de Mulheres Políticas

Em memória de Diana Staubli

No final da década de 80 do século XX, o movimento feminista e de mulheres políticas analisava as melhores formas de superar as desigualdades entre homens e mulheres. Globalmente, foram discutidas estratégias para alcançar a equiparação para as mulheres e a igualdade de oportunidades, sendo que as ações afirmativas se baseavam no conceito de discriminação positiva, uma ferramenta inovadora cujo objetivo era equiparar o ponto de partida desigual que homens e mulheres encontravam para seu desempenho na esfera pública. Na Alemanha, em 1988, o Partido Social Democrata havia estabelecido uma cota mínima de 40% para as mulheres e/ou homens nas instâncias partidárias. Na Espanha, na Itália e em outros países europeus, os partidos discutiam a adoção de uma cota, quando já não haviam adotado.

Em meados dos anos 80 e no contexto da cooperação internacional, havia ficado claro que as mulheres não conseguiam acesso automático às vantagens das políticas de desenvolvimento e era necessário trabalhar com uma perspectiva de gênero, um conceito cultural e sistêmico que daria origem à ferramenta teórica indispensável para explicar as assimetrias, estereótipos e discriminação.

Assim, no início dos anos 90, durante os anos da equiparação, do "empoderamento" das mulheres, as discussões sobre o estabelecimento de hierarquias dos mecanismos da Mulher no Estado, no momento em que estes espaços específicos para as mulheres, tanto nos diferentes níveis do Estado, como nos partidos políticos e sindicatos, começam a lidar e a se preocupar com a igualdade de oportunidades, reúne-se pela primeira vez o Fórum Cone Sul de Mulheres Políticas.

O projeto reuniu mulheres políticas de cinco países do Cone Sul em um seminário que, anualmente, durante três dias e meio ao longo dos treze anos de sua existência, teve como objetivo o desenvolvimento de lideranças políticas a partir de uma perspectiva de gênero.

Este artigo analisa algumas características que fizeram com que o projeto tivesse um impacto no desempenho político das protagonistas que ainda permanecem na memória coletiva dessas mulheres que, na região, estiveram, de uma forma ou de outra, relacionadas ao Fórum.

Embora o Fórum Cone Sul de Mulheres Políticas tenha deixado de se reunir em 2003, ainda hoje persiste em alguns países do Cone Sul na forma de "sucessores locais". São os Fóruns ou "Foritos Nacionais" que convocam mulheres, muitas delas muito jovens, mulheres políticas e de organizações sociais, que continuam no caminho de aperfeiçoar a democracia através de uma maior igualdade de gêneros.

O gênero é político

Com uma forte influência das políticas de igualdade de oportunidades que se discutiam e implementavam no contexto da União Europeia, em especial na Alemanha, os primeiros anos de funcionamento do Fórum foram caracterizados pelo tratamento dos temas que apontavam para a implementação da desigualdade de gênero como um objetivo central da política e, portanto, como objetivo de tratamento através de políticas públicas a partir do Estado.

A Alemanha foi um país que, em comparação a outros países norte-europeus caracterizava-se por uma concepção conservadora do Estado de bem-estar, com um modelo familiar promovido pelo Estado orientado para o homem como provedor do lar e o trabalho das mulheres dedicado à família (Riedmüller, 2002). No início dos anos 90, havia uma cobertura bastante frágil na área de cuidado infantil, com escolas, geralmente, com ensino simples, o que não favorecia a integração das mulheres ao mercado de trabalho.

Este contexto, não muito auspicioso, provocou uma mudança em matéria de políticas com o objetivo de alcançar uma maior igualdade para as mulheres, que foi influenciada pelo movimento em favor das políticas de igualdade de oportunidades para o mercado de trabalho, que se desenvolvia na União Europeia.

Os avanços na Alemanha favoreceram alguns temas da política de igualdade de oportunidades e as discussões sobre a equiparação das mulheres foram transladadas para o trabalho dos projetos nacionais da Fundação Friedrich Ebert na região.

No projeto da FES - Argentina foram conjugadas algumas condições que permitiram que a partir daí se tomasse a iniciativa de reunir as mulheres políticas dos países do Cone Sul em um fórum de discussão destas questões. A sensibilidade política e a predisposição para a igualdade de gênero por parte do novo responsável pela área política do projeto e conhecimento das questões de gênero pelas pessoas da equipe local da FES, que já trabalhavam com temas de gênero na esfera sindical, proporcionavam uma boa química para dar os primeiros passos em direção a um fórum que, embora em princípio parecesse destinado à análise e discussão, finalmente contribuiu, como objetivo de mais longo prazo, para o estabelecimento de redes de ação.

Muitos anos mais tarde, no início dos anos dois mil começou-se a analisar as condições necessárias para adotar estratégias transversais de gênero nas políticas, implementando o "Gender Mainstreaming" (integração de gênero) como estratégia

institucional, e até agora, a fórmula para alcançar resultados ainda necessita desta mesma combinação de fatores: vontade política e a existência de certa *expertise* que permitam fornecer insumos, monitorar e manter as questões de gênero.

Do mesmo modo, nos países do Cone Sul havia se desenvolvido um forte movimento feminista, que, juntamente com mulheres de destacada militância nos espaços políticos, tanto partidários como de gestão, estavam decididas a colocar a questão da igualdade de gênero nas agendas políticas nacionais.

A composição do Fórum teve muito a ver com o processo subsequente. Para participar, a FES Argentina convocou as mulheres políticas da Argentina, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai, que pertenciam a partidos políticos de centro-esquerda, geralmente vinculados ao trabalho dos projetos nacionais dos escritórios da Fundação Friedrich Ebert no Cone Sul.

Junto a sua militância política, as participantes também se caracterizavam por sua militância feminista, pela sua reconhecida trajetória na defesa dos direitos das mulheres e, em alguns casos, também por pertencer ao movimento de mulheres, ou em outros, por sua relevância acadêmica e posição como referência em questões de gênero.

As ações afirmativas e as cotas, a equiparação e políticas de igualdade de oportunidades, os planos para a igualdade de gênero foram temas dos primeiros anos.

Estes temas dotaram o fórum de uma marca que foi implementada rapidamente. Se o gênero deve ser um conteúdo político, para as militantes políticas era necessário ter um espaço onde essas questões não fossem discutidas apenas a partir da sua dimensão conceitual. O espaço serviu também para discutir e gerar desenvolvimentos estratégicos que poderiam, então, através de redes nacionais, ser implementados nacionalmente, nos diferentes países.

Mas, em política, nem tudo são "questões de gênero"

Além de estabelecer-se rapidamente como instância de análise conceitual e de desenvolvimento de estratégias nos temas de políticas de equiparação e igualdade de oportunidades e de ações afirmativas, o Fórum logo começou a assumir o papel de espaço de aprendizado para alguns temas que, em geral, não são um ponto forte das mulheres, mas, mesmo assim, e devido também ao fato de que as participantes do Fórum começaram a chegar aos parlamentos ou a postos executivos do governo em seus países, precisavam ser conhecidos e analisados a partir da perspectiva das mulheres.

Conforme o que pude constatar através da minha experiência trabalhista, as mulheres, especialmente aquelas que desempenham um papel na esfera pública tanto política como sindical, expressam reiteradamente a necessidade de capacitação e a demandam constantemente. O reconhecimento de que "há algo que não sabemos e que devemos aprender" é prova-

velmente uma consequência do histórico e genérico relegar das mulheres à esfera privada e consequente insegurança que continua sendo provocada no imaginário das mulheres quanto ao acesso e ao desempenho na esfera pública.

O Fórum foi uma exceção neste aspecto. A partir do quarto ou quinto ano do projeto, durante os três dias em que se realizava nossa reunião anual, começaram a ser analisadas questões como o mercado de trabalho e o emprego, os avanços e desenvolvimentos do processo de integração regional do Mercosul ou da globalização econômica.

Antecipando-se aos tempos, na primeira metade dos anos 90, o Fórum Cone Sul de Mulheres Políticas *transversalizava* a perspectiva de gênero. As questões eram analisadas por especialistas convidadas(os) para o Fórum e as mulheres políticas que as detalhavam quanto a seus impactos diferenciados em mulheres e homens.

O que é pessoal é político: a permanência e confiança

A princípio, o Fórum não tinha sido pensado como um projeto de longo, longuíssimo prazo. Nenhuma de suas participantes nos primeiros anos pensou que permaneceria por treze anos no mesmo espaço ou mesmo que iria apresentar resistência ante a iminente finalização do projeto. Também não foi planejado ser *a priori* um grupo constante de pessoas, quase sem nenhuma mudança na composição de seus participantes durante todos esses anos com quórum quase perfeito.

Essas características foram o resultado de um processo não intencional, mas certamente incentivado, tanto pela coordenação do Projeto como por seus participantes, que combinou a permanência no espaço com o crescimento de um sentimento de confiança que, de forma lenta, mas segura, evoluiu em muitos casos para a amizade.

Desenvolveu-se nas participantes um forte sentimento de pertença ao Fórum que ao longo dos anos desafiou e competiu inclusive com a militância em seus próprios partidos. Na verdade, os participantes não deixarão de estarem sujeitos às idas e vindas da política, algumas deixaram de militar em seus partidos, para depois voltar a eles, outras mantiveram uma atitude de distanciamento para com seus partidos de origem e outras começaram a militar em outros ou em novos espaços. O Fórum constituiu, nesses casos, o espaço de articulação com os partidos, uma forte ligação com a ação política através das outras mulheres no próprio país e na região.

Ao longo dos anos, o Fórum também desenvolveu certa autonomia em termos de tomada de algumas decisões. Quase desde o início, as questões abordadas nas reuniões anuais foram definidas de forma participativa pelo próprio grupo, como resultado de um processo nem sempre simples de discussão de prioridades. Estas sempre obedeceram às necessidades concretas do desempenho das participantes na política nacional.

O Fórum procurou oferecer um espaço para o conhecimento pessoal para além da política. A dinâmica das reuniões anuais sempre previu um plenário de relato sobre as experiências pessoais do ano transcorrido. Este espaço, que nos primeiros Fóruns foi dominado pelos êxitos e decepções dentro dos partidos de origem na área trabalhista de desempenho, ao longo do tempo foi aberto a questões de família e sentimentais: namoros, divórcios, gravidez e problemas com pais e filhos tornaram-se realidade, de uma forma particular de aspiração das feministas de Maio de 68 e o pessoal tornou-se parte do político.

Busca metodológica, inovação e contenção

Desde o princípio as reuniões anuais do Fórum tentaram se diferenciar de um seminário tradicional.
A coordenação do Projeto da FES Argentina levou em conta alguns aspectos da construção cultural dos gêneros, não só para a análise das questões a serem abordadas como o conteúdo dos eventos, mas também na organização logística e metodológica das reuniões.

A maioria das mulheres do Fórum, durante todo o ano, desempenhava um papel na esfera pública nacional, nunca desprovidas de conflito. Além disso, como consequência de uma divisão sexual do trabalho, muito difícil de modificar nas nossas sociedades, elas não eram nenhuma exceção e somavam a sua tarefa política e/ou político-partidária as funções de cuidados como mães de filhos(as), filhas de pais idosos ou o cuidado de outros familiares.

A reunião do Fórum, portanto, devia constituir um espaço onde, durante três dias, eram rompidos os estereótipos e elas é que eram "cuidadas" e mantidas, gerando um campo tanto de confiança política, ainda que isto não significasse necessariamente nenhum consenso propositivo ou ideológico, como de conforto pessoal.

Portanto, um aspecto importante do Fórum foi o lugar geográfico e físico de sua realização. Os recursos econômicos disponíveis nunca permitiram alojamentos muito luxuosos, isto não se poderia ter e obviamente, nem se queria ter, mas sempre se tentou encontrar lugar em que as participantes tivessem um ambiente agradável e "cuidado".

Pensando nas mulheres que chegavam de outros países, e também nas locais, buscou-se a oportunidade de estar em diferentes lugares da Argentina. E eu digo intencionalmente de "estar" e não de "conhecer", porque de modo algum se tratava de transformar o Fórum em uma experiência turística. Muito pelo contrário, a intensidade das sessões raramente, durante os treze anos, permitiu-nos conhecer algo além de áreas vizinhas. No entanto, mesmo nestas condições, o local de reunião conferiu ao Fórum um caráter bastante simbólico: "estivemos" em Rosário, em San Nicolás, em Mar del Plata, em Córdoba, e inclusive em Iguaçu e Mendonza, e quando houve condições, fomos recebidas no Paraguai, Uruguai e Chile, o que sem dúvida contribuiu para reforçar o caráter regional do Projeto.

Depois de muitos anos de capacitação em planejamento, gestão e moderação de grupo, estou convencida de que não existe neutralidade nas metodologias que são adotadas tanto para o funcionamento e gestão institucional, como para o desenvolvimento de atividades de aprendizagem, discussão e debate.

Essas propostas metodológicas no Fórum obedeceram alguns critérios, que considero fundamentais para o desenvolvimento de uma atividade e, obviamente, ainda se mantém em pleno vigor.

Estas propostas tiveram como objetivo principalmente assegurar um alto nível de qualidade no tratamento dos temas. Dado o elevado nível de formação das participantes do Fórum sobre as questões de gênero, sobre teorias feministas e devido a seu alto grau de informação sobre a evolução em nível internacional, a maioria das reuniões pode se desenvolver com os insumos internos do grupo sem palestrantes externos. Em alguns casos, nos fóruns onde era necessário aprender, foram usados inputs externos, como vimos. Invariavelmente, os palestrantes eram convidados a juntar-se às discussões, debates e grupos de trabalho planejados e quase sempre o faziam com entusiasmo.

Um segundo desafio metodológico de extrema importância, dadas as características das participantes do Fórum foi a conseguir a participação de todas de forma horizontal e garantir certa democracia e igualdade no uso da palavra e do tempo. Várias formas e adaptações de metodologias de meta-planejamento (Metaplan) foram de grande utilidade nesse sentido. O grupo as adotou com entusiasmo, tornaram-se habituais e caracterizaram os fóruns desde o início. No entanto, reconheço que nenhuma metodologia é perfeita...

Tecendo Redes

Uma vez que durante a maior parte da sua existência, o Fórum Cone Sul de Mulheres Políticas foi coordenado a partir do projeto nacional da Fundação Friedrich Ebert na Argentina e realizado nesse país[1], no Fórum, houve um predomínio de participantes argentinas. Por razões de financiamento, dos outros países do Cone Sul participavam três mulheres, em casos excepcionais, quatro, número que dobrou no caso do país anfitrião.

Isso não causou problemas, mas sim algumas interferências, uma vez que em muitas oportunidades, as discussões foram permeadas por problemáticas relacionadas à situação política local, aos problemas internos dos partidos políticos e especialmente às características peculiares que na Argentina revestiu nos anos anteriores e imediatamente após a Conferência de Pequim de 1995, a relação conflituosa das mulheres políticas com o movimento de mulheres.

É difícil determinar de maneira confiável se o FCSMP teve um impacto direto na criação das redes de trabalho que se desenvolveram no Cone Sul por volta de Pequim 95. No entanto, na avaliação feita pelos participantes na reunião ime-

diatamente depois da Conferência foi considerado que o conhecimento pessoal, a solidez conceitual e alguns acordos que foram trabalhados e alcançados no Fórum, haviam sido um fator de grande importância no desempenho das Mulheres do Cone Sul em diferentes partes da Conferência na China.

Em minha opinião, o Fórum sentia que havia atuado como uma rede. Embora as mulheres que formavam o grupo não eram mais de vinte, haviam se tornado uma referência importante em seus respectivos países, onde multiplicariam as redes com outras mulheres e organizações nos anos seguintes, para enfrentar os desafios propostos por Pequim.

Foi a partir de Pequim que em repetidas oportunidades foram realizadas várias discussões internas sobre a conveniência de que o Fórum Cone Sul assumisse certo caráter institucional. Por alguma razão, nunca chegaram a um consenso. Eu acho que podemos arriscar a hipótese de que a institucionalização do espaço era uma necessidade real. O Fórum se destinava a comprovar que outras formas de organização que as mulheres vinham propondo, mais horizontais, abertas, menos formais e não isentas de conflitos eram possíveis. Apesar de não ser formalizada institucionalmente, a identidade e pertença ao Fórum permaneceu imutável por muitos anos. Atualmente, a rede ainda está em funcionamento e as mulheres do Fórum, além de ocupar espaços importantes no cenário político em seus países, pertencem ao grupo de referência usual para as atividades realizadas nos diferentes países do Cone Sul e América Latina.

Os Sucessores

Por volta de seus oito anos de existência, o Fórum começou a considerar qual deveria ser o futuro do espaço em relação a duas dimensões imprescindíveis no trabalho de gênero: sua renovação e multiplicação, ou seja, a geração de novas lideranças de mulheres com uma perspectiva de gênero.

As características de espaço fechado com um forte sentido de pertença e de identidade que o Fórum tinha desenvolvido paralelamente ao desenvolvimento do vínculo de confiança que tinha permitido a criação de uma rede de referência regional, constituiam uma vantagem para o desenvolvimento e consolidação das lideranças já existentes e tornavam o FCSMP um projeto de sucesso.

No entanto, essas mesmas características representam uma barreira para abrir o espaço para novas líderes e apresentavam um desafio complexo. A abertura de um espaço durante anos fechado não está, de maneira alguma, livre de tensões. A fórmula levou algum tempo para ser encontrada, mas finalmente chegou.

As análises e discussões convergiram para uma concepção que combinava a necessidade das "velhas" de continuarem a manter seu espaço praticamente inalterado, e ao mesmo tempo reconhecer a necessidade de abertura. Para tanto, seriam criados, em cada país, novos espaços, os "Foritos Nacionais". Com um formato semelhante ao do FCSMP, esses "Foritos" teriam por objetivo a formação de novas lideranças de mulheres jovens.

O formato escolhido para a renovação e crescimento do Fórum significou uma renovação de dentro para fora e, em última instância, um inevitável esgotamento do espaço original. Necessariamente após alguns anos e frente a um esquema que impossibilitava a sua própria renovação, o Fórum Cone Sul de Mulheres Políticas deixou de se reuniu.

Mas ficaram seus rebentos, seus sucessores. Com maior ou menor continuidade, esses Foritos vêm acontecendo em alguns dos países do Cone Sul, desde os primeiros anos do século XXI. O formato é diferente.

Em alguns países, como no caso da Argentina, foi reproduzido o critério de priorizar a formação de lideranças políticas, que reúne mulheres de diferentes partidos políticos no espectro da esquerda democrática para discutir temas prioritários da agenda de gênero e projetar estratégias operacionais em nível nacional. Atualmente, o Forito reúne mulheres jovens e não tão jovens. Os Foritos Brasil e Paraguai são caracterizados como incubadoras de lideranças. São instâncias de mulheres muito jovens, de partidos e setores políticos, às quais se juntam muitas jovens de organizações e movimentos sociais. O Forito Paraguai gerou, ao longo destes anos, níveis interessantes de autonomia. São jovens líderes formadas pelo próprio Forito que são responsáveis pela coordenação do espaço, que está em constante renovação temática e geracional. No caso do Chile e Uruguai, após certo funcionamento autônomo, os Foritos foram integrados ao trabalho que a Fundação Friedrich Ebert desenvolve com os jovens, homens e mulheres, em ambos os países, na tentativa de introduzir uma perspectiva de gênero nas temáticas jovens em seu conjunto.

As referências do Fórum Cone Sul de Mulheres Políticas se juntaram de forma entusiástica no apoio a esses espaços nos diferentes países e por muitos anos têm sido referências e participantes nos diferentes Foritos.

Uma reflexão final

As estratégias para alcançar a igualdade entre homens e mulheres mudaram ao longo do tempo. O Fórum Cone Sul de Mulheres Políticas viu a luz no contexto das políticas de igualdade de oportunidades e ações afirmativas e percorreu, de forma bastante pioneira, os caminhos do "mainstreaming" de gênero.

Desde 1995, quando a Quarta Conferência Mundial de Mulheres de Pequim definiu sua Plataforma de Ação para o "Mainstreaming" de Gênero como uma estratégia de ação em todos os níveis, as mulheres políticas e os círculos comprometidos com as políticas de igualdade de gênero começaram a tecer esperanças em relação a alcançar melhores resultados do que aqueles que haviam obtido até aquele momento.

Depois de Pequim, reinava o otimismo. Começavam a transitar por caminhos que prometiam maior impacto em relação ao objetivo de superar as discriminações sociais de gênero e alcançar maiores níveis de igualdade. Despontava o objetivo da igualdade de gênero como tarefa do Estado em seu conjunto, de todas as políticas e também das estruturas e dos processos institucionais.

Desde então, muita coisa aconteceu em relação à implementação de políticas de gênero no âmbito das instituições do Estado em seus diferentes níveis, nas organizações do setor público, nos sindicatos e nas organizações. A União Europeia e seus países membros comprometeram-se com a execução da estratégia de "Mainstreaming" de Gênero nas instituições e políticas.

Agora sim. O conceito do gênero, produto de elaboração da teoria feminista, é aceito sem problemas no presente no discurso político e institucional. Também parecem superados os momentos em que se discutia a obrigação do Estado de assumir o compromisso para superar a discriminação através de políticas ativas. No entanto, é evidente que a questão não está resolvida e continua retardando o objetivo quando se trata de traduzir o discurso em ação.

Os resultados no caminho para alcançar uma sociedade mais igualitária quanto a gênero não têm sido muito satisfatórios.

Diferentes contextos políticos requerem estratégias e instrumentos apropriados e suficientes para poder alcançar as mudanças e os resultados esperados.

A presença na arena política das líderes mulheres conscientizadas e capacitadas, com uma visão analítica da sociedade que lhes permita captar as diferenças e consequentes desigualdades, ainda aparece hoje como uma estratégia essencial para alcançar resultados em relação à igualdade de gêneros.

Bibliografia

Bothfeld Silke; Gronbach Sigrid; Riedmüller Barbara (Hg.), *Género, Inovação eine in der Gleichstellungspolitik,* Campus Verlag, 2002

Frey, Regina, *Im género,* Geschlechtertheorie und-Praxis im internationalen Diskurs, Ulrike Helmer Verlag, 2003

RIGAT-PFLAUM, Maria, *Documentos, Programas e Informes sobre el FCSMP,* Manuscritos pessoais

RIGAT-PFLAUM, Maria, *Gender Mainstreaming: Um enfoque para a igualdade dos géneros*, Apresentação Seminário Prosur, Chile, 2008

Jovens feministas, feministas jovens | Lilian Celiberti

"Pôr o corpo e o fogo das fogueiras no caminho; acreditar no que fomos e acreditar nas que vêm agora, e nas que virão com sua mochila carregada de acertos e erros, como as nossas – Olha aquela velha! Olha aquela idiota! Sinais mútuos de transmissão!"
Diana Bellisi[1]

Françoise Collin falou, há alguns anos, de uma "herança sem testamento", referindo-se ao legado que nós mulheres deixamos umas às outras como parte da memória subjetiva de uma experiência que, na realidade, começou a ser escrita há muito pouco tempo. Uma herança sem testamento, inscrita nas mudanças de senso comum que permitem imaginar outra forma de estar no mundo, e articular uma voz coletiva apesar de nossas infinitas diferenças e singularidades. Velhas e jovens, somos herdeiras de outras mulheres e construímos nossas histórias baseadas nessas interações, nesses diálogos e sinais mútuos de transmissão, como menciona Bellisi, mas também na tensão latente da complexidade que marca o estar no mundo de hoje.

Apesar das extremas diferenças e desigualdades de classe, etnia ou raça entre as mulheres, o pertencer ao gênero subordinado nos coloca em uma relação social que permite estabelecer uma cadeia de equivalências entre nós, mulheres. Essas diferenças e desigualdades, por vezes, geram abismos sociais e de relação, como os estabelecidos entre a patroa e a empregada doméstica (ainda que as duas, inconscientemente, estejam unidas pela divisão sexual do trabalho). No entanto, quando se trata da violência de gênero ou de decidir sobre a capacidade reprodutiva, a busca de autonomia e a articulação de uma voz que nasce da experiência vital das mulheres parece aproximar-nos umas às outras.

Em outros momentos históricos, o fato de ser jovem não constituía em si um sinal de identidade ou uma variável significativa a ser considerada. Para muitas de nós, feministas nascidas no movimento da geração de 68, que naquele momento tínhamos 15 ou 20 anos, pensar nessa questão é algo novo e de certa forma desconcertante, ao qual chegamos mais pela falta de comunicação do que por uma reflexão sobre as juventudes no século XXI. Então, falar de juventudes seria apenas uma nova moda mais ou menos mercantilizada?

Como dizem Margulis e Urresti, "juventude é um significante complexo que contém em seu âmago múltiplas modalidades que levam a processar socialmente a condição de idade, levando em consideração a diferença social, a inserção na família e em outras instituições, o gênero, e o bairro ou a microcultura grupal". (Margulis; Urresti, 2008, p. 3)

[1] Diana Bellisi, escritora argentina. *Todas íbamos a ser ancianas indecentes*. Fempress 1999.

Na pesquisa "Juventudes sul-americanas: diálogos para a construção da democracia regional", jovens sindicalistas, trabalhadoras rurais, artistas e feministas concordam em ressaltar a impossibilidade de se falar de uma juventude em geral.

"Nesse sentido, a juventude de hoje constrói suas peculiaridades em diferentes espaços sociais e, portanto, as juventudes não são um conceito estabelecido *a priori*, mas sim parte das condições da vida cotidiana dos sujeitos jovens. Este aspecto é permanentemente ressaltado pelas jovens feministas, amparado por um movimento que, a partir de sua história, teve como objetivo a busca pela autonomia em face das construções de ordem heterônoma." (Celiberti; Filardo, 2008: 51)

"Então creio que existe um jogo de autonomia sobre o qual devemos refletir. O mais importante nisso de construir-se como sujeita, que acho fundamental, é saber de que ponto você se situa. Entender as demandas de discriminações que vocês não sentem." [2]

Apesar da ambiguidade do conceito de juventude, o fato é que as novas gerações se confrontam com um mundo desenfreadamente globalizado, mercantil e abusivo; uma sociedade do presente acelerado que quase não dá o tempo necessário para refletir sobre as mudanças.

Martín-Barbero propõe alguns eixos para analisar e compreender o impacto das mudanças nas diferentes gerações: "A desvalorização da memória é vivida por todos nós, mas se, por um lado, os adultos sentem isso como uma mutilação, os jovens sentem como a própria forma de seu tempo. Um tempo que projeta o mundo da vida sobre o presente, um presente contínuo, cada vez mais efêmero. A identificação da juventude com o presente tem, a meu ver, dois cenários centrais: o da destruição da memória de nossas cidades e o da acelerada obsolescência dos sujeitos cotidianos. (…) Os jovens, ainda que dividam a mesma casa com adultos, não vivem na mesma cidade que estes, pois os adultos vivem não apenas na cidade que veem, mas na cidade de que se recordam e da qual sentem falta, dando assim coesão à Sua Cidade; enquanto os jovens vivem em uma cidade, com pouquíssimas raízes – que são conservadas pelo bairro – extrapolada, como a única real. Duplamente real, já que é a cidade que veem e a partir da qual veem: uma cidade descentralizada e caótica, feita de restos, pedaços, dejetos, de incoerências e fusões que é a que realmente se ajusta a seu olhar, seu modo de ver". (Martín-Barbero, 2008: 33)

Os jovens habitam uma cidade diferente da cidade dos adultos, mas, além disso, dependendo da classe social à qual pertençam, vão transitar por paisagens diferentes, com estética, música e símbolos que geram identificações de torcidas, grupos e tribos, metafóricos ou reais, que não se relacionam entre si. Cenários fragmentados, que só permitem falar de situações plurais e diversas.

[2] Enquete entre Jovens Feministas, 2008.

Como assinala Filardo: "Utilizar as faixas etárias como o elemento primordial na construção de identidade dos sujeitos parece, portanto, um procedimento forçado e errôneo, caso seja usado como singular. Não há nenhuma evidência de que a idade predomine sobre outros elementos da constituição de identidade dos sujeitos. Na verdade, a idade possui como característica implícita e inerente o movimento (transitório no próprio sujeito) que por si só já dificulta essa pretensão de singularidade. Por outro lado, não constitui um conceito único, estável ou homogêneo, nem mesmo entre pessoas da mesma idade.

Portanto, a simples classificação de infância, adolescência, juventude, maturidade, ou velhice não é suficiente para constituir a identidade juvenil, a adulta ou a infantil. Também não é suficiente para constituir atores sociais, com 'consciência de faixa etária'". (Filardo, 2008:18)

Herdeiras sem testamento

O movimento feminista, como disse Betânia Ávila, é *um movimento que quer reinventar e radicalizar a democracia política e a democracia social*[3]. A partir destas premissas, é um movimento que questiona, interpela e disputa sentidos teóricos e práticos, políticos e epistemológicos.

Não se poderia, portanto, definir um modelo de "jovem feminista", nem fazer um testamento que determinasse comportamentos.

Os movimentos sociais crescem e se expandem em realidades sociais e políticas concretas, a partir das quais necessidades e demandas são politizadas. Sem dúvida o movimento feminista e de mulheres na América Latina colocou na agenda política e social demandas e necessidades novas que impactam tanto a organização e estrutura do Estado e das políticas públicas, como as subjetividades individuais das e dos sujeitos.

A conquista do espaço público para definir agendas, priorizar abordagens e temas e reconhecer as diversidades sociais é um campo de disputa discursiva que de alguma forma define a densidade democrática de uma sociedade. Os direitos, e a cidadania como exercício de direitos, expressam as lutas de diferentes atores para construir práticas democráticas e o exercício efetivo dos direitos, a partir dos quais são construídos outros direitos novos. No entanto, essa cidadania, como expansão de direitos, parece nos questionar profundamente. Por um lado, cada indivíduo constrói a si mesmo nos espaços de socialização que compartilhamos e nas instituições em que participamos perante o olhar do outro/a. Nossa autonomia intersubjetiva é determinada por esse olhar. Ao mesmo tempo, vivemos uma época em que muitas de nossas

[3] Maria Betânia Ávila. Palestra apresentada no Encontro da Articulação de Mulheres Brasileiras. Dezembro 2006. http://www.articulacaodemulheres.org.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=724&sid=40.

inquietações sociais e existenciais acabam sendo apreendidas e atendidas de forma bastante eficaz, não pelas instâncias convencionais como a escola, família, partidos políticos ou sistema político, mas sim pelo mercado, a publicidade e a mídia. (Canclini, 1995) [4]

Ninguém está livre dessa globalização e suas expectativas de consumo. As pautas culturais hegemônicas são gravadas, sem que percebamos, em nossos corpos, mentes, desejos e utopias.

Nesse arranjo de conexões e intercruzamentos, os movimentos sociais veem sua existência modificada e se expressam de forma diferente. Não como atores unificados, nem como movimentos de conteúdo plural apenas. Expressam-se como um "campo de atores" amplo, diverso e em permanente crescimento e transformação (Jelin, 2001).

Conflitos e desencontros

As relações entre adultos e jovens sempre pressupõem certo grau de conflito, mas o conflito não é, de modo algum, o lugar indesejável que nos ensinaram; ao contrário, é um espaço de trocas, de renovação do olhar, de reformulações e revisões.

O feminismo abriu a possibilidade de que nós, mulheres, construamo-nos como sujeitos políticos, construtoras de nossa própria trajetória e, dessa perspectiva, abriu também o campo para a diversidade e a pluralidade. Contudo, a gestão dessas diversidades, muitas vezes, colocou o movimento como um elemento paralisante, ou ao menos infecundo, no sentido de motivar o debate de ideias, a confrontação intelectual, o enriquecimento teórico e político.

Ao discutir com uma jovem, corro o risco de ser acusada de adultocêntrica; se uma jovem discorda de mim, talvez não consiga me separar do todo e coloque todas as "velhas" feministas no mesmo saco. Então, aqueles caminhos, que abrimos e que representaram rupturas epistemológicas significativas, voltam a fechar-se em nossa prática política. A diversidade não é o espaço despolitizado para que cada um seja como quiser neste mundo consumista e mercantilista. Mas também não é a caça às bruxas do politicamente correto.

Reconhecer a singularidade de cada uma – jovem, negra, lésbica, trabalhadora rural, operária e todas as infinitas combinações possíveis entre qualquer uma destas categorias nômades – significa, para mim, saber que cada uma vai me desafiar a olhar por um ângulo que eu não vejo e que, ao considerar esse ponto de vista, mudo totalmente a minha perspectiva. Mas é claro que também espero e desejo reciprocidade nesse intercâmbio.

---

[4] Nestor García Canclini. *Consumidores y ciudadanos: conflictos multiculturales de la globalización*. Grijalbo, 1995.

Françoise Collin diz que "a ética do diálogo plural – e o diálogo só se inscreve na palavra – evita tanto as vicissitudes do individualismo como as do coletivismo e pode esclarecer a questão da relação entre as mulheres, assim como a da relação entre os sexos. Mas também esclarece, em primeiro lugar, a relação que cada um/a mantém consigo mesmo/a e estabelecer possibilidade de diálogo com o outro. Talvez, por outro lado, o diálogo possa ser pensado como princípio fundamental, junto à ética e à política. Princípio comum que, no entanto, não implica na confusão de ambos os registros, visto que o primeiro, a ética, assegura a regulação das relações entre indivíduos, enquanto o segundo, a política, tenta assegurar a viabilidade de um mundo comum". (Collin, 2006: 103)

Onde não há diálogo, não há reconhecimento, nem singularidade e, portanto, as relações se tornam instrumentais e uma via de mão única. E também não há política, já que sem debate, sem confronto e sem a circulação de ideias plurais, não é possível restabelecer as ideias e a prática.

No diálogo, os lugares não se confundem: cada um/a é responsável por seu lugar, mas também por reconhecer o lugar do outro ou outra. Todas nós sabemos que se esse reconhecimento não existir, só conseguimos desenvolver monólogos que não se relacionam entre si e, portanto, tornam-se improdutivos.

Mas o diálogo, segundo Collin, não é um intercâmbio contínuo, ele também é integrado pela descontinuidade. "Trata-se, portanto, de voltar a dar espaço ao possível, contra toda evidência, até mesmo se o possível for possível apenas no distanciamento. Ir e deixar ir: não há relação entre humanos que não precise desse gesto". (Collin, 2006:104)

Com as feministas jovens, que querem formar sua própria "casa" feminista, ou seja, um espaço onde possam se encontrar e pensar em si mesmas, eu acho que esse gesto de "ir e deixar ir", de que fala Collin, é fundamental. Os espaços de poder, simbólicos e reais, funcionam como um vidro escuro que impede que esta visão gere as mais fantasiosas distorções da realidade. A desigualdade entre as mulheres se disfarça, muitas vezes, em um adultocentrismo que funciona como um qualificativo. Ao invés de abrir ao debate, tende a fixar o problema onde ele não está; ocultando a fragmentação e a debilidade política que às vezes nos impedem de ampliar e renovar o movimento feminista.

Espaços como o "Forito", sem chegar a ser propriamente uma casa, funcionam, ainda que seja de tempos em tempos, como tal, e permitem abrigar o ruído, a dúvida, o rumor e até o mal-estar que carrega todo ser humano neste mundo impiedoso e desigual.

Mas, ter sua própria casa pode ser um ato de rebeldia ou de conformismo, dependendo da forma como se constrói a trajetória. O certo é que esta aventura de mudar radicalmente a vida exige rebeldia e criatividade. Novos olhares e novas vozes são imprescindíveis para que não cessem o desafio e o diálogo.

Bibliografia

BELLISI, Diana. Todas íbamos a ser ancianas indecentes. *Especial/Fempress: Feminismos fin de siglo*, Santiago,1999.

CELIBERTI, Lilian; FILARDO Verónica (Eds.). *La diversidad juvenil: demandas y desafíos*. Montevideo: Cotidiano Mujer; Facultad de Ciencias Sociales – Universidad de la República, 2008.

CANCLINI GARCÍA, Nestor. *Consumidores y ciudadanos. Conflictos multiculturales de la globalización*. Ciudad de México: Grijalbo, 1995.

COLLIN, Françoise. *Praxis de la diferencia. Liberación y libertad*. Sagardiana. Estudios feministas. Barcelona: Icaria editorial, 2006.

COLLIN, Françoise. Una herencia sin testamento. *Especial/Fempress: Feminismos fin de siglo*, Santiago,1999.

FILARDO, Verónica. Desafíos para la equidad entre clases de edad. In: CELIBERTI, L.; FILARDO, V. (Eds.). Op. cit., 2008.

JELIN, Elizabeth. Diálogos, encuentros y desencuentros: los movimientos sociales y el MERCOSUR. Documento do site, 2001.

MELUCCI, Alberto. Esfera Pública y Democracia en la Era de la Información. *Metapolítica,* Ciudad de México, Vol. 3, núm 9, p. 57-67, 1999.

MARGULIS, Mario; URRESTI, Marcelo. La construcción social de la juventud. In: *Viviendo a toda. Jóvenes, territorios culturales y nuevas subjetividades*. Editores Maria Cristina Laverde et al. Bogotá: Siglo del Hombre editores, 2008

MARTIN-BARBERO, Jesús. Jóvenes des-orden cultural y palimpsestos de identidad. In: *Viviendo a toda. Jóvenes, territorios culturales y nuevas subjetividades*. Editores Maria Cristina Laverde et al. Bogotá: Siglo del Hombre editores, 2008.

Forito

ANEXOS

Quem fez e quem faz o Forito no Brasil

nº	Nome	Cidade	Organização	Ano de Participação
1	**Adriana Pisciteli**	Campinas	Formadora/ Pagu - UNICAMP	2007
2	**Afra F. Alves Neves**	São Paulo	Fundação Gol de Letra	2006
3	**Ana Adeve**	São Paulo	Jovens Feministas de SP/ Associação Frida Kahlo/ Associação Brasileira de Jovens Feministas	2005, 2007, 2009
4	**Ana Claudia Pecchi**	São Paulo	FES Brasil	2005
5	**Ana Lucia Rezende**	Vila Velha, Vitória	Casa da Mulher, PSB, CASSIES	2002, 2004, 2005, 2006, 2007, 2009
6	**Ana Paula de Impoam**	Fortaleza		2007
7	**Ana Tercia Sanchez**	São Paulo	CUT/Sindicato Bancários	2002
8	**Anna Maria M. Soares**	São Paulo	UBM	2006
9	**Aparecida Gonçalves**	Brasilia	Palestrante/SPM	2007
10	**Atiely Santos**	São Paulo	Aliança Negra Posse/ Joinha Filmes/Setorial LGBT-PT-SP/Hip Hop Mulher	2003, 2004, 2005, 2007, 2009
11	**Áurea Carolina Freitas**	Brasilia, Belo Horizonte	Coletivo Hip Hop Chama	2007, 2009
12	**Camila Brandão**	Fortaleza	Instituto de Juventude Contemporânea	2003, 2006, 2009
13	**Carolina Tiede**	Assunção/ Paraguai	UNIFEM/Forito Paraguay	2002, 2007
14	**Clarananda Barreira**	São Paulo, Porto Alegre	JPT - Sec. Mulheres PT	2005, 2006, 2007, 2009

nº	Nome	Cidade	Organização	Ano de Participação
15	**Cleide Ferreira**	São Paulo	Instituto Sou da Paz/ Biboca	2003
16	**Cristina Esser**	São Paulo	FES Brasil	2007
17	**Daniela de Melo Custodio**	São Paulo	Geledes/Instituto da Mulher Negra	2004
18	**Daniele de Oliveira Costa**	Fortaleza		2007
19	**Daniele Duarte**	Rio de Janeiro	Grupo de Mulheres Felipa de Sousa	2003, 2004, 2009
20	**Débora Cristina Oliveira Ferreira**	Belo Horizonte, Porto Alegre	Mulheres Jovens Trocando Idéias/Rede Feminista de Saúde	2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2009
21	**Deise Recoaro**	São Paulo	CNB-CUT	2002
22	**Divaneide Basílio**	Brasilia	Rede de Jovens do NE/ MDA	2009
23	**Dulcelina Xavier**	São Paulo	Formadora/Católicas pelo Direito de Decidir	2005
24	**Elen Linth Marques**	São José dos Campos/São Paulo, Manaus		2007, 2009
25	**Elisabeth Bahia**	Brasilia	Palestrante/Ministério do Turismo	2007
26	**Emília Carolina Gonçalves de Oliveira e Souza**	Belo Horizonte	Pref. Belo Horizonte, PSB-PBH Coordinação da Mulher	2002, 2003
27	**Fabian Gabriel Aquino**	Fortaleza		2007
28	**Fabiana Cardoso Malha Rodrigues**	Niterói	Grupo de Estudos de Gênero e Feminismo	2003
29	**Fabiana Venssimo**	São Paulo	Biboca/Casulo	2006

nº	Nome	Cidade	Organização	Ano de Participação
30	**Fatima Mesquita**	Fortaleza		2007
31	**Fernanda Alves Sunega**	Campinas	Hip Hop/Rádio Muda/ CMG/Unicamp	2002, 2003, 2004, 2005, 2007, 2009
32	**Fernanda Grigolin**	São Paulo	Jovens Feministas de São Paulo	2005
33	**Fernanda Papa**	São Paulo	FES Brasil	2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007, 2009
34	**Fernanda Santana**	São Paulo	Biboca	2006
35	**Georg Fischer**	São Paulo	FES Brasil	2004
36	**Gracilene Freitas de Paiva Souza**	Feijó	Sind. dos Trab. Rurais de Feijó, Acre/Câmara de vereadores, Secr. de Segurança	2003, 2005, 2007, 2009
37	**Iara Amora dos Santos**	Rio de Janeiro	CAMTRA	2004
38	**Iéri Barros Luna**	Brasília	CFEMEA/Ralacoco-UNB/ GEFEM-UNB/Nada Frágil/ CMI-BSB	2002, 2003
39	**Jamile dos Santos Carvalho**	Salvador	Jovens Feministas Bahia	2005, 2007, 2009
40	**Joana Maria Pedro**	Florianópolis	Formadora / UFSC	2005
41	**Joluzia Batista**	Natal	Formadora / AMB	2007
42	**Julia Nader Dietrich**	São Paulo	Cidade Escola Aprendiz	2006
43	**Julia Paiva Zanetti**	Rio de Janeiro	CAMTRA/Observatório Jovem	2003, 2005, 2007, 2009
44	**Juliana Martínez**	São Paulo	Coord. Especial da Mulher	2002
45	**Kela Rosa de Oliveira**	Santo André	Kilombagem	2006
46	**Larissa Borges**	Belo Horizonte	Moderadora/Negras Ativas	2009
47	**Larissa Gaspar**	Fortaleza	Coordenadoria da Mulher	2007

nº	Nome	Cidade	Organização	Ano de Participação
48	**Letícia Massula**	Brasilia, São Paulo	Agende	2004, 2005
49	**Lidiane Gonçalves**	Brasilia	Ministério da Saúde	2007, 2009
50	**Lilian Celiberti**	Montevideo	Formadora / Cotidiano Mujer	2003
51	**Luciana Camila Brandão**	Fortaleza	Instituto da Juventude Contemporânea	2002, 2004, 2005, 2007
52	**Luciana Magalhães de Melo Neto**	Rio de Janeiro, Salvador	CEMINA/REDEH	2003, 2004
53	**Macky (Maria de Jesus) Martinez**	Assunção/ Paraguai	Las Ramonas/Forito Paraguai	2007
54	**Malizi Fontoura**	Porto Alegre	Mov. Hip Hop/Anastacias	2003
55	**Marcela Pessea Zaroni**	Rio de Janeiro	Quilombolas (Coletivo de mulheres H2)	2003
56	**Maria Amélia Telles - Amelinha**	São Paulo	Formadora/União de Mulheres SP	2004
57	**Maria da Penha**	Fortaleza	Palestrante/Coordenadoria da Mulher de Fortaleza	2007
58	**Maria Divaneide Basílio**	Brasilia, Natal	Rede de Jovens do NE / SDT/MDA	2003, 2005, 2007, 2009
59	**Maria do Socorro Perreira da Silva**	Teresina	JPT/Rede de Jovens e IPJF	2004
60	**Maria Eugênia Miranda**	Buenos Aires/ Argentina		2007
61	**Maria Lucia da Silveira**	São Paulo	Formadora / Coordenadoria da Mulher São Paulo	2006
62	**Mariana Arantes Nasser**	São Paulo	União de Mulheres SP/Jovens Lideranças Feministas/Liga de SSR - UNESP	2004
63	**Mariana Dias**	São Paulo		2006

nº	Nome	Cidade	Organização	Ano de Participação
64	**Mariana Gois Bento**	Santo André, São Paulo	Prefeitura Santo André - Assessoria da Juventude/ Féminina Movimiento Mulheres Santo André/ JPT/ Movimento Pró-UFABC/ 13 Ranchos (Argentina)	2002, 2003, 2004, 2005, 2009
65	**Mariana Nasser**	São Paulo	GRAL/União de Mulheres de São Paulo/Liga SASERE/RedLAC	2003
66	**Marilia Zylbersztajn**	São Paulo	Moderadora	2009
67	**Marina M. Novaes**	São Paulo	ASBRAD	2006
68	**Marisa S. de Mello**	Rio de Janeiro	Marcha Mundial das Mulheres	2003
69	**Marli Emilio**	São Paulo	Coord. Mulheres PMSP	2004
70	**Natalia Mori Cruz**	Brasilia	CFEMEA	2004, 2005, 2007
71	**Priscilla Leite B. Wendel**	Recife	GAJOP	2006
72	**Priscilla Maia**	Brasilia	Agende	2004
73	**Priscilla Siqueira**	São Paulo	Formadora / SMM	2006
74	**Rachel Quintiliano**	São Paulo, Brasília	Fala Preta/Radio Biboca	2003, 2004, 2005, 2009
75	**Raquel de Andrade**	Rio de Janeiro	Grupo de Est. Gen. Fem. Cod. Quilombola	2003
76	**Raquel Marques**	Fortaleza	Palestrante/Dep. Estadual	2007
77	**Raquel Mello**	São Paulo	Rádio Fala Mulher/ Rádio CBN	2007, 2009
78	**Raquel Souza**	São Paulo	Ação Educativa	2003, 2004, 2005, 2007, 2009
79	**Raquel Viana**	Fortaleza	Coordenadoria da Mulher	2007
80	**Renata Affonso**	Rio de Janeiro	Comunitas	2002
81	**Renata Carvalho da Silva**	São Paulo	GERI (IPJ)	2006

nº	Nome	Cidade	Organização	Ano de Participação
82	**Rosane Borges**	São Paulo	Geledés ; Instituto da Mulher Negra	2002
83	**Roseane Ribeiro Arévalo**	São Paulo, Manaus	Jovens Feministas São Paulo, Pastoral da Juventude	2006, 2007, 2009
84	**Rozilda Martins da Silva**	Fortaleza		2007
85	**Samantha Neves**	São Paulo	Coordenadoria Especial da Mulher/União de Mulheres SP/Jovens Lideranças Feministas/Liga de SSR - UNESP	2002, 2004, 2005
86	**Schuma Schumaher**	Rio de Janeiro	Formadora/REDEH	2003
87	**Severine Macedo**	Anita Garibaldi	FETRAF-Sul	2005
88	**Sídnei Pereira**	Santo André	Kilombagem	2006
89	**Simone Holanda**	Fortaleza	Coordenadoria da Mulher	2007
90	**Taís Grespan Souza**	Santo André, São Paulo	Cooperativa Mútua Ação, Cooperativa do trabalho na área de psicologia, Câmara Santo André Féminina - Mov. De Mulheres	2002, 2003, 2004
91	**Tatau Godinho**	São Paulo	Formadora/Coord. Mulheres PMSP	2002, 2004
92	**Ticiana Stuart Albuquerque**	São Paulo	Marcha Mundial das Mulheres/JPT	2003, 2004, 2005, 2007
93	**Valdelcy B. de Cinchieta**	Fortaleza		2007
94	**Valéria Félix da Rocha**	Recife	Jovens Feministas de PE	2005, 2007
95	**Valu Ribeiro**	São Paulo	Formadora	2005
96	**Vera Soares**	São Paulo	Formadora/Mulheres PT	2002, 2009
97	**Veronica Ferreira**	Recife	Formadora/SOS Corpo	2004

Cida Goncalves
Maria da Penha
Raquel Souza
ATENÇÃO:
Mulher não é mercadoria!
NÃO SE VENDE
NÃO SE COMPRA
NÃO SE TRAFICA

DIREITO AO PRAZER
EDUCAÇÃO
CIDADANIA
CULTURA

Mulher
Mulher
Mulher
Mulher